



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO RURAL

NATHAN PEREIRA DOURADO

**AGROECOLOGIA CAMPONESA: MUITO ALÉM DA PRODUÇÃO DE  
ALIMENTOS SAUDÁVEIS, UM PROJETO DE VIDA NO ASSENTAMENTO  
CONTESTADO, LAPA/PR**

FLORIANÓPOLIS

2019

Nathan Pereira Dourado

**AGROECOLOGIA CAMPONESA: MUITO ALÉM DA PRODUÇÃO DE  
ALIMENTOS SAUDÁVEIS, UM PROJETO DE VIDA NO ASSENTAMENTO  
CONTESTADO, LAPA/PR**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas.  
Orientador: Prof. Dr. Clarilton E. D. Cardoso Ribas  
Coorientadora: Prof. Dra. Marlene Grade

Florianópolis

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Dourado, Nathan Pereira

Agroecologia camponesa: muito além da produção de alimentos saudáveis, um projeto de vida no assentamento Contestado, Lapa/PR / Nathan Pereira Dourado; orientador, Clarilton Edzard Davoine Cardoso Ribas, coorientadora, Marlene Grade, 2019.  
126 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Agroecossistemas. 2. Agroecologia. 3. Bem Viver. 4. Pós-desenvolvimento. 5. MST. I. Ribas, Clarilton Edzard Davoine Cardoso. II. Grade, Marlene. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. IV. Título.

Nathan Pereira Dourado

**Agroecologia camponesa: muito além da produção de alimentos saudáveis,  
um projeto de vida no assentamento Contestado, Lapa/PR**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Clarilton Edzard Davoine Cardoso Ribas, Dr(a).  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Luiz Fernando Scheibe, Dr(a).  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Oscar José Rover, Dr(a).  
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Agroecossistemas.

---

Prof. Dr.(a) Arcângelo Loss  
Coordenador(a) do Programa

---

Prof. Dr.(a) Clarilton Edzard Davoine Cardoso Ribas  
Orientador(a)

Florianópolis, 26 de junho de 2019.

## AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Clarilton Ribas, por topar o desafio de me orientar e confiar no meu trabalho, concedendo-me autonomia e subsídios para um pensamento crítico;

À coorientadora Prof. Marlene Grade pelas leituras atentas e contribuições, e por me ajudar a lidar com as dúvidas e angústias;

À minha mãe Maria, por nunca deixar faltar apoio e carinho, e pelo exemplo de generosidade;

Ao meu pai Agostinho, por me despertar o gosto pelo conhecimento e o amor à natureza, e por me incentivar a fazer o mestrado;

À todos os meus familiares pelo carinho e torcida de sempre;

Aos agricultores/as que abriram a porta de suas casas para me receber e dedicaram seu tempo e sabedoria nas longas horas de conversas, me fazendo perceber que a agroecologia, realmente, é muito mais que jeito de produzir. Construíram junto comigo essa dissertação: Israel, Leila, Maria, César, Zé Luiz, Celson, Capitani, Antonia, Elias, Juan;

À todos agricultores/as agroecológicos – minha fonte de inspiração neste trabalho – por oferecerem contribuições para a construção do Bem Viver;

Ao pessoal da ELAA e do MST pela confiança, generosidade e acolhimento durante os trabalhos de campo, e também pelo exemplo de organização popular e luta;

Ao programa de Pós-graduação em Agroecossistemas, em especial aos ótimos professores que contribuíram com a minha formação: Ademir Cazella, Ilyas Siddique, Valmir Stropassolas, Fábio Búrigo e Renato D'Agostini;

À secretária Fabiana, pelo seu carisma e atenção;

Aos professores Luiz Fernando Scheibe e Oscar Rover pelas valiosas contribuições no momento da defesa;

Aos amigos/as da Ilha da Magia, com quem tive a oportunidade de conviver e compartilhar ótimos momentos durante a caminhada do mestrado;

À CAPES pelo apoio financeiro durante todo o curso.

“O que não se faz sentir, não se entende,  
e o que não se entende, não interessa.  
Ou inventamos, ou erramos”.

(Simón Rodríguez)

## RESUMO

Correntemente o conceito de desenvolvimento está associado a uma noção positiva, como um processo inexorável para passar de uma dada situação para outra melhor. Por isso, está presente nos discursos e práticas políticas, exercendo um forte poder mobilizador. No entanto, notamos que o desenvolvimento apresenta uma série de contradições em um sistema mundo capitalista moderno-colonial. Na maioria dos casos o discurso desenvolvimentista inspira falsas promessas e a sua prática manifesta diversas controvérsias, limitando os processos de transformação social efetivos. A ideologia do desenvolvimento junto ao avanço destrutivo do capital, em curso no espaço rural brasileiro, já não consegue acomodar as suas intensas contradições. Buscamos com este trabalho, apresentar as contradições em torno deste conceito e dar destaque a uma das múltiplas linhas de argumentação no debate contemporâneo sobre o fenômeno do desenvolvimento, empreendida pela corrente teórica do pós-desenvolvimento; assim, visamos ampliar o quadro de debates atuais e reforçar a coerência teórica e prática das iniciativas de resistências e de alternativas contra hegemônicas. Nesse sentido, buscamos também identificar convergências entre os conceitos de Agroecologia e Bem Viver, como uma possível resposta aos anseios e críticas elaborados pela corrente do pós-desenvolvimento. O estudo empírico apresentado neste trabalho refere-se ao Assentamento Contestado no município da Lapa – PR. Partimos da hipótese que o assentamento constitui-se numa negação ao caráter destrutivo do padrão de desenvolvimento hegemônico, e exprime uma crítica empírica aos limites do capital manifestando racionalidades alternativas - podendo ser visto como um lugar de manifestação do Bem Viver e um possível embrião de renovadas relações sociais pós-desenvolvimentistas. O objetivo da pesquisa é analisar as contribuições da Agroecologia na edificação do Bem Viver – como alternativa ao desenvolvimento. A pesquisa possui natureza qualitativa e combina pesquisa bibliográfica e documental com observação em campo e entrevistas semiestruturadas. Os resultados permitem considerar o assentamento Contestado como um experimento real em que camponeses e camponesas se organizam para produzir e viver a agroecologia, passando a manifestar novas formas de relação entre si, com a natureza e com o trabalho. Os elementos constitutivos de um Bem Viver agroecológico, apontados como tendência no assentamento Contestado, foram: racionalidade ambiental, emancipação humana, convivencialidade, soberania alimentar e promoção da saúde.

**Palavras-chave:** Bem Viver. Pós-desenvolvimento. MST. Campesinato

## ABSTRACT

Nowadays the development concept is associated with a positive notion, like an unrelenting process from a given situation to a better one. Because of that, it is present in the politic speeches and practises, exercising a strong mobilizing power. Meanwhile, we can notice that development presents a series of contradictions in a capitalistic modern-colonial world-system. In most cases the developmentist speech inspires false promises and their practise shows different controversies, limiting the effective social transformation processes. The development ideology, together with the destructive advance of the capital, ongoing in the Brazilian rural areas, can't accommodate its intense contradictions anymore. With this work we try to present the contradictions around this concept and to emphasize one of the multiple argumentation lines in the contemporary debate about the phenomenon, taken by the post-development theoretic current; this way we want to extend the actual debate framework and to boost the theoretic and practical coherence of the resistance's initiatives and contra-hegemonic initiatives. In this sense, we also try to identify some convergences between Agroecology and Good Life concepts, like a possible answer to essays and critics elaborated by the post-development current. The empiric study presented in this work relates to the Contestado settlement in the district of Lapa – PR. We start from the hypothesis that the settlement takes form in a denial to the destructive nature of the hegemonic development pattern, and it expresses an empiric criticism to the capital limits manifesting alternative rationalities - possibly be seen as a manifestation of Good Life place and a possible embryo of post-development renovated social relationships. The aim of this research is to analyse the Agroecology contributions to the Good Life construction – as an alternative to development. The research owns qualitative nature and combines bibliographic and documentary research with field observation and semi structured interviews. The results permit to consider the Contestado settlement as a real experiment in which the farmers, male and female, organize themselves in order to produce and live the agroecology, switching to manifest new ways of relationship between them, the nature and work. The constructive elements of an agroecological Good Life, appointed as a tendency into the Contestado settlement, were: environmental rationality, human emancipation, conviviality, food sovereignty and health promotion.

**Keywords:** Good living. Post development. MST. Peasantry.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Espiral nada virtuosa do desenvolvimento.....	37
<b>Figura 2</b> - Agronegócio: complexo sistema de redes.....	56
<b>Figura 3</b> - Agroecologia: uma forma mais ampla de conceber o espaço agrário.....	78
<b>Figura 4</b> - “Agroecologia na Transformação de Sistemas Agroalimentares na América Latina: Memórias, Saberes e Caminhos para o Bem Viver” - Tema central do VI Congresso Latino-americano de Agroecologia (2017), realizado em Brasília - DF.....	79
<b>Figura 5</b> - “Agroecologia cultivando territórios do Bem Viver” – tema central do IV Encontro Estadual de Agroecologia (2017), realizado no Rio de Janeiro - RJ.....	80
<b>Figura 6</b> - “Diversidade e soberania na construção do bem viver” – tema central do IX Congresso Brasileiro de Agroecologia (2015), realizado em Belém - PA.....	80
<b>Figura 7</b> - “Cuidado, Cultura e Bem Viver: Construindo Caminhos” – tema central do 10 Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia.....	81
<b>Figura 8</b> - “Agroecologia e soberania alimentar: saberes em busca do bem viver” - Tema central do 2º Seminário de Agroecologia da América do Sul, realizado em Dourados/MS.....	81
<b>Figura 9</b> – Mapa de localização do assentamento Contestado.....	87
<b>Figura 10</b> - Escola Latino Americana de Agroecologia.....	88
<b>Figura 11</b> - Alojamento e sala de aula.....	88
<b>Figura 12</b> - Alunos do curso Superior Tecnólogo em Agroecologia, durante aula prática na horta comunitária.....	89
<b>Figura 13</b> - Escola municipal de ensino fundamental e o colégio estadual de ensino médio..	89
<b>Figura 14</b> - Elementos constitutivos do Bem Viver observados no assentamento Contestado – PR.....	92
<b>Figura 15 e 16</b> - Sistema Agroflorestal, com plantação de tomate e produção de hortaliças entre linhas de árvores.....	96
<b>Figura 17 e 18</b> - Sala de cinema e espaço cultural Casarão onde são realizadas sessões de cinema semanalmente entre outras apresentações artísticas-culturais.....	99
<b>Figura 19</b> - Atendimento com Auriculoterapia na UBS do assentamento.....	107

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

<b>Quadro 1</b> - Uma síntese entre as distintas concepções de desenvolvimento.....	48
<b>Quadro 2</b> - Diferenças entre os sistemas de produção agroecológico e agroindustrial.....	75
<b>Tabela 1</b> – Estrutura fundiária brasileira.....	62
<b>Tabela 2</b> - Porcentagem de produtos agropecuários advindos da agricultura familiar no Brasil.....	64

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina
- ELAA – Escola Latino Americana de Agroecologia
- FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (Food and Agriculture Organization of the United Nations)
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- ONGs – Organizações Não-Governamentais
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
- PIB - Produto Interno Bruto
- PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- SAF – Sistema Agroflorestal
- UBS – Unidade Básica de Saúde

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
A) Questões orientadoras e hipóteses da pesquisa .....	18
B) Objetivos.....	19
C) Perspectivas metodológicas.....	20
D) Procedimentos de pesquisa.....	23
<b>CAPÍTULO 1. O PARADOXO DO DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO: PARA QUÊ E A QUEM SERVE O DESENVOLVIMENTO?.....</b>	<b>25</b>
1.1 Pequena história crítica da teoria do desenvolvimento - o seu caráter geopolítico e contraditório .....	28
1.2. As novas abordagens de desenvolvimento alternativo .....	34
1.2 A insustentabilidade do discurso do desenvolvimento sustentável .....	37
<b>CAPÍTULO 2. A CRISE DO DESENVOLVIMENTO, O PÓS-DESENVOLVIMENTO E A EMERGÊNCIA DO BEM VIVER.....</b>	<b>41</b>
2.1 Da euforia ao desencanto.....	36
2.2 Giro decolonial: a busca de novos horizontes epistêmicos .....	40
2.3 Bem Viver: uma alternativa que emerge da periferia do mundo.....	48
2.4 Desfazendo equívocos sobre o conceito de Bem Viver .....	52
<b>CAPÍTULO 3. OS LIMITES DO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL E A RESISTÊNCIA CAMPONESA.....</b>	<b>56</b>
3.1. A crítica à modernização conservadora.....	57
3.2 A questão agrária e a reivindicação da reforma agrária no Brasil.....	62
3.3 A resistência do campesinato contemporâneo no Brasil como contradição do agronegócio .....	65
3.3.1 Adaptabilidade e heterogeneidade.....	66
3.3.2 A condição camponesa: um modo de resistir, produzir e de viver.....	69
3.3.3 Formas de resistência cotidiana dos camponeses .....	71

<b>CAPÍTULO 4. AGROECOLOGIA E REFORMA AGRÁRIA POPULAR: CAMINHOS PARA A EMANCIPAÇÃO E O BEM VIVER .....</b>	<b>74</b>
4.1 Agroecologia: ciência, prática e movimento social.....	74
4.2 O encontro do MST com a agroecologia: uma a mudança de horizonte estratégico .....	82
<b>CAPÍTULO 5. A TERRITORIALIZAÇÃO DO BEM VIVER AGROECOLÓGICO NO ASSENTAMENTO CONSTESTADO .....</b>	<b>86</b>
5.1 Breve descrição da área de estudo .....	86
5.2 Elementos constitutivos de um Bem Viver Camponês Agroecológico.....	90
Racionalidade ambiental.....	93
Emancipação humana e trabalho libertador.....	100
Soberania e Segurança alimentar.....	104
Promoção da saúde .....	106
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>108</b>
<b>7. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>107</b>
APÊNDICE A: Roteiro de entrevista .....	119

## INTRODUÇÃO

O sistema político-econômico atualmente hegemônico – o sistema capitalista - vem demonstrando continuamente a sua incapacidade de lidar com suas contradições, sobretudo no que diz respeito à lógica de acumulação privada de lucros, competição aguda, crescimento ilimitado, e no tipo de relação – dominação, exploração e espoliação - que se estabelece com a natureza e entre as pessoas. Atualmente, tem como seu maior desafio se manter sem destruir as condições de reprodução da vida, sem as quais a humanidade não consegue viver: clima equilibrado, disponibilidade de recursos naturais a longo prazo e segurança alimentar.

Este sistema econômico é, ao mesmo tempo, um modelo de sociedade que, amparado pela ideologia<sup>1</sup> do progresso no passado e do desenvolvimento no presente, tem-se apresentado como único caminho possível, imobilizando a busca por alternativas fora da racionalidade dominante. Apesar do seu aparente fracasso, persiste a crença neste modelo de sociedade.

Diante do atual impasse civilizatório, fruto da (des)ordem capitalista, pensamos que é necessário repensar o padrão de desenvolvimento hegemônico, afim de estabelecer um novo tipo de sociedade sustentada sobre outras bases: centrada na satisfação das necessidades humanas, em uma vida cheia de sentidos e na boa relação com a natureza. Para isso, torna-se necessário promover uma descolonização epistêmica do pensamento, ou seja, empreender uma busca por outras formas de compreensão do mundo, saberes e experiências humanas negadas até hoje pela racionalidade dominante (SANTOS, 2010, 2016). No dizer de Porto-Gonçalves e Quental (2012, p. 31), “a pior herança do colonialismo é o desperdício da experiência humana”.

Com base no pensamento de Gramsci, acreditamos que a hegemonia<sup>2, 3</sup> burguesa se forma, se constitui e difunde a sua visão de mundo eurocentrado, atualmente, por meio da ideologia do desenvolvimento: “capaz de conformar o conjunto da sociedade às formas de pensar, sentir e agir da classe dominante” (PRONKO; FONTES, 2012, p.390). Deste modo, age promovendo o modo capitalista de produção - representado pela busca incessante de

---

<sup>1</sup> A partir de Mézaros (1996), interpretamos a ideologia como sendo um conjunto de ideias que usamos para interpretar o mundo a nossa volta. A classe dominante exerce uma ideologia dominante, que acaba sendo o sistema de ideia mais difundido. Consideramos o desenvolvimento como um aparelho de difusão da ideologia que sustenta a permanência do capitalismo como único horizonte societário possível.

<sup>2</sup> Entende-se por hegemonia a direção intelectual, moral e política que um grupo social exerce na sociedade (BIANCHI, 2008).

<sup>3</sup> “Originalmente uma categoria de uso militar, o conceito de hegemonia integra a tradição marxista e foi sistematizado por Antônio Gramsci em duas direções simultâneas: para explicar as formas específicas da produção e organização do convencimento em sociedades capitalistas e para pensar as condições das lutas de classes subalternas.” (PONKO; FONTES, 2012, p. 389)

apropriação privada da riqueza socialmente construída<sup>4</sup> e pela exploração desenfreada da natureza.

O fenômeno do desenvolvimento é apontado por autores da corrente crítica do pós-desenvolvimento como uma estratégia de reprodução do capital e um sistema de dominação, consolidado através do poder da ideologia. Ademais, a promessa de uma suposta universalização do desenvolvimento pode ser considerada um mito – como sugere Celso Furtado (1986) - por dois aspectos: primeiro que o subdesenvolvimento não é um estágio ou uma etapa para o desenvolvimento, tal como pretendem nos fazer crer<sup>5</sup>, e sim um produto do desenvolvimento e uma condição para a manutenção da ordem, uma narrativa para justificar e naturalizar a subordinação entre países. E segundo que, do ponto de vista dos limites biofísicos do planeta, seria inviável a universalização do padrão de desenvolvimento do capitalismo central - a pressão sobre os recursos naturais seria tão grande que provavelmente resultaria em um colapso do próprio sistema capitalista - não havendo, portanto, a possibilidade de expansão, ou seja, de desenvolvimento naqueles termos para todos.

O padrão de desenvolvimento capitalista, em curso no mundo desde o pós-guerra, ao mesmo tempo que alcançou expressivos níveis de crescimento econômico<sup>6</sup> e avanços científicos e tecnológicos impressionantes, manteve níveis crescentes de pobreza e fome<sup>7</sup>, agravamento da desigualdade na distribuição de riqueza e poder<sup>8</sup>, aumento do desemprego, erosão da diversidade cultural, degradação irreversível dos recursos naturais, ameaças permanentes à saúde humana e incontáveis conflitos sociais. A imbricação entre o desenvolvimento e a lógica destrutiva do sistema capitalista, bem como a forma como se empreendem os discursos e práticas de desenvolvimento, é uma situação-problema que requer atenção.

Com a constatação dos limites do desenvolvimento - baseado no imperativo do crescimento infinito, na modernização e na lógica de mercados globais -, haja vista o aumento

---

<sup>4</sup> De acordo com relatório da Oxfam (2018), os 1% mais ricos acumularam 82% da riqueza criada no ano de 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/pressroom/pressreleases/2018-01-22/richest-1-percent-bagged-82-percent-wealth-created-last-year>

<sup>5</sup> Essa ideologia foi propagada pelo economista norte-americano Walt Whitman Rostow, no famoso livro "Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não comunista", lançado em 1960. De acordo com o modelo rowstowiano o desenvolvimento é composto por cinco etapas: sociedade tradicional, as condições para a decolagem; a decolagem; o caminho da maturidade; e a era do consumo em massa.

<sup>6</sup> O crescimento acelerado da economia no pós-guerra (1945-1975) é consagrado na literatura como “os gloriosos trinta anos” (RIBAS, 2010).

<sup>7</sup> De acordo com dados do Banco Mundial, estima-se que 83 milhões de pessoas precisaram de assistência alimentar de emergência em 2017, 70% a mais que em 2015. Dados disponíveis no site [www.bancomundial.org](http://www.bancomundial.org).

<sup>8</sup> Dados do relatório de 2017 da Oxfam sobre desigualdades no mundo, revelam que no mundo, o 1% mais rico da população possui a mesma riqueza que os outros 99% da população, sendo que mais de 700 milhões de pessoas vivem em situação de extrema pobreza

da pobreza e desigualdades no mundo e a crescente degradação da natureza, começaram a surgir, a partir da década de 1960, abordagens alternativas de desenvolvimento. O desenvolvimento passou a assumir novos adjetivos e sobrenomes para diferenciá-lo, a partir de reformulações nos discursos e práticas (local, sustentável, territorial, endógeno, humano etc.), porém, permaneceu arraigado nas mesmas bases: capital, mercado, crescimento e modernização, destinadas aos mesmos fins. Eis que o surgimento de novas abordagens e tipos de desenvolvimento servem para mascarar os efeitos prejudiciais do desenvolvimento, renovar promessas e promover ajustes necessários para perpetuar a mesma lógica, como meras tentativas de amenizar os efeitos destrutivos do capital em relação ao homem e à natureza. Em oposição, Gudynas (2011) aponta para o Bem Viver:

O Bem Viver implica em mudanças profundas nas concepções de desenvolvimento, que vão além de meras correções ou ajustes. Não é suficiente buscar “desenvolvimentos alternativos”, uma vez que estes se mantêm dentro da mesma lógica para compreender o progresso, o uso da natureza e as relações entre os seres humanos. Em vez de se discutir “alternativas de desenvolvimento” se deveria construir “alternativas ao desenvolvimento” (GUDYNAS, 2011, p. 3).

A partir desse ponto de vista, propomos contribuir para a crítica do modelo de desenvolvimento hegemônico. Nosso pressuposto é o de que, para lidar com a crise civilizatória, talvez seja necessário realizar mudanças conceituais e estruturais em todos os âmbitos da vida, inclusive questionando os fundamentos da ciência<sup>9</sup> dominante e superando os tradicionais conceitos de progresso e desenvolvimento. A produção de um pensamento alternativo ao desenvolvimento possivelmente passa pelas *Epistemologias do Sul*<sup>10</sup>, ao reconhecer e afirmar diferentes matrizes de racionalidade e novas formas de compreensão da vida, da natureza e da sociedade, com saberes e práticas alternativos aos saberes hegemônicos da ciência moderna. A partir de novos lugares de enunciação, do olhar da periferia do sistema mundo - sociedades que não “desenvolveram” e grupos historicamente marginalizados - que manifestam um profundo descontentamento com o discurso desenvolvimentista hegemônico e a pretensa superioridade do saber ocidental.

---

<sup>9</sup> Com o advento da bomba atômica, a ciência moderna mostra que não está, necessariamente, a serviço da vida nem da emancipação humana, conforme a promessa Iluminista (PORTO-GONÇALVES, 2016).

<sup>10</sup> Termo cunhado por Boaventura de Sousa Santos, é uma metáfora que se refere ao conjunto de saberes e práticas dos povos e culturas do Sul global, que ao longo da história, foram silenciados, desacreditados e apagados pelas culturas dominantes do Norte global. O referido autor propõe repensar o mundo a partir do Sul e com o Sul, para lidar com os desafios complexos do atual momento histórico (SANTOS; MENEZES, 2010).

Acreditamos que, a partir dessa busca, pode estar havendo uma revalorização das culturas, saberes, experiências, instituições e capacidades locais/tradicionais, bem como a resistência dos movimentos sociais em busca de autonomia e emancipação, como suportes para uma transição paradigmática, que aponta novos caminhos e sentidos para construção de uma nova sociedade. A exemplo disso, emerge a noção de Bem Viver (*Buen Vivir*) a partir da visão de mundo dos povos tradicionais, especialmente os andinos, historicamente marginalizados pelo processo de desenvolvimento capitalista, os quais, *deixados para trás* na lógica linear do desenvolvimento hegemônico, resistem e empreendem a empiria de reproduzir a vida fora da racionalidade dominante, manifestando um posicionamento crítico e pluralista.

O Bem Viver representa um modo particular de conhecer (epistemologia) e de ser (ontologia) no mundo, sendo uma opção para substituir as velhas noções de progresso e desenvolvimento por outros imperativos que regem a vida. Trata-se de uma reforma moral e intelectual para um novo projeto de sociedade, com outra visão de mundo não alinhada à da burguesia. Dessa forma, o Bem Viver é construído a partir de posições que exigem um novo tipo de relação do ser humano entre si e com a natureza.

No que tange ao espaço rural, no Brasil, o agronegócio representa o modelo agrícola de desenvolvimento hegemônico, por meio do qual a acumulação capitalista se propaga no espaço financeiro. Atualmente, a crise socioambiental deste modelo, baseado na modernização e no produtivismo, revela o caráter controverso das políticas de desenvolvimento<sup>11</sup>. O campesinato e a agroecologia representam uma resistência e alternativa a este modelo de desenvolvimento hegemônico. A permanência do campesinato no campo brasileiro, resulta da sua capacidade de adaptação em meio às relações capitalistas de produção, e uma constante luta pela autonomia. A agroecologia<sup>12</sup> para além de uma solução tecnológica para os problemas socioambientais gerados pelo agronegócio, representa um modo de vida capaz de promover uma reforma intelectual, moral e cultural a partir de novas sociabilidades, rumo a outro tipo de agricultura orientada ao Bem Viver.

No Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), a partir da conquista da terra e constituição de um novo assentamento via política de reforma agrária, as famílias de trabalhadores assentados têm a oportunidade de (re)construir o seu lugar de viver, produzir e reproduzir-se socialmente, em um novo território reorganizado para este fim. Neste trabalho

---

<sup>11</sup> Ao mesmo tempo que batemos recordes de produção de grãos, cerca de 24 mil pessoas, por dia, morrem vítimas da fome no mundo (FAO, 2018), dados disponíveis em <http://www.fao.org/state-of-food-security-nutrition/en/>.

<sup>12</sup> Modelo contra hegemônico baseado na produção diversificada de alimentos, sem o uso de insumos químicos, agrotóxicos e transgênicos, orientado ao resgate e valorização de conhecimentos tradicionais e culturas locais; promove autonomia aos agricultores familiares camponeses e mercados alternativos locais.

adotamos o assentamento Contestado, localizado no município da Lapa - Paraná, como recorte empírico para se compreender como se dá a construção do Bem Viver associado à prática da agroecologia entre os camponeses, na condição de transitoriedade<sup>13</sup>.

Os conhecimentos dos povos em movimento, das comunidades em resistência e de muitos movimentos sociais estão na dianteira do pensamento para as transições sociais e ganham uma relevância incomum para a reconstrução de mundos diante da crise civilizatória que enfrentamos (ESTERMANN, 2012). O Bem Viver e a agroecologia, enquanto alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento, se manifestam no plano das práticas da vida cotidiana comunitária, efetuando mudanças moleculares dentro da ordem burguesa e produzindo novas relações sociais.

Para além de conceitos teóricos, o Bem Viver e a agroecologia se apresentam como propostas e, de forma conjugada, podem apoiar ainda mais fortemente o enfrentamento ao modelo de desenvolvimento que ignora a defesa da vida humana e das condições de vida da natureza. Contudo, esses dois conceitos não se materializam sem as lutas de resistência. E os movimentos sociais são elementos fundamentais de transformação para a emergência dessas e outras práticas e valores na sociedade. (MORAES; SORRENTINO, 2017, p. 144)

## **A) Questões orientadoras e hipóteses da pesquisa**

A partir da problemática apresentada, pretendemos com essa pesquisa, responder as seguintes questões:

1. É possível pensar a agroecologia desde a perspectiva do Bem Viver como um projeto de vida alternativo ao padrão de desenvolvimento agrícola hegemônico?
2. De que forma a agroecologia promove a transição para o Bem Viver? Quais elementos contribuem para o Bem Viver dos camponeses do assentamento Contestado?
3. Quais desafios, limites, conquistas e perspectivas estão presentes em um assentamento que adota a agroecologia como forma de produção e reprodução social? Em que medida essa mudança engendra novas sociabilidades?

Diante de tais questões elaboramos as seguintes hipóteses de pesquisa:

---

<sup>13</sup> Como movimento dialético entre o velho e o novo.

1-) A resistência de um campesinato contemporâneo articulado à agroecologia representa a contradição ao agronegócio e manifesta uma crítica empírica aos limites do capital, à medida que reproduz um novo modo de viver distinto, que nega o padrão hegemônico do desenvolvimento agrícola - podendo assim ser visto como um embrião de renovadas relações sociais pós-desenvolvimentistas ao manifestar o Bem Viver.

2-) A agroecologia enquanto ciência, prática e movimento social, bem como o campesinato, representa um modo de vida que converge para a noção do Bem Viver, promotor de novas formas de organização social, outras experiências de trabalho e de relação das pessoas entre si e com a natureza, bem como novas formas de sociabilidades, diferentes das exigidas pelo mercado.

3-) A reprodução da vida pode organizar-se empiricamente de forma diferente à racionalidade capitalista, em determinado território, a partir de uma nova forma social de produção – agroecológica.

## **B) Objetivos**

### **Geral**

Analisar as contribuições da agroecologia na construção do “Bem Viver”, como prática social que se contrapõe à ideologia hegemônica do desenvolvimento, a partir da vivência de camponeses do assentamento Contestado localizado no município da Lapa, Paraná.

### **Específicos**

- Dar destaque a uma das múltiplas linhas de argumentação no debate contemporâneo sobre o fenômeno do desenvolvimento, empreendida pela corrente teórica do pós-desenvolvimento, afim de ampliar o quadro de debates atuais e reforçar a coerência teórica das práticas de resistências e racionalidades alternativas
- Estabelecer relações e identificar convergências entre os conceitos de agroecologia, campesinato e Bem Viver como uma possível resposta aos anseios e críticas elaboradas pela corrente do pós-desenvolvimento.

- Elaborar um construto da noção do Bem Viver, a partir da interface e correlação dos parâmetros identificados na bibliografia, com aqueles identificados no campo empírico, a partir da observação de uma experiência local de viés contra-hegemônico
- Examinar como a mudança para a produção agroecológica, articulada a um modo de vida orientado ao Bem Viver promove novas formas de relação do homem entre si, com o trabalho e a natureza.

### **C) Perspectivas metodológicas**

Tendo em vista que toda pesquisa científica deve se inserir em um quadro teórico, buscamos trazer à tona a corrente crítica de pensamento pós-desenvolvimentista, com destacadas contribuições de autores críticos latino-americanos, na qual inserimos a discussão sobre o Bem Viver e a agroecologia, como possíveis alternativas de viés contra-hegemônico dentro da ordem capitalista. Esta corrente teórica sugere que a racionalidade do desenvolvimento precisa ser examinada a partir de uma perspectiva crítica; “o pós-desenvolvimento busca destruir a narrativa do desenvolvimento e imaginar uma era em que ele não seja mais o pilar organizador e nuclear da sociedade” (RADOMSKY, 2014, p. 167). Para uma contextualização interdisciplinar a respeito da ampla crise, oriunda do padrão de desenvolvimento capitalista, buscamos contribuições de autores marxistas (Istvan Mészáros, Antônio Gramsci), da ecologia política (Enrique Leff), da filosofia (Illich), dos estudos decoloniais (Boaventura Sousa Santos, Anibal Quijano) da questão agrária (Bernardo M. Fernandes, Ariovaldo U. de Oliveira, Horácio Martins de Carvalho) e da geografia crítica (Porto-Gonçalves, Milton Santos).

A mudança para uma forma de produção agroecológica é um processo contínuo e dinâmico que provoca mudanças no funcionamento das unidades produtivas, na vida dos agricultores familiares, nas relações sociais, na comunidade e no território. Em nossa análise, partimos do entendimento da agroecologia como uma forma de produzir e de viver (BRANDENBURG, 2017; PINHEIRO, 2007); desde uma perspectiva materialista-histórica, consideramos que a agroecologia aliada à agricultura camponesa é capaz de gerar transformação social e contribuir para a emancipação humana (GUZMÁN, 2011).

De acordo com Gramsci (2008, p. 66), “os novos métodos de trabalho são indissolúveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida”. Partindo desta perspectiva, para além de uma abordagem positivista que atesta a eficiência da prática agroecológica nos

agroecossistemas, a partir de dados objetivos, concretos e mensuráveis (já existem muitos estudos desse tipo), pretendemos refletir sobre os efeitos da agroecologia no campo social, subjetivo/simbólico, tendo os indivíduos como guias de análise e observação, a fim de compreender os valores, interesses, percepções e comportamentos dos sujeitos pesquisados, a partir do questionamento: o que os movem? Nesse tipo de pesquisa as fontes, por não estarem materializadas em documentos concretos, são complexas e difíceis de serem captadas, pelo fato de estarem presentes no comportamento e na lógica dos indivíduos, “o mais escorregadio de todos os materiais: o ser humano” (MALINOWSKI, 1978 p. 25).

Trata-se, portanto, de uma pesquisa de natureza qualitativa, com o intuito de compreender o objeto de estudo em sua totalidade, através da aproximação entre o pesquisador e a realidade estudada (GIL, 1994; MINAYO, 2010). O estudo combina pesquisa bibliográfica, documental e o estudo de caso/observação em campo.

Para Costabeber e Caporal (2003), a agroecologia, entendida como um enfoque teórico e metodológico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos – destrutivos - de produção agrícola para estilos sustentáveis de agricultura, pode ser trabalhada a partir de duas escalas: ao nível do desenvolvimento rural, tendo o território como unidade de análise, ou a partir do redesenho dos processos produtivos, tomando o agroecossistema como unidade de análise e implementação. Nesse estudo priorizamos a escala territorial e adotamos o assentamento rural como unidade espacial, a partir da perspectiva de território camponês proposto por Fernandes (2012), procurando não dissociar o produtor, o produzido e o contexto de sua produção.

Admitindo que os assentamentos de reforma agrária no Brasil<sup>14</sup> assumem diferentes concepções e estratégias de desenvolvimento e se organizam produtivamente de maneiras distintas (CARVALHO, 2002), a escolha do assentamento Contestado, localizado no município da Lapa no Paraná, se deu pela sua trajetória com a produção agroecológica e por acreditarmos se tratar de um caso exemplar para o fenômeno que se propõe investigar com esse estudo – a agroecologia entendida como modo de vida e um projeto político amplo. Portanto, enxergamos o assentamento Contestado como um experimento real em que homens e mulheres se organizam para produzir e viver a agroecologia, passando a manifestar novas concepções de vida e formas de relacionar entre si, com a natureza e o trabalho, que merecem ser examinadas. Para os sujeitos estudados, lugar de morar e lugar de trabalhar se configura na mesma unidade espacial, constitui uma unidade de vida,

---

<sup>14</sup> No Brasil existem 9.444 assentamentos regularizados, com cerca de 1.1 milhão de famílias assentadas (DATA LUTA, 2016).

“lugar peculiar de reprodução da vida, não só pelo contexto de luta pela terra, mas principalmente, por sua condição de agricultores” (RIBEIRO, 2012, p. 30).

Diante da natureza da problemática desta pesquisa, adotamos o enfoque teórico-metodológico do materialismo histórico dialético. Surgido a partir dos estudos de Karl Marx - que se dedicou a uma análise sistemática do modo de produção capitalista - este método de abordagem e exposição, equilibra o jogo das condições objetivas e subjetivas, ligados a processos históricos de mudança. A partir deste enfoque, a história é vista como um processo aberto em construção e, portanto, não está pré-determinada e definida, logo, deve e pode ser positivamente alterada (MÉSZÁROS, 2006). Dito de outro modo, “toda formação social é suficientemente contraditória, para ser historicamente superável” (DEMO, 2009 p.89). E com base em Gramsci, toda mudança na forma de produção e de trabalho, gera transformações no “modo de viver, pensar e de sentir a vida” (p. 66).

A partir da abordagem dialética, os fenômenos não são enxergados de maneira estática, mas no seu movimento contínuo na luta de seus contrários. Crê-se que ao se pensar em alternativas necessárias, ou até mesmo urgentes na sociedade em determinado contexto histórico, deve-se levar em conta as condições objetivas para sustentar tais alternativas. Os elementos do esquema básico do método dialético são a tese, a antítese e a síntese. No movimento da investigação dialética, partimos do concreto (empírico/vivido) para o abstrato (teoria/abstração) e vice-versa.

Complementamos a análise dialética com a utilização da dimensão espacial como categoria de análise geográfica, fundamentada em autores como David Harvey e Milton Santos que a interpretam como sendo a totalidade e produto social e histórico em permanente processo de mutação. Compreende-se a produção do espaço como resultado da ação humana sobre a superfície terrestre que expressa, a cada momento, as relações sociais que lhe deram origem, isto é, o complexo universo da cultura, da política e das ideologias. As formas espaciais produzidas manifestam projetos, interesses, necessidades e utopias. Deste modo, o espaço produzido propicia leituras (MORAES, 1988 p. 24).

A agroecologia, inserida nesta perspectiva, pode ser vista como uma forma de responder concretamente as contradições geradas pelo capitalismo, “tensionando a pretensa imutabilidade das relações sociais e a impossibilidade de transformar as expressões da opressão, dominação e exploração presentes na modernidade” (NETO, 2005, p. 238). Com este trabalho, o processo de abstração se materializa na experiência do Assentamento Contestado, localizado no município da Lapa-PR, território escolhido para ser o universo empírico desta pesquisa, onde os sujeitos

pesquisados demonstram que é possível manifestar outra racionalidade produtiva a partir da realidade concreta.

#### **D) Procedimentos de pesquisa**

O processo de trabalho científico desta pesquisa qualitativa se deu em três etapas: (1) fase exploratória; (2) trabalho de campo; (3) análise e tratamento do material empírico e documental (MINAYO, 2010).

O ponto de partida de uma investigação científica deve basear-se em um levantamento de teorias e dados, e para isso foi necessário, num primeiro momento, a realização de uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos, teses e dissertações (BONI; QUARESMA, 2005). Para isso, inicialmente foi realizado um levantamento sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema, capazes de fornecer teorias, conceitos e dados relevantes, buscando-se assim o seu estado da arte. As leituras serviram para assegurar a qualidade da problematização e a formulação de perguntas (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1988).

Após um aprofundado estudo sobre o tema, a observação em campo foi o passo seguinte no desenvolvimento da pesquisa. Desse modo, a observação também é considerada uma coleta de dados capaz de confrontar a teoria com a realidade a ser estudada, através da aproximação com o objeto de estudo. Esta técnica pode ser denominada de observação assistemática ou simples, onde o pesquisador procura recolher e registrar os fatos da realidade e, num primeiro momento, visa confrontar o referencial teórico com a realidade empírica e conhecer melhor o problema para (re)definir hipóteses (GIL, 1994; BONI; QUARESMA, 2005). Nesta etapa da pesquisa foram realizadas entrevistas exploratórias com “testemunhas privilegiadas” – pessoas que têm um bom conhecimento sobre o objeto de estudo e que podem fornecer informações importantes – lideranças do assentamento e pessoas ligadas à produção agroecológica. Segundo Quivy e Campenhoudt (1988) as entrevistas exploratórias são importantes pois permitem um contato com a realidade vivida pelos atores sociais e revelam determinados aspectos que não seriam possíveis de se encontrar na leitura.

Ainda durante a fase exploratória foi realizada a caracterização do contexto do território estudado e foram delimitados os atores sociais que constituem o universo da pesquisa. A partir desse primeiro contato, foram selecionados os indivíduos para participarem das entrevistas: ao todo foram selecionadas 10 famílias “camponesas agroecológicas” para participar da pesquisa, de um total de 84 que produzem de forma agroecológica no assentamento e/ou estão em fase

de transição. As famílias foram selecionadas de forma não probabilística (sem critério estatístico), por critério de conveniência e acessibilidade. A vantagem dessa técnica é apresentar uma maior facilidade operacional e serve para pesquisas como esta, de cunho qualitativo e em que não se pretende um rigor estatístico (GIL, 1994).

Na segunda etapa da pesquisa, durante o trabalho de campo, prosseguiu-se com a coleta de dados, que não seriam possíveis de se obter através da pesquisa bibliográfica e da simples observação. Nesta etapa, buscou-se aprofundar na elaboração de um modelo de análise a partir da percepção dos agricultores/as; para isso, foi utilizado a técnica de entrevista semi-estruturada (BONI; QUARESMA, 2005). Com a utilização dessa técnica foi possível captar, pelas falas das pessoas, elementos do Bem Viver que evidenciam a transição para novas sociabilidades. A partir disso prosseguimos com a elaboração do construto<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Construtos são abstrações, modelos teóricos elaborados a partir de termos/expressões/constatações que são difíceis de ser compreendidos ou que são novidades científicas (FREDDI, 2015).

## CAPÍTULO 1. O PARADOXO DO DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO: PARA QUÊ E A QUEM SERVE O DESENVOLVIMENTO?

Correntemente o conceito de desenvolvimento está associado a uma noção positiva – há uma crença na sociedade que o vê como algo benéfico – entendido pela maioria como um processo inexorável para passar de uma dada situação para outra melhor. Por isso, está presente nos discursos e nas práticas políticas como um poderoso mobilizador (GÓMEZ, 2006), visto que, “ocupa o centro de uma constelação semântica incrivelmente poderosa” (ESTEVA, 2000 p. 61), estando sempre associado às melhores intenções e a uma condição desejada (SACHS, 2000; GÓMEZ, 2006). Deste modo, configura-se como uma noção quase que incontestável ao senso comum – como uma meta universal a ser perseguida - afinal, quem não quer o desenvolvimento?

Por outro lado, podemos supor que as políticas e práticas de desenvolvimento<sup>16</sup>, em vez de serem a solução para os problemas do mundo, fazem parte do problema. Procuramos, com este capítulo, analisar a história e as contradições em torno do fenômeno do desenvolvimento e dar destaque a uma das múltiplas linhas de argumentação no debate contemporâneo sobre o fenômeno do desenvolvimento, empreendida pela corrente teórica do pós-desenvolvimento<sup>17</sup>, que conduz à problematização e desconstrução do conceito. Para isso, propõe-se, primeiramente, desnaturalizar o ideário do desenvolvimento e o seu caráter supostamente universal (SACHS, 2000; ESTEVA, 2000; RADOMSKY, 2014). Nesta perspectiva, considera-se o desenvolvimento:

não como algo natural, consubstancial ao devir da humanidade, necessário dentro da dinâmica social, e sim como um objeto construído historicamente, segundo condições concretas de possibilidade, legitimado por certos discursos, sancionado por determinadas pessoas ou instituições, expressado em determinadas práticas (GÓMEZ, 2006, p. 137).

Escobar (2007) considera o desenvolvimento um regime de representação, historicamente criado a partir da visão dominante de mundo eurocêntrica. Visto assim, o

---

<sup>16</sup> No sentido amplo, não o limitando à perspectiva econômica de crescimento, mas também incorporando aspectos políticos, sociais e culturais que fazem parte do seu discurso. Visto que em torno do desenvolvimento projetam diferentes concepções sociopolíticas.

<sup>17</sup> Destacamos aqui as principais obras dessa corrente de pensamento: Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder, organizado por Wolfgang Sachs (2000 [1992]); *La invención del Tercer Mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo*, de Arturo Escobar (1998) e *The History of Development. From Western Origins to Global Faith*, de Gilbert Rist (2002).

desenvolvimento passa a ser considerado um construto histórico-social, que carrega em si aspectos próprios do lugar e do período histórico que foi gestado. Portanto, está longe de corresponder às aspirações universais profundas.

Dando continuidade a esta perspectiva, Gómez (2006) ressalta que o desenvolvimento - como um campo teórico e prático historicamente construído - tem sido ao mesmo tempo estratégia de reprodução do capital e mecanismo de dominação e convencimento político. Para o referido autor: “no fim das contas, o discurso do desenvolvimento não tem nada de ontológico, de essencial, mas se revela uma construção histórica, consolidada através de discursos e práticas amplamente difundidas, que gozam de grande legitimidade” (GÓMEZ, 2006, p.129).

Nesse sentido, Rist (2002), Gómez (2006) e Escobar (2007) apregoam o desenvolvimento como um instrumento ideológico, utilizado para a manutenção da ordem e subordinação na sociedade capitalista – como uma estratégia eficaz para manter e acelerar o ritmo de expansão e acumulação do capital<sup>18</sup> na economia global. Para Mészáros (1996), a ideologia é, em geral, considerada o principal obstáculo da consciência para a autonomia e a emancipação. Por sua vez, a ideologia do desenvolvimento legitima o seu poder através da elaboração de discursos que se auto constituem em verdades inquestionáveis (GIRALDO, 2014). Em consonância com esse entendimento, Latouche (2010, p. 221) afirma que o uso do termo desenvolvimento: “preenche perfeitamente a missão que Marx atribui à ideologia: mascarar os interesses do capital por trás da ilusão de um interesse geral, paralisando assim a resistência das vítimas”.

O poder da ideologia dominante é indubitavelmente imenso, mas isso não ocorre simplesmente em função da força material esmagadora e do correspondente arsenal político-cultural à disposição das classes dominantes. Tal poder ideológico só pode prevalecer graças à vantagem da mistificação, por meio da qual as pessoas que sofrem as consequências da ordem estabelecida podem ser induzidas a endossar, consensualmente, valores e políticas práticas que são de fato absolutamente contrários aos seus interesses vitais (MÉSZÁROS, 1996, p. 26).

Críticos do desenvolvimento alertam sobre a imbricação entre as políticas de desenvolvimento e a lógica destrutiva do sistema capitalista. É notável o descompasso do

---

<sup>18</sup> Tendência verificada por Marx e Engels, (2008[1890], p. 14): “A necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre. Ela precisa estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares(...). Sob a ameaça da ruína, ela obriga todas as nações a adotarem o modo capitalista de produção. Em suma, ela cria um mundo à sua imagem e semelhança.”

discurso com a prática e da prática com os resultados alcançados. Na maioria dos casos, o discurso desenvolvimentista mascara os interesses do capital, inspira falsas promessas, e a sua prática, muitas das vezes, manifesta controvérsias e efeitos colaterais negativos, limitando os processos de transformação social efetivos que poderiam ocorrer fora do domínio ideológico do desenvolvimento e das práticas determinadas (ESCOBAR, 1998, 2007; SACHS, 2000; ESTEVA, 2000; RIST, 2002).

Para Sachs (2000, p. 12) “o desenvolvimento é muito mais que um simples empreendimento socioeconômico; é uma percepção que molda a realidade, um mito que conforta sociedades, uma fantasia que desencadeia paixões”. Fazendo com que todos os povos caminhem numa mesma direção, em um processo linear, universalizante<sup>19</sup> e colonizador, cujo modelo a ser seguido é o das nações que “correm à frente”, fundadas na matriz de racionalidade eurocêntrica dominante e na crença do progresso (PORTO-GONÇALVES, 2012). O padrão de desenvolvimento imposto ao mundo a partir de uma visão eurocêntrica “se fez impondo uma matriz energética fossilista com uma presunção universalista eurocêntrica que olvidou outras matrizes epistêmicas que ensejam modos de fazer (técnicas) próprios” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 37).

Segundo Sachs (2000 p. 15), desde o seu surgimento, o desenvolvimento tem sido utilizado para alcançar a “ocidentalização do mundo”, invisibilizando a riqueza presente na diversidade de experiências no mundo. Desta maneira, os discursos e práticas desenvolvimentistas desqualificam e deslegitimam outras formas de compreensão sobre a vida, natureza e sociedade, divergentes da concepção dominante. Como consequência, o desenvolvimento tem aprofundado a “economização” – colonização da vida pela economia -, “tanto na consolidação de uma linguagem, a econômica, que busca abarcar todos os discursos sobre a realidade, bem como na forma em que se mercantilizam cada vez mais todos os âmbitos das relações humanas” (GÓMEZ, 2006, p. 123).

Diante da atual crise civilizatória<sup>20</sup> - em que as próprias estratégias do desenvolvimento constituem um fator crucial ao seu agravamento -, teóricos do pós-desenvolvimento (SACHS, 2000, 2002; ESTEVA, 2000; RIST, 2002; ILLICH, 2010; ESCOBAR, 2005, 2007; LATOUCHE, 2010; QUIJANO, 2012) questionam o paradigma<sup>21</sup> do desenvolvimento e os

---

<sup>19</sup> Com base em Acosta (2016) e Sachs (2000), o mercado, o Estado e a ciência têm sido as grandes potências universalizantes de padrões econômicos, sociais, políticos e culturais ocidentais.

<sup>20</sup> Entendida como a soma de todas as crises: ambiental, social, econômica, energética, política.

<sup>21</sup> Aqui entende-se paradigma como sendo aquilo que Thomas Kuhn chama de “ciência normal”, que inclui teorias, métodos, e objetos que certa comunidade científica em determinado momento classifica como válidos (KUHN, 1991).

conceitos que o sustentam - baseados em uma visão de mundo eurocêntrico, mecanicista, patriarcal, antropocêntrico, produtivista-consumista etc.

Segundo os críticos do desenvolvimento, paradoxalmente, o principal fator responsável pela pobreza e exclusão deve ser procurado onde se afirma estar a solução do problema, isto é, precisamente no processo de “desenvolvimento” (BONAIUTI, 2012, p. 88).

Dessa forma, esses teóricos buscam abrir espaço para respostas criativas – fora do paradigma do desenvolvimento - aos atuais desafios que a humanidade está enfrentando. Para isso é necessário descolonizar o pensamento/ação e desvelar os vastos e complexos sistemas de concepção de mundo até então obscurecidos pelas narrativas desenvolvimentistas dominantes. Na perspectiva de construir uma nova materialidade social, saindo do viés da discussão puramente acadêmica, o Bem Viver que, mais adiante, buscaremos relacionar à agroecologia, poderá situar-se como caminho possível para superação do desenvolvimento, trazendo para a subjetividade humana novas formas de pensar o mundo em contraposição à hegemonia do capital.

### **1.1 Pequena história crítica da teoria do desenvolvimento - o seu caráter geopolítico e contraditório**

O desenvolvimento é um conceito que passou a ser empregado oficialmente nos discursos e práticas políticas, após a Segunda Guerra Mundial, com o colapso dos poderes coloniais, e o desencanto com o conceito de “progresso”. A partir da motivação política dos países ricos e industrializados – do Norte – liderados pelos Estados Unidos, em intervir para elevar os níveis de desenvolvimento dos países periféricos e “atrasados” - do Sul - e impor uma nova ordem mundial<sup>22</sup> e um novo ciclo de acumulação do capital.

O conceito assumiu uma ideia atraente, equivalente ao seu antecessor - o conceito de progresso - amplamente utilizado no período colonial, para justificar uma espécie de escala de evolução social<sup>23</sup>. Com base em Porto-Gonçalves (2006, p. 64): “a colonização do pensamento nos fez crer que há povos atrasados e adiantados, como se houvesse um relógio que servisse de

---

<sup>22</sup> Em que o padrão de acumulação reforça a condição dependente dos países pobres e sua inserção periférica (ou semiperiférica).

<sup>23</sup> Em que o modo de produção industrial se tornou o estágio final de um caminho unilinear para a evolução social (ESTEVA, 2000, p.63).

parâmetro universal”. Assim sustenta-se e naturaliza-se a premissa de superioridade de grupos “desenvolvidos” sobre outros “subdesenvolvidos”<sup>24</sup> e legitima-se as formas de expansão, dominação e imposição de padrões e modelos, por parte dos países ricos, sob o pressuposto de “ajuda aos necessitados” (SACHS, 2000; RIST, 2002; ESCOBAR, 2007; ACOSTA, 2016; SILVA, 2014), de tal modo, tentam impor uma certa igualdade negando a diferença.

Assim, se confunde a luta contra a injustiça social com uma luta pela igualdade conforme uma visão de mundo eurocêntrica, enfim, um padrão cultural que se creê superior e, por isso, passível de ser generalizado. Com isso, contribui-se para que se suprima a diferença, a diversidade, talvez o maior patrimônio que a humanidade tenha (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 64).

Ainda com base em Porto-Gonçalves (2006, p.64):

Assim, nos vemos diante de um desses paradoxos constitutivos do mundo moderno-colonial, em que a superação da desigualdade se transforma, na verdade, numa busca para que todos sejam iguais ao padrão cultural europeu norte ocidental e estadunidense.

A respeito deste padrão cultural “superior”, propagado pela ideologia do desenvolvimento, em função da hegemonia assumida pelo capitalismo estadunidense, Gramsci, em 1934 (GRAMSCI, 2008) já o chamava de *americanismo*, definindo-o como sendo um fenômeno ao mesmo tempo político, ideológico e econômico comandado pelos Estados Unidos<sup>25</sup>.

Para Mészáros (2003), a invenção do desenvolvimento e subdesenvolvimento é uma das principais contradições do sistema capitalista a serem enfrentadas. Ainda sobre o subdesenvolvimento, Josué de Castro (1973, p. 2) esclarece que:

O subdesenvolvimento não é, como muitos pensam equivocadamente, insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial.

Dito de outro modo:

O caráter centro-periférico é estruturante do sistema capitalista mundial desde sempre, e se reproduz desenvolvendo o subdesenvolvimento[...] Enfim, o subdesenvolvimento não é um estágio que se supera, mas um polo necessário

---

<sup>24</sup> Subdesenvolvimento entendido enquanto sub em relação ao modelo eurocêntrico urbano-industrial.

<sup>25</sup> Segundo Gramsci (2008, p. 14), o único capitalismo histórico que não se encontrava limitado pelos resíduos sociais dos modos de produção anteriores.

do processo de desenvolvimento do sistema mundo capitalista que se reproduz reproduzindo essa estrutura centro-periférica (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 242).

Illich (2000) alega que, desde o seu surgimento, o desenvolvimento foi utilizado como estratégia de controle social.

Resultado de um consenso que emergia dos Estados Unidos, segundo o qual a maioria das pessoas são necessitadas, essas necessidades lhes dão direitos, esses direitos se traduzem em habilitação para receberem assistência, e, por sua vez essa assistência impõe determinadas obrigações aos ricos e aos poderosos (ILLICH, 2000, p. 160).

Mészáros (1987, p. 26) ao tratar do controle social, defende que a sua função:

foi alienada do corpo social e transferida para o capital, que adquiriu assim o poder de aglutinar os indivíduos num padrão hierárquico estrutural e funcional, segundo o critério de maior ou menor participação no controle da produção e da distribuição.

Em consonância com o entendimento do fenômeno do desenvolvimento como sendo um construto histórico (SACHS, 2000; ESCOBAR, 2005; GOMÉZ, 2006), alguns autores datam o início da “era do desenvolvimento” no dia 20 de janeiro de 1949, no discurso de posse do segundo mandato do presidente dos Estados Unidos (EUA), Harry Truman, quando menciona a necessidade de levar o conhecimento técnico e científico e o progresso industrial dos EUA a todos os países subdesenvolvidos, lançando o conceito de desenvolvimento como um imperativo global - um apelo para que todas as nações seguissem seus passos, contra a ameaça do comunismo<sup>26</sup> e da condição indigna do subdesenvolvimento<sup>27</sup> (SACHS, 2000; RIST, 2002; ILLICH, 2000; ESTEVA, 2000; RADOMSKY, 2014; ACOSTA, 2016).

O subdesenvolvimento começou, assim, a 20 de janeiro de 1949 [discurso do presidente Truman]. Naquele dia, dois bilhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas. Em um sentido, muito real daquele momento em diante, deixaram de ser o que eram antes, em toda sua diversidade, e foram transformados magicamente em uma imagem inversa da realidade alheia: uma imagem que os diminui e os envia para o fim da fila (ESTEVA, 2000, p. 60).

---

<sup>26</sup> Segundo Sachs (2000 p. 13) “A influência então crescente da União Soviética, forçou-o a criar uma visão que atraísse a lealdade dos países em processo de descolonização, garantindo assim seu apoio na luta contra o comunismo”.

<sup>27</sup> A partir do famoso discurso feito pelo Presidente Truman, em 1949, a pobreza e exclusão são interpretadas como efeitos do atraso dos países denominados subdesenvolvidos.

Com base em Boaventura de Sousa Santos, após a crise do poder colonial:

Quando os países periféricos do Sul global, muitos dos quais antigas colônias europeias, se tornaram independentes e tentaram traçar a sua própria história num mundo pós-europeu, a jornada foi acidentada. Por um lado, Europa e EUA questionaram e desafiaram qualquer tentativa de desvinculação do sistema capitalista, por outro, a União Soviética recusou qualquer alternativa que não a sua (SANTOS, 2016, p. 30).

Desse modo, o colapso dos poderes coloniais forneceu aos Estados Unidos da América a oportunidade de dar dimensões globais à missão que lhes havia sido legada por seus fundadores: ser a “luz no cimo do monte” (SACHS, 2000; GRAMSCI, 2008). “Lançaram o desenvolvimento como um apelo para que todas nações seguissem seus passos” (VEIGA, 2006, p.17), exercendo assim uma condução ideológica da sociedade em nível global (MÉSZÁROS, 2003). Por conseguinte, a ideologia do desenvolvimento passou a favorecer a expansão do modo de produção e consumo capitalista, acompanhado de todas as suas contradições (SACHS, 2000; RIST, 2002; GARCIA, 2012; ACOSTA, 2016)

Pois acreditava-se que era parte da natureza predeterminada do universo atemporal que o "subdesenvolvimento" seria seguido pela decolagem capitalista, que, por sua vez, traz inexoravelmente consigo um impulso para a maturidade; desde que as forças políticas das democracias ocidentais evitem as más ações de revolucionários criadores de problemas que têm a tendência a se opor àquela ordem (MÉSZÁROS, 2003, p. 23, grifo do autor).

Desde então, a concretização e a expansão do discurso do desenvolvimento se deu “a partir de cima” (SANTOS, 2010), por meio da criação e da implementação de planos, programas, projetos, metodologias e manuais de desenvolvimento, bancos especializados em financiar o desenvolvimento, capacitação e formação para o desenvolvimento. Através de um aparato de instituições “benevolentes”, tais como: Banco Mundial, Fundo Monetário Mundial, Organização das Nações Unidas, Organização Mundial do Comércio, ONGS etc. (SACHS, 2000; ESCOBAR, 2005; MAX-NEEF, 2012; RADOMSKY, 2014; ACOSTA, 2016). “A euforia produziu uma indústria generosamente financiada de “estudos de desenvolvimento” (MÉSZÁROS, 2003, p. 24).

Na América Latina, a responsável pela concretização deste ideário foi a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). Criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, a CEPAL teve o papel de

fazer um diagnóstico sobre o estágio de desenvolvimento em que se encontravam as economias do continente [...]. Cabe ressaltar que a CEPAL não nasce com autonomia decisória dos governos da América Latina, visto que, vinculada à ONU, imperam sobre ela os poderes mandatários da hegemonia dos Estados Unidos (TRANSPADINI, 2016, p. 185).

Do mesmo modo, o domínio ideológico do desenvolvimento, exercido através de um aparato de instituições e discursos, propagou o estilo de vida e de consumo estadunidense para o mundo (GRAMSCI, 2008). Com base em Harvey (2008):

Nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos (p. 17).

Nesse sentido, com base na teoria de Gramsci (2011), o desenvolvimento pode ser considerado um aparelho formador de hegemonia.

Com base nas quais as formas de dominação se difundem, generalizando modalidades de convencimento adequadas ao grupo ou fração dominante – convencimento que passa a ser, a partir de então, tarefa permanente e fundamental da burguesia para fortalecer a sua capacidade de organizar o consentimento dos dominados, interiorizando as relações e práticas sociais vigentes como necessárias e legítimas (PRONKO; FONTES, 2012, p. 390).

A base ideológica da ideia de desenvolvimento é tão poderosa que, ao universalizar-se, tornou-se um projeto civilizatório e uma espécie de mandato global que, tanto governos liberais e capitalistas de direita, como os socialistas de esquerda, passaram a perseguir como meta universal. Os governos de esquerda adotaram a lógica produtivista, com a ideia de oferecer para todos aquilo que o capitalismo oferecia somente para alguns (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Assim, havia a crítica à desigualdade do desenvolvimento, e não ao desenvolvimento enquanto tal. Deste modo, os que criticavam a desigualdade do desenvolvimento contribuíam para fomentá-lo, na medida em que a superação da desigualdade, da miséria, se fazia por mais desenvolvimento (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 63).

Por sua vez, o padrão de desenvolvimento capitalista em curso no mundo globalizado, ao mesmo tempo que alcançou expressivos níveis de crescimento econômico, avanços científicos e tecnológicos, manteve em contraponto níveis crescentes de pobreza, agravamento da desigualdade na distribuição de riqueza e poder, erosão da diversidade cultural, degradação

irreversível dos recursos naturais e incontáveis conflitos sociais (MÉSZÁROS, 2003; PORTO-GONÇALVES, 2006; SANTOS, 2008; MAX-NEEF, 2012).

Stahel (1994, p.70) afirma que:

Tais desequilíbrios se manifestam em nível cultural por um rompimento na certeza positivista de progresso que orientou e acompanhou os fins capitalistas até agora, levando a um crescente questionamento do modelo dominante de desenvolvimento.

Santos (2016) propõe analisar as contradições e desigualdades no mundo, geradas pelo desenvolvimento capitalista como um “campo de trocas desiguais”. Esse entendimento revela que “a prosperidade da Europa foi construída com a transferência de riqueza do Sul global, primeiro das colônias e posteriormente com as lógicas neocoloniais” (p. 41). Afinal, não fosse a América com seus povos e suas riquezas tão importantes, não teria nenhum sentido a sua dominação pelos europeus. Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006, p. 124) definem esse fenômeno como uma “geografia desigual dos proveitos e dos rejeitos”. Segundo Mézáros (1996, p. 16), o desenvolvimento dificilmente poderia ser de outro modo, visto que: “a ordem dominante necessita aplicar para si mesmo critérios radicalmente diferentes dos aplicados àqueles que devem ser mantidos em posição subordinada”.

Segundo Celso Furtado (1996 [1974]) o desenvolvimento é um mito - uma manipulação ideológica - que tem mobilizado os povos dos países periféricos a aceitar sacrifícios e justificar as formas de dependência econômica, destruição das culturas locais e exploração predatória dos recursos naturais, em prol do “progresso”, via estágios de desenvolvimento. Com base no autor, graças à noção de desenvolvimento:

tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos, como são os *investimentos*, as *exportações* e o *crescimento*. (p.89).

Acosta (2016, p. 48), intelectual crítico do desenvolvimento, corrobora com a tese de Furtado, ao indagar:

Desta maneira, os países considerados atrasados aceitaram aplicar um conjunto de políticas, instrumentos e indicadores para sair do “atraso” e chegar ao desejado “desenvolvimento”. Ao longo das últimas décadas, quase todos os países considerados não desenvolvidos têm tentado seguir esse caminho. Quantos conseguiram? Muitos poucos, e isso se aceitarmos que o que conseguiram é realmente “desenvolvimento”.

De acordo com Veiga (2006, p. 17), “durante meio século, a política de boa vizinhança no planeta foi formulada à luz do “desenvolvimento”. Mas agora esse farol apresenta fissuras sérias e começa a desmoronar”. Sachs (2000) corrobora com esse entendimento e anuncia o fim da “era do desenvolvimento”:

O conceito de desenvolvimento é como uma ruína na paisagem intelectual. Ilusões e reveses, fracassos e crime foram seus assíduos companheiros e todos eles relatam uma mesma estória: o desenvolvimento não deu certo. Além disso, as condições históricas que lançaram o conceito à proeminência se esvaeceram: o desenvolvimento ficou defasado. E, sobretudo, as esperanças e ambições que lhe fizeram alçar vôo estão hoje exaustas: o desenvolvimento tornou-se obsoleto (SACHS, 2000, p. 11).

Com base em Escobar(2005), em síntese, a teoria do desenvolvimento apresenta três períodos, que correspondem a contrastantes abordagens: *a teoria da modernização*, entre as décadas de 1950 e 1960, sob a premissa dos efeitos benéficos do crescimento aliado ao capital, ciência e tecnologia; *a teoria da dependência* nos anos de 1960 e 1970, com a tese de que as raízes do subdesenvolvimento estavam na conexão entre a dependência externa e a exploração interna e não numa suposta falta de capital, tecnologia ou valores modernos; e a terceira fase na segunda metade da década de 1980 e 1990, com o aprofundamento das críticas ao desenvolvimento e com o surgimento de modelos alternativos de desenvolvimento. Escobar, sinaliza que estamos perante um quarto momento na história sociológica do desenvolvimento, no qual se insere a corrente do pós-desenvolvimento que busca romper com o desenvolvimento.

## **1.2. As novas abordagens de desenvolvimento alternativo**

Com a descrença na teoria global do desenvolvimento, pautado sobretudo no crescimento econômico, começaram a surgir, a partir da década de 1970, posicionamentos críticos em relação ao enfoque economicista do desenvolvimento. Em uma tentativa de reorientar o sentido do conceito, surgiram novas abordagens de desenvolvimento. Passou-se a incorporar a dimensão humana e social ao desenvolvimento, com vistas à melhoria das condições de vida e ao atendimento das necessidades humanas, inspirando valores de cidadania e participação (FURTADO, 2002; SANTOS, 2010; ESTEVA, 2000). Nesse sentido, ressaltam-se os esforços de Amartya Sen (2000), que colaborou para construção do Índice de

Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>28</sup>, junto às Nações Unidas, e os indicadores do Desenvolvimento à Escala Humana proposto pelo chileno Manfred Max-Neef (2012). Estas variações conceituais e a produção de indicadores mais complexos, propiciaram frutíferas contribuições para uma análise mais ampla do desenvolvimento, porém padeceram de algumas limitações.

De acordo com Sabourin (2011, p. 25), “o termo desenvolvimento, apesar de inumeráveis qualificativos, deixou de ser um conceito convincente e inovador” e que ao assumir novos adjetivos e sobrenomes para diferencia-lo, com novas reformulações nos discursos e práticas de desenvolvimento (local, sustentável, territorial, humano, endógeno etc.) permanece arraigado nas mesmas bases: capital, mercado, crescimento e modernização, destinadas aos mesmos fins (GÓMEZ, 2006; RIBEIRO, 2008; QUIJANO, 2012). Estermann (2012, p. 156) e Max-Neef (2012, p. 103) ressaltam que estas novidades que se acrescentam ao conceito de desenvolvimento representam simples melhoramentos “cosméticos” ao modelo; estas de certo modo “enriquecem” a linguagem de desenvolvimento, porém, sem questionar a fundo o próprio modelo e seus pressupostos filosóficos e civilizatórios.

Eis que o surgimento de novas abordagens e tipos de desenvolvimento servem para mascarar os efeitos prejudiciais do desenvolvimento e promover ajustes necessários para renovar os anseios da sociedade, conforme aponta Gómez (2006, p. 27):

A globalização capitalista neoliberal mantém seu status hegemônico, em função de sua diuturna pretensão de capturar as críticas, de integrá-las, de fazê-las digeríveis ou, se não consegue, de marginalizá-las, desprezá-las, reduzi-las a ruídos que não podem ser decifrados. Nesse sentido, as críticas light, baixas em calorias, fazem um ótimo serviço ao afã legitimador do capitalismo, possibilitando-lhe variantes de discursos e práticas que o sintonizam com os anseios diversos e mutáveis da sociedade (GÓMEZ, 2006, p. 27).

De acordo com Veiga (2006, p.16):

O conteúdo implícito ou explícito do desenvolvimento é o crescimento econômico, a acumulação de capital, com todos os seus conhecidos efeitos positivos e negativos. E esse núcleo duro está indissolivelmente ligado as relações sociais bem particulares que são aquelas do modo de produção capitalista.

---

<sup>28</sup> Trata-se de um indicador sintético de qualidade de vida, que leva em conta os indicadores de renda, educação e saúde.

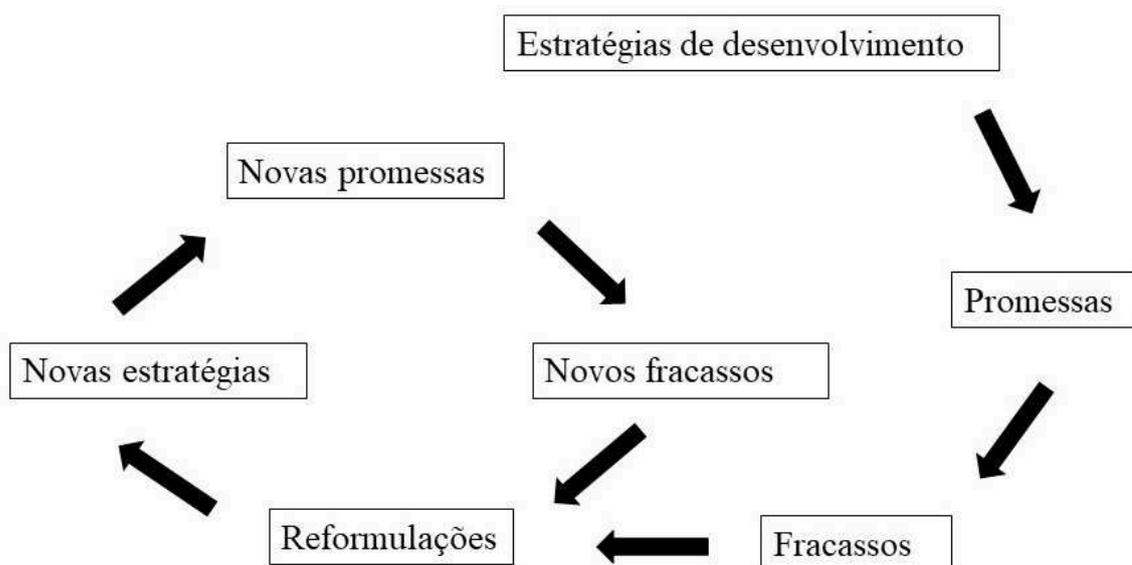
O pós-desenvolvimento se distingue de outros pontos de vistas críticos, e alerta para o fato de que todos os esforços de mudança dentro do paradigma dominante visam, antes de qualquer coisa, perpetuar o mesmo sistema (RADOMSKY, 2014), de modo que “as novas roupagens do desenvolvimento – humano e sustentável - não passariam de manobras fraudulentas” (VEIGA, 2006, p. 16).

O principal objetivo dessas críticas ao desenvolvimento é revelar a contradição subjacente, e mostrar que sem esse trabalho de esclarecimento o mesmo modelo de desenvolvimento tende a se reproduzir, sob novas roupagens (LÉNA, 2012, p. 33).

Ribeiro (2008, p. 117) afirma que: “a plasticidade do discurso sobre desenvolvimento é central para assegurar sua viabilidade continuada”. São tentativas de amenizar a lógica destrutiva do capital em relação ao homem e à natureza, e continuar com a lógica de crescimento econômico e modernização presentes como principais pontos na agenda desenvolvimentista (RIST, 2002; SACHS, 2000; ESTEVA, 2000, ILLICH, 2000). Visto desse modo, o desenvolvimentismo apresenta sucessivos fracassos e ajustes, “as promessas se repetem incansavelmente e os experimentos se produzem continuamente. Como explicar que cada fracasso seja a oportunidade para uma nova prorrogação?” (RIST, 2002, p. 35, tradução nossa).

Para Gómez (2006, p. 117), o desenvolvimento segue uma espiral nada virtuosa, em que as políticas de desenvolvimento acumulam fracassos contínuos, seguidos de reformulações otimistas que levam a novos fracassos e assim por diante, conforme representado na figura abaixo:

**Figura 1** - Espiral (des)virtuosa do desenvolvimento.



Fonte: Organização própria, com base em Gómez (2006, p.117).

Dito de outra forma, as políticas de desenvolvimento que enfatizam o mercado geram um círculo vicioso, até hoje não resolvido: pobreza → implementação de políticas de desenvolvimento de base mercantil → aumento da concorrência → aumento das desigualdades → mais pobreza (GÓMEZ, 2006, p. 81). As teorias e a experiência acumulada evidenciam que: “a integração no mercado não melhora a situação da maioria da população, em função da concorrência excludente que se origina; ao contrário, no processo, boa parte sofre uma marginalização crescente” (GÓMEZ, 2006, p. 89).

### 1.3 A insustentabilidade do discurso do desenvolvimento sustentável

Segundo Furtado (1996 p. 86), “se observamos o sistema capitalista em seu conjunto, vemos que a tendência evolutiva predominante é no sentido de excluir nove pessoas em dez dos principais benefícios do desenvolvimento”. Visto assim, o estilo de vida produtivista/consumista – *american way of life* - criado pelo capitalismo tenderá sempre a ser privilégio de uma minoria, sendo não universalizável por natureza (PORTO-GONÇALVES, 2006). “As críticas ao sistema capitalista existem há muito tempo, mas ganharam força com o apoio e o reforço da crítica ecológica” (LÉNA; NASCIMENTO, 2012, p. 10).

Além das dificuldades de acesso, torna-se cada vez mais evidente a impossibilidade - do ponto de vista ecológico - de expansão do sistema capitalista e do estilo de vida consumista, pois:

A evidência à qual não podemos escapar é que em nossa civilização a criação de valor econômico provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico e o custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização (FURTADO, 1996, p.12 e p.88).

Léna e Nascimento (2012, p. 10) reafirmam essa ideia:

De fato, a percepção da existência de limites à expansão material subverte a ordem simbólica capitalista e o fetiche da mercadoria. Trata-se, muito provavelmente, de uma ruptura ou bifurcação histórica que está em curso.

Com base na teoria de Mészáros (2003, p.22), a produção e o consumo estão condicionados à destruição, ou, dito de outro modo: “são equivalentes funcionais no processo de reprodução do capital”. Em outra obra, o referido autor afirma: “Quanto mais o sistema destrava os poderes da produtividade, mais ele libera os poderes de destruição; e quanto mais dilata o volume de produção, tanto mais tem de sepultar tudo sob montanhas de lixo asfixiante” (MÉSZÁROS, 1987, p. 57). A teoria da produção destrutiva do capital, exposta por Mészáros (1987), pode ser mensurada pela *taxa de uso decrescente*, relacionada à necessidade de expansão do capital, que significa a diminuição da produção para o uso – correspondente à necessidade -, e o aumento exponencial da produção para a troca – transação comercial e financeira – somado à diminuição do tempo de vida útil dos produtos (obsolescência programada).

Devido às enormes transformações sofridas no mundo, a partir dos anos 60, os movimentos sociais passaram a alertar sobre os limites da interação humana sobre a natureza. A questão ambiental passou a ser debatida a partir dos anos 60 - até então a natureza era considerada como uma fonte inesgotável de recursos<sup>29</sup> –, com o iminente risco de escassez dos recursos naturais e diante de uma longa lista de impactos socioambientais e riscos que a humanidade e o planeta passaram a correr em função de um modelo de desenvolvimento predatório. “A crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza” (LEFF, 2009, p. 15). Desde então, ocorreram diversos encontros, conferências e tratados mundiais para discutir

---

<sup>29</sup> “Afinal, até os anos 1960, a *dominação da natureza* não era uma questão, e sim uma solução, - o desenvolvimento. É a partir desse período que se coloca explicitamente a *questão ambiental*” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.51).

a crise ambiental e as desigualdades sociais entre nações e dentro de nações, geradas pelo padrão de desenvolvimento capitalista (PORTO-GONÇALVES, 2004, 2006; GADOTTI, 2009; LÉNA; NASCIMENTO, 2012).

Apesar da discussão passar a fazer parte da agenda geopolítica mundial, pouco tem sido feito para reverter esse quadro e impor limites ao crescimento<sup>30</sup> (SACHS et al., 2002; LÉNA; NASCIMENTO, 2012). Pelo contrário, observa-se a intensificação dos ritmos de exploração da natureza e o surgimento de novas manifestações da crise e riscos ecológicos. O fato é que líderes mundiais e instituições políticas, como a ONU e Banco Mundial, continuam a sustentar o crescimento econômico como o único modelo econômico e de desenvolvimento a ser seguido pelo mundo. Na maioria dos casos, pregam o desenvolvimento de boas tecnologias como solução para os problemas ambientais, “ignorando questões do poder, justiça social, desigualdade e controle comunitário sobre os ecossistemas” (BARLOW, 2012, p. 4).

Observa-se que a institucionalização da problemática ambiental<sup>31</sup>, induziu à criação de um conceito que transmite uma noção de conciliação entre a lógica capitalista e a crise ambiental, denominado de *desenvolvimento sustentável*<sup>32</sup>. Profundamente ambíguo e controverso (SACHS et al., 2002; DALY, 2004; PORTO-GONÇALVES, 2004; LÉNA, 2012; VEIGA 2017), este conceito foi concebido para facilitar o diálogo entre interesses extremamente divergentes, e como uma aposta na continuidade das relações de produção capitalista. Segundo Sachs et al. (2002 p. 14) “Trata-se de um conceito monumentalmente vazio, que carrega uma conotação vagamente positiva. Por isso, é facilmente usado como veículo de perspectivas contraditórias”.

Em voga atualmente, tornou-se um conceito em disputa, que vem sendo apropriado para perpetuação capitalista com uma nova roupagem – “capitalismo verde” (SACHS et al., 2002; PORTO-GONÇALVES, 2004; HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006; GADOTTI, 2009; LEFF, 2009; VEIGA, 2010; LÉNA, 2012; VIZEU et al, 2012, ACOSTA, 2016). Devemos nos questionar sobre o significado e o alcance desta tal sustentabilidade. Como bem esclareceu Stahel (1994, p. 61): “Ao buscar-se um desenvolvimento sustentável hoje está-

---

<sup>30</sup> Dados oficiais revelam que as emissões de dióxido de carbono aumentaram 60% entre 1990 e 2014. Fonte: Centro de Análise de informações sobre Dióxido de Carbono, Divisão de Ciências Ambientais, Laboratório Nacional de Oak Ridge - Tennessee, Estados Unidos. Disponível em: <https://datos.bancomundial.org/>

<sup>31</sup> A Conferência Mundial para debater o meio ambiente, em Estocolmo, em 1971 representa um marco político para a institucionalização da problemática ambiental.

<sup>32</sup> A expressão “desenvolvimento sustentável” foi lançada oficialmente na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio em 1992.

se, ao menos implicitamente, pensando em um desenvolvimento capitalista sustentável, ou seja, uma sustentabilidade dentro do quadro institucional de um capitalismo de mercado”.

Veiga (2006, p.09) esclarece que a utilização do termo sustentabilidade era restrito aos estudos da biologia populacional, por isso “pode ser fácil compreender o sentido da palavra sustentabilidade quando aplicado ao manejo de peixes da pesca, mas isso deixou de ser verdade desde que foi transferida, por analogia, para o processo de desenvolvimento como um todo”. Para Foster (2015) e Daly (2004) o termo desenvolvimento sustentável só faz sentido se for entendido como desenvolvimento sem crescimento, aquilo que eles denominam de *estado estacionário* ou *economia estacionária*. Ou seja, é preciso uma mudança estrutural profunda, que retira a busca pelo crescimento econômico como primeiro plano, um desenvolvimento que não sirva ao capital, mas que seja orientado para satisfação das necessidades humanas. Algo bem diferente do que temos visto até o momento.

Apesar das contradições em torno do conceito, a negação do termo desenvolvimento sustentável exige esforços teóricos para a conceituação de um novo termo compatível com os anseios da crítica ao sistema econômico capitalista. Por exemplo: a partir da controversa teoria do Decrescimento e um amplo movimento em prol do Bem Viver. De todo modo, sabe-se que, certamente, sem uma preocupação social e sem um olhar crítico sobre o fenômeno do desenvolvimento econômico, o conceito de sustentabilidade esvazia-se de sentido.

Não basta fazer coleta seletiva de lixo, não basta evitar o desperdício de água, substituir os carros a gasolina por carros elétricos. Na verdade, o que é preciso mudar, para interromper a destruição do planeta, é o tipo de desenvolvimento. Desde o século passado, a economia é centrada na produção crescente e no consumo incessante. O objetivo prioritário da economia dominante é o crescimento econômico: o critério universal de avaliação de um país é o PIB, quanto mais produzir, quanto mais vender, melhor é o país, melhor está sua economia (LESBAUPIN, 2012, p. 40).

Diante do exposto, torna-se necessário problematizar a questão do desenvolvimento a fundo e questionar a ideologia, a racionalidade e o discurso dominante, assentados no paradigma econômico do crescimento infinito e da acumulação ilimitada, que impõem um sistema de valores regidos pela lógica do capital, o qual tem levado à mercantilização de todas as esferas da vida, em detrimento do bom desempenho social, ambiental e cultural da sociedade como um todo (SANTOS, 2002; PORTO-GONÇALVES, 2006; LEFF, 2009; VEIGA, 2010; MAX-NEEF, 2012; ACOSTA, 2016).

## **CAPÍTULO 2. A CRISE DO DESENVOLVIMENTO, O PÓS-DESENVOLVIMENTO E A EMERGÊNCIA DO BEM VIVER**

### **2.1 Da euforia ao desencanto**

O início da década de 1970 assinala uma aguda crise estrutural<sup>33</sup> da ordem capitalista, após a corrosão do período conhecido como “gloriosos trinta anos” - representado pela força do desenvolvimento acompanhado de grande crescimento econômico e uma relativa seguridade social (MÉSZÁROS, 2003; RIBAS, 2010). Atualmente, há suficientes evidências teóricas e empíricas para a crise do atual modelo de desenvolvimento, uma crise que não é apenas econômica, e sim de múltiplas dimensões: ambiental, energética, social, política/institucional e cultural (LEFF, 2009; PORTO-GONÇALVES, 2006; MAX-NEEF, 2012). Por que podemos falar de uma "crise civilizatória" e não simplesmente de uma crise econômica ou de uma concatenação conjuntural de várias crises? De acordo com Estermann (2012, p. 151, tradução nossa):

todas as crises mencionadas se baseiam em um único tipo de racionalidade e valores que remontam à civilização ocidental dominante dos últimos trezentos ou quatrocentos anos. E essa racionalidade é atormentada por uma série de falácias e pressupostos incompatíveis com a vida em geral e a vida humana em particular. As conseqüências desastrosas que começaram a se manifestar hoje inegavelmente têm a ver com dois fatores transcendentais: o processo histórico de globalização ou globalização do modelo ocidental nos últimos cinquenta anos, especialmente através da ideologia do desenvolvimentismo e do consumismo, por um lado, e a aceleração da economia fictícia especulativa em detrimento de uma economia real.

Diante deste cenário de múltiplas crises, a partir do final da década de 1980, as críticas em relação ao fenômeno do desenvolvimento passaram a ser mais acentuadas e as propostas de desenvolvimentos alternativos já não convencem com tanta facilidade, visto que a crença no desenvolvimento foi abalada pela crise (LÉNA; NASCIMENTO, 2012). Nota-se que não adianta mais propor "modelos alternativos" de desenvolvimento, muito menos continuar a propor o "desenvolvimento" (GUDYNAS; ACOSTA, 2011). Alguns autores têm defendido o fim da era do desenvolvimento e o início da era pós-desenvolvimentista (ESCOBAR, 2005; LATOUCHE, 2010; SACHS, 2000). “O fracasso do modelo desenvolvimentista não se deve a

---

<sup>33</sup> Difere, portanto, das crises conjunturais periódicas do capitalismo, pois aponta para o debilitamento de todo um regime político (MESZÁROS, 2003).

uma aplicação imperfeita ou inadequada deste, e sim a suas contradições inerentes” (GARCIA, 2012, p. 210).

Ao invés de procurar reconstruir um tipo de desenvolvimento mais igualitário, inclusivo ou ambientalmente responsável, o pós-desenvolvimento busca destruir a narrativa do desenvolvimento e imaginar uma era em que ele não seja mais o pilar organizador e nucleador das sociedades (RADOMSKY, 2014).

Entende-se por pós-desenvolvimento, uma corrente de pensamento que tem como propósito desconstruir e romper com o discurso do desenvolvimento - que se coloca como único caminho possível - para visibilizar outros caminhos que estão sendo trilhados, dando centralidade ao território, à cultura e à natureza (ESCOBAR, 2005). Romper com o desenvolvimento é, portanto, assumir a existência de outras racionalidades e visões de mundo, espalhadas por diversas experiências de vida ao redor do mundo, distintas do modelo ocidental capitalista.

A corrente do pós-desenvolvimento chama a atenção para o fato de que o desenvolvimento age como “um empreendimento que visa a transformar em mercadorias as relações dos homens entre eles e com a natureza” (VEIGA, 2006, p.15). Em síntese:

O nó da questão está no que o desenvolvimento executa. Naquilo que ele faz – instrumentalizar, mercantilizar, intervir na vida das pessoas, planejar, modificar e colonizar os modos de vida tradicionais, criar programas “de cima para baixo”, quantificar resultados e construir realidades por meio de diagnósticos e relatórios (RADOMSKY, 2014, p. 170).

Illich (2010, p. 165) visualiza o desenvolvimento como um “processo através do qual as pessoas são retiradas de suas bases culturais tradicionais”. Porto-Gonçalves (2006, p. 81) corrobora com este entendimento ao afirmar:

Assim, desenvolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destes com a natureza. O desafio ambiental continua a nos convidar à busca de alternativas *ao* e não *de* desenvolvimento.

Veiga (2006, p. 11), apresenta o ideário de pós-desenvolvimento composto por cinco dimensões:

a) valorização das sociedades que não desenvolveram; b) desvalorização da ideia de progresso; c) crítica dos principais vetores do desenvolvimento (economia, Estado, educação, ciência, colonização, pensamento único, meios de comunicação, e organizações internacionais); d) crítica das práticas desenvolvimentistas; e e) elogio dos modos de resistência dos perdedores que estão abrindo o caminho para a “era do pós-desenvolvimento”.

Para Sachs (2000), Esteva (2010), Santos (2002) e Acosta (2016), é necessário centrar-se na análise das contradições do modelo de desenvolvimento hegemônico, ancorado na modernidade euro-ocidental capitalista, e na necessidade de superar este modelo. Visto que as políticas de desenvolvimento, formuladas por instituições internacionais, não condizem com as necessidades reais das populações periféricas. Pelo contrário, têm se apresentado como mecanismos de dominação e imposição de um pensamento único que, orientado para o processo de acumulação de capital, acentua o usufruto dos benefícios do desenvolvimento pela classe burguesa, perpetuando-se a pobreza e aumentando a desigualdade.

As condições que levaram à independência e à criação de estados nacionais na América Latina foram seguidas por processos de desenvolvimento promovidos e controlados pelas oligarquias nacionais[...] A tensão entre os projetos nacionais homogêneos e a diversidade dos atores sociais em busca de um papel como protagonistas de seu futuro repetiu-se em todos os regimes progressistas do continente (MAX-NEEF, 2012, p. 23).

Segundo Esteva (2000) as estratégias desenvolvimentistas, vinculadas à economia e ao mercado, transformaram homens comuns e criativos em *homo economicus* (homem econômico). Assim sendo, “todas aquelas ações humanas, autônomas e criativas, necessárias para o florescimento do universo do homem, acabam por se atrofiarem” e “nossas vidas se transformam de tal maneira que a vida passa a depender quase exclusivamente do consumo de mercadoria” (Illich, 1979, p. 13 e 15). O referido autor reforça esse entendimento, em outra obra, ao afirmar:

Pessoas que perderam os meios de subsistência que tinham às margens da economia de mercado, e que, nessas condições, só têm acesso ocasional ou mínimo ao dinheiro, não têm poder suficiente para comportar-se de acordo com a racionalidade econômica; são financeiramente incapazes, por exemplo, de comercializar alimentos para obter um teto, peças de vestuário ou ferramentas. Não são, portanto, parte da economia, e tampouco lhes é possível continuar vivendo, sentindo e agindo como o faziam antes de perder o apoio – moral e econômico – de uma economia de subsistência (ILLICH, 2000, p. 163).

Ainda com base em Ivan Illich, sobre a crítica à mercantilização e ao domínio da economia sobre todas as esferas da vida<sup>34</sup> - promovido pelo imperativo global do desenvolvimento -, o autor afirma que:

Todos os partidos insistem na manutenção de níveis de emprego elevados na força de produção e parecem ser incapazes de reconhecer que os empregos tendem a destruir o valor de uso do tempo livre[...] parecem insensíveis à consequente expropriação da própria vida (ILLICH, 1979, p. 16).

## 2.2 Giro decolonial: a busca de novos horizontes epistêmicos

Diante deste cenário de decadência da condição humana e das condições metabólicas de reprodução social<sup>35</sup> - oriundo de um padrão de poder/saber em crise (QUIJANO, 2005; PORTO-GONÇALVES, 2016) - a produção de um pensamento alternativo ao padrão de desenvolvimento capitalista, possivelmente passa pelas *Epistemologias do Sul* (SANTOS, 2002; SANTOS; MENESES, 2010; SANTOS, 2016), ao reconhecer e afirmar diferentes matrizes de racionalidade bem como o caráter geográfico do lugar de enunciação (PORTO-GONÇALVES, 2006; 2015), a partir da periferia do sistema mundo - sociedades que não “desenvolveram” e grupos historicamente marginalizados - que segundo Escobar (2007) e Esteva (2000) manifestam um profundo descontentamento com o discurso hegemônico do desenvolvimento. “Trata-se da reivindicação da diversidade cultural e da diversidade de formas de produzir e de entender a produção, que existem hoje por todo o mundo” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 55).

Esse processo tem levado a uma revalorização das culturas, saberes, experiências, instituições e capacidades locais/tradicionais<sup>36</sup>, bem como à resistência dos movimentos sociais e indígenas, em busca de autonomia e emancipação, como suportes para uma transição paradigmática (SANTOS, 2002; ESCOBAR, 2005; QUIJANO, 2012). De acordo com Porto-

---

<sup>34</sup> À medida que a criatividade humana é absorvida pelo capital, o homem aliena-se de seu poder criativo, de si mesmo e da natureza.

<sup>35</sup> Desde a conferência do Rio em 1992, acumularam-se os relatórios das agências da ONU e os alertas da comunidade científica: o metabolismo da humanidade (destruição de ecossistemas/biodiversidade, consumo de matérias-primas renováveis e não renováveis, produção de lixo e poluição) alcançou tal dimensão que põe em risco sua própria existência, ao menos de forma compatível com nossa ideia de civilização. Como foi dito muitas vezes, “não se pode crescer infinitamente num mundo finito” (LÉNA, 2012, p.23).

<sup>36</sup> Aqui o sentido de tradicional não é de algo estanque no tempo, não é algo do passado que se busca trazer para o presente. Portanto, o tradicional ao estar em movimento, se modifica e pode ser visto como algo novo, em surgimento, à exemplo do Bem Viver e da agroecologia que podem conter expressões/formas que parecem antigas – porém não o são.

Gonçalves (2012, p. 27): “entre a conferência de Estocolmo, de 1972, e a do Rio de Janeiro, de 1992, um novo protagonista ganhou a arena mundial a partir das lutas locais/regionais: os camponeses e os povos indígenas”.

Não sem sentido os povos originários, os afrodescendentes e os camponeses em geral vêm mobilizando-se em todo o mundo em defesa de suas matrizes de racionalidade, de suas culturas. É o controle da reprodução, enfim, do futuro que está em jogo e, ao mesmo tempo, se múltiplas culturas e povos terão condições de garantir uma humanidade diversificada e com múltiplas fontes de conhecimento ou um futuro sob controle de algumas poucas grandes corporações mundiais (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 120).

Afinal de contas, como bem afirma o geógrafo Porto Gonçalves (2015, p. 244):

A universalização colonizadora (desenvolvimentista) de um sistema técnico-científico a serviço da dinâmica da acumulação incessante de capital está colocando em risco a vida tal como conhecemos e, deste modo, o que chamamos de tradição se apresenta como condição de futuro. É preciso descolonizar o pensamento/ação.

Em meio a esse processo de descolonização do pensamento/ação, surge a busca pela reapropriação social da natureza (LEFF, 2009; PORTO-GONÇALVES, 2012), promovida pelas lutas sociais para melhorar as condições de sustentabilidade<sup>37</sup> e a qualidade de vida da população rural. Nesta perspectiva, “as condições ecológicas e comunais da produção são o suporte de uma nova racionalidade produtiva” (LEFF, 2009, p.66) – o que não significa um retorno ao passado. Essa noção está presente na concepção de reforma agrária popular defendida atualmente pelo MST:

A reforma agrária integra relações amplas entre o ser humano e natureza, que envolve diferentes processos que representam a reapropriação social da natureza, como negação da apropriação privada da natureza realizada pelos capitalistas. Implica em um novo modelo de produção e desenvolvimento tecnológico que se fundamente numa relação de co-produção homem e natureza [...] e em uma nova compreensão política do convívio e do aproveitamento social da natureza (MST, 2013, p. 33).

---

<sup>37</sup> Aqui entende-se o conceito de Sustentabilidade relacionado à noção de ‘durabilidade ou continuidade’ ao longo do tempo. Deste modo, a sustentabilidade de uma comunidade ou sociedade, só estará garantida, desde que se respeitem os limites biofísicos impostos pelo ecossistema.

Nesse sentido, com base em Santos (2010), crê-se que a partir das contradições geradas pelo desenvolvimento capitalista, emergem, em meio à globalização homogeneizadora, singularidades que foram ofuscadas – como “janelas de oportunidades” - a partir do Sul global<sup>38</sup> (SANTOS, 2016). O lugar e a ecologia dos saberes – diversidade epistemológica - dos povos marginalizados assumem a centralidade a partir da leitura própria do sistema mundo, ainda que na condição de subjugados, e por meio da práxis emancipatória – pensamento/ação insubordinado e crítico (ESCOBAR, 2005; PORTO-GONÇALVES, 2015). Dito de outro modo, para esses povos a independência e a busca por autonomia deve ser não só um processo político, que é, mas também epistêmico. Apesar das dificuldades enfrentadas pelos países denominados “subdesenvolvidos” serem inquestionáveis, existem formas diversas de ler os problemas e de enfrentá-los. Nos termos de Max-Neef (2012, p.38):

Setores marginalizados pela crise e naqueles grupos que desafiam os sistemas dominantes de desenvolvimento, é que são gerados processos autônomos [...] É nestes setores onde podemos achar exemplos de comportamentos sinérgicos que oferecem, de alguma maneira, a semente para uma possível resposta à crise que nos ameaça.

Em relação à questão agrária-agrícola, Lesbaupin (2011, p. 5) aponta que:

Já há propostas dos movimentos sociais do campo, bastante completas. A Via Campesina, por exemplo, propõe um modelo de agricultura radicalmente diferente do modelo dominante: ele se opõe à dominação das multinacionais, ao agronegócio, à dependência dos fertilizantes e agrotóxicos, aos transgênicos. Ele exige a reforma agrária, para que todos os trabalhadores tenham terra e condições para plantar; e propõe um modelo apoiado na agroecologia, na produção diversificada, na agricultura familiar, produzindo em primeiro lugar para a alimentação da população.

O MST, em seu programa agrário (2014-2019) afirma que:

Os camponeses, trabalhadores/as do campo e povos tradicionais (indígenas, extrativistas, quilombolas) têm sido protagonistas de práticas de um modo de fazer agricultura que representa um contraponto à agricultura capitalista e se constituem na resistência e nas lutas de enfrentamento direto ao capital. Portanto pode protagonizar um novo modelo de produção agrícola sob o controle dos trabalhadores e voltado a suprir as necessidades e direitos de todo o povo (MST, 2013, p.33).

---

<sup>38</sup> O conceito de Sul global refere-se às regiões periféricas e semiperiféricas e aos países do sistema mundo moderno, que foram denominados de Terceiro Mundo, após a Segunda Guerra Mundial (SANTOS, 2016).

Vemos que a partir das próprias contradições do sistema mundo capitalista moderno-colonial, abrem-se espaços para a emergência do novo, das lutas e resistências dos povos que partem das suas condições históricas dadas, do seu tempo presente, daquilo que lhes é possível, daquilo que reconhecem em si mesmo como forma possível para sobreviver.

Em meio a essa discussão, a noção de Bem Viver (Buen Vivir), desponta como proposta alternativa ao desenvolvimento<sup>39</sup>, a partir da visão de mundo desses povos/sociedades historicamente marginalizadas pelo processo de colonização e desenvolvimento, por conseguinte, na própria tentativa empírica de reproduzir a vida fora da racionalidade capitalista. Sendo assim, o conceito assume um posicionamento crítico e pluralista que visa construir modos de vida e relações de trabalho que não sejam regidos pela lógica desenvolvimentista/capitalista (GUDYNAS; ACOSTA, 2011; QUIJANO, 2012; ACOSTA, 2016).

Silva (2011), aponta para o Bem Viver como opção para “o dia depois do desenvolvimento”:

Se depois de cinco séculos de “progressos” e seis décadas de “desenvolvimento”, a humanidade está mais desigual e o planeta mais vulnerável, se nesse contexto a América Latina foi conduzida ao pódio de região mais desigual do mundo, chegou a hora de substituir o “desenvolvimento” como meta, pelo Bem Viver (SILVA, 2011, p. 86. Tradução livre nossa).

Os autores que discutem o Bem Viver se inserem na corrente de pensamento pós-desenvolvimentista (QUINTERO, 2018), à medida que buscam superar os discursos desenvolvimentistas, incluindo aqueles relacionados a outras formas de desenvolvimento, como o alternativo e o sustentável. Conforme podemos observar no trecho abaixo:

O Bem Viver – isto é fundamental – supera o tradicional conceito de desenvolvimento, introduzindo uma visão muito mais diversificada e, certamente, complexa. O Bem Viver revela os erros e as limitações das diversas teorias do desenvolvimento. Critica a própria ideia de desenvolvimento, transformada em uma enteléquia que rege a vida de grande parte da humanidade – que, perversamente, jamais conseguirá alcançá-lo (ACOSTA, 2016, p. 24).

Para Gudynas e Acosta (2011) o Bem Viver representa um projeto político para a construção de alternativas ao desenvolvimento e, portanto, a sua prática expressa uma das

---

<sup>39</sup> Ao contrário da visão de alternativa de desenvolvimento que, como já vimos propõe modificações e reformas, sem questionar a fundo as bases conceituais e ideológicas do desenvolvimento, como a crença no crescimento e o mito do progresso (SANTOS; RODRIGUEZ, 2002; PORTO-GONÇALVES, 2006; GUDYNAS, 2011).

respostas possíveis às críticas substanciais do pós-desenvolvimento. De acordo com Merino (2016), o Bem Viver deve ser visto como um conceito que perturba a teoria do desenvolvimento e questiona os limites atuais da nossa imaginação política, pois rompe com a racionalidade ocidental do desenvolvimento: linear, produtivista, utilitarista, antropocêntrico e mecanicista. Um fato interessante é que a maioria das visões de mundo indígenas não concebem um começo ou fim no tempo, não há “desenvolvimento” na medida em que não há uma situação preliminar de subdesenvolvimento (ACOSTA, 2016). Visto assim, o Bem Viver representa um modo particular de conhecer (epistemologia) e de ser (ontologia) no mundo.

**Quadro 1** - Uma síntese entre as distintas racionalidades

<b>Desenvolvimento capitalista</b>	<b>Bem Viver</b>
Antropocêntrico	Ecocêntrico
Individualismo	Comunitarismo
Linearidade e progressividade do tempo	Ciclicidade
Competição	Solidariedade
Natureza como objeto a ser dominado e meio de produção	Natureza como organismo vivo, um Bem Comum e fonte de vida: “Pacha Mama”
Crescimento econômico e financeiro ilimitado	Limites ao crescimento.
Livre Mercado	Mercado com vistas a servir à sociedade e não a explorá-la.
Ciência da dominação	Ciência do cuidado
Prioriza o valor de troca da produção	Recupera o valor de uso da produção

Fonte: Adaptado de Estermann (2012).

### **2.3 Bem Viver: uma alternativa que emerge da periferia do mundo**

O Bem Viver (Buen Vivir), corresponde às noções de “Sumak Kawsay” na língua Quéchua, “Suma Qamaña” em Aymara e “Nhandereko” em Guarani, as quais representam a ideia de viver em harmonia com a natureza e entre as pessoas. O Bem Viver é um conceito plural, em construção, de origem latino-americana, surgido a partir da prática de formas vida implementadas pelos movimentos sociais, indígenas e camponeses, que se opõem ao permanente processo de padronização de valores e comportamentos, e que não aceitam serem

“desenvolvidos”. Atualmente, está adentrando nos debates acadêmicos, como uma das grandes novidades do século XXI, como um horizonte de alternativa, em um momento em que o sistema capitalista enfrenta uma crise profunda (GUDYNAS; ACOSTA, 2011; QUIJANO, 2012; VANHULST; BELING, 2013; ACOSTA, 2016; SANTOS, 2016; ALCANTARA; SAMPAIO, 2017; QUINTERO, 2018).

Em debate por diversos segmentos da esquerda mundial no século 21, o Bem Viver ganhou visibilidade e importância ao assumir a centralidade nas novas constituições do Equador (2008) e da Bolívia (2009) como objetivo social a ser perseguido pelo Estado e por toda a sociedade, embora o tema ainda esteja em estágio embrionário<sup>40</sup> (GUDYNAS e ACOSTA, 2011; ACOSTA, 2016; QUINTERO, 2018). Trata-se de uma mudança paradigmática, para projetar uma nova cosmovisão<sup>41</sup> contra-hegemônica.

Essa cosmovisão contra-hegemônica vem sendo projetada em nível teórico e em nível prático pelas experiências recentes da cultura social, política e jurídica dos Andes Latino-Americanos, mais especificamente pelos modelos desenhados e oficializados nos Estados da América Latina, dentre os quais, Equador e Bolívia. Trata-se de horizontes inovadores e privilegiados, que poderão oferecer subsídios para se repensar a temática de um “novo” Direito, um Direito Humano aos recursos naturais como patrimônio comum (WOLKMER; AUGUSTIN; WOLKMER, 2012, p. 54).

A Constituição equatoriana articula o Bem Viver a um "regime de desenvolvimento" distinto, que se caracteriza da seguinte maneira: “O regime de desenvolvimento é o conjunto organizado, sustentável e dinâmico de sistemas econômicos, políticos, sócio-culturais e ambientais, que garantem a realização de Bem Viver” (Título VI, artigo 276. Tradução nossa). O Bem Viver é um elemento essencial para reformular o desenvolvimento; ensaia-se um novo marco conceitual e se cuida especialmente de definir a reforma econômica” (GUDYNAS, 2011, p. 4). No *Plan Nacional para el Buen Vivir 2009 – 2013*, um importante documento de planejamento nacional do Equador, o Bem Viver está definido como:

O Bem Viver, é, portanto, uma aposta de mudança que se constrói continuamente a partir destas reivindicações, reforçando uma visão mais ampla que vai além das margens quantitativas estreitas do economicismo, permitindo a implementação de um novo paradigma econômico cuja finalidade é não se concentrar em processos de acumulação material,

---

<sup>40</sup> Já adiantamos aqui, que há contradições entre as propostas de Buen Vivir e o modelo econômico adotado nestes países. A inclusão do Bem Viver no marco legal, até hoje não alterou os padrões de produção capitalista, porém têm gerado novos discursos e práticas que indicam caminhos para uma transição.

<sup>41</sup> De acordo com Mamani (2010, p.15), todas as culturas têm uma forma de ver, sentir, perceber e projetar o mundo, o conjunto dessas formas se conhece como Cosmovisão.

mecanicista e interminável de bens, mas promover uma estratégia econômica inclusiva, sustentável e democrática (...) Finalmente, Bem Viver também é construído a partir de reivindicações de igualdade e justiça social, e do reconhecimento, valorização e diálogo dos povos e das suas culturas, saberes e estilos de vida (SENPLADES, 2009, p. 10. Tradução livre nossa).

Sabe-se que, originalmente, a formulação do Bem Viver foi inspirada nas sociedades indígenas andinas, que contemplam alguns aspectos em comum como: "viver em plenitude, saber viver em harmonia com os ciclos da Mãe Terra, do cosmos, da vida e da história, e em equilíbrio com todas as formas de existência em respeito permanente" (MAMANI, 2010, p. 32). Porém, apesar de ter a sua origem na cosmovisão dos povos indígenas da América Latina, a noção de Bem Viver, em sua pluralidade, converge em alguns sentidos com outras concepções presentes no pensamento ocidental (GUDYNAS e ACOSTA, 2011; ESTERMANN, 2012). Isso faz crer, que sua essência é universal, tendo sido uma aspiração constante da humanidade. Existem reflexões semelhantes surgidas na Grécia antiga, com os filósofos Platão e Aristoteles, que abordavam o ideal de "vida boa" e o de "homem livre" (ESTERMANN, 2012; ACOSTA, 2016). Ousamos também supor que a noção de Bem Viver converge com ideal de uma nova sociedade proposto por Marx, em que "o processo de vida social se torna produto de homens livremente associados e se coloca sob seu controle consciente e planejado".

Para Gudynas e Acosta (2011), o Bem Viver pode ser entendido como uma plataforma política de encontro de diferentes maneiras de entender o mundo e o nosso papel nele - a partir de uma perspectiva decolonial, contrariando a linearidade e universalidade do desenvolvimento, para enfim, destruir os seus alicerces ideológicos e construir novas bases conceituais. Devido a seu caráter relativista, não existe uma proposta totalmente elaborada, nem uma visão única de Bem Viver, isso nos obriga a falar em "bons conviveres" (ACOSTA, 2016), devido a isso, faz-se necessário adequar a sua aplicação a cada contexto territorial e cultural (GIRALDO, 2014).

Se o desenvolvimento trata de ocidentalizar a vida no planeta, o Bem Viver resgata as diversidades, valoriza e respeita as diferenças[...] O Bem Viver é eminentemente subversivo. Propõe saídas descolonizadoras em todos os âmbitos da vida humana. Não é um simples conceito, é uma vivência (ACOSTA, 2016, p. 82).

Segundo Quijano (2012) e Acosta (2016), para se concretizar em nível global, o Bem Viver exige outra economia, a serviço da dignidade humana e não do lucro; isso implica novos padrões de produção, de sociabilidade, de consumo e de distribuição da renda.

O bem viver se apresenta como um projeto autônomo em relação ao mercado e ao Estado. Este desejo de diferenciação se manifesta em opções muito gerais: nem capitalismo e nem comunismo, e sim uma espécie de socialismo comunitarista(...) denunciando que a economia de mercado criou pobres ali onde antes haviam comunidades repletas de seres humanos dignos (GARCIA, 2012 p. 211).

De acordo com Acosta (2016, p.38): “A proposta do Bem Viver, desde que assumida ativamente pela sociedade, pode projetar-se com força nos debates mundiais”. Porém, certamente, o Bem Viver por si só não será suficiente para superar, e tampouco engendrar mudanças profundas, dentro do capitalismo<sup>42</sup> – um sistema que é, em essência, promotor de desigualdades e devastação da natureza. Mas isso, “[...] não implica que primeiro se deva sair do capitalismo para só então impulsioná-lo” (ACOSTA, 2016, p. 73). Trata-se das lutas que seguem sendo feitas dentro e a partir das possibilidades reais dadas, por isso, síntese das contradições. Para Garcia (2012, p. 210, “o bem viver dá ênfase explícita à escala local-regional, considerando que esta é a mais adequada, tanto para expressar as resistências contra o desenvolvimento, quanto pra concretizar as alternativas”.

A existência de espaços de alternativas e resistências como a agroecologia, o campesinato e o MST, atrelado a valores e práticas do Bem Viver, à medida que contrapõem a lógica destrutiva do desenvolvimento capitalista, são capazes de produzir suas próprias territorialidades<sup>43</sup>, bem como promover mudanças moleculares, através de novas formas de relação do ser humano entre si, e com a natureza, gerando a possibilidade de conformação de um espaço geográfico transitório<sup>44</sup>, promotor de formas – embrionárias - superiores de produção da existência (MACCHIAVELLI, 2008).

Nesse sentido, os conhecimentos dos povos em movimento, das comunidades em resistência e de muitos movimentos sociais estão na dianteira do pensamento para as transições e ganham uma relevância incomum para a reconstrução de mundos diante das graves crises ecológicas e sociais que enfrentamos (SANTOS, 2002; ESCOBAR, 2007; PORTO-GONÇALVES, 2006). Dentre os princípios do Bem Viver podemos destacar: a vida em comunidade, o trabalho coletivo, a convivência com a natureza e o respeito aos ciclos naturais,

---

<sup>42</sup> Vários séculos de experiências ilustram a impossibilidade de erradicar o capitalismo por meio de uma acumulação de ensaios locais.

<sup>43</sup> Aqui entende-se territorialidade, como uma apropriação e produção do espaço por sujeitos históricos, “os territórios não são simplesmente coisas, substâncias, mas sim, conformam relações sociais e de poder que se fazem por meio dele” (HAESBAERT e PORTO-GONÇALVES, 2006).

<sup>44</sup> Transitório pois não representa a superação do capitalismo, não implica na conquista do governo e a direção do Estado.

o reconhecimento e valorização dos saberes tradicionais e a livre espiritualidade (GUDYNAS; ACOSTA, 2011; ESTERMANN, 2012; QUIJANO, 2012; ACOSTA, 2012; MAMANI, 2010; HUANACUNI, 2010).

Provavelmente, os principais elementos para entender o Bem Viver são os conceitos de relacionalidade e complementaridade, noções que se opõem ao paradigma – antropocêntrico – que moldou o nosso imaginário da realidade, ao considerar o ser humano como algo separado e não dependente de outros seres vivos e elementos da natureza<sup>45</sup> (MAMANI, 2010; GUDYNAS, 2011; CECENÑA, 2012). Dessa forma, o Bem Viver é construído a partir de posições que exigem um novo tipo de relação entre o ser humano e a natureza (SENPLADES, 2009). Essa visão do Bem Viver, inspirou a Lei de Direitos da Mãe Terra na Bolívia em 2010, que converteu a natureza em sujeito de direitos, rompendo assim com a perspectiva antropocêntrica (GUDYNAS; ACOSTA, 2011).

Gudynas (2011, p. 14-15), define o Bem Viver como uma plataforma para “ver o mundo” de outra maneira e construir alternativas ao desenvolvimento. Destacamos abaixo alguns desses eixos comuns:

- *Outra ética para reconhecer e atribuir valores*, contrapondo à ética ocidental e moderna, na qual as formas de valoração convertem tudo que nos rodeia em mercadoria.
- *Descolonização de saberes*, para reconhecer, respeitar e aproveitar a multiplicidade de saberes e práticas espalhados pelo mundo, superando a visão de que há um saber privilegiado que deve dominar e servir de referência.
- *Concepções alternativas de natureza*, para romper com a dualidade que separa a sociedade da natureza.
- *Um lugar para vivência e afetos*, o materialismo não é suficiente para o Bem Viver.

#### **2.4. Desfazendo equívocos sobre o conceito de Bem Viver**

Deve-se evitar confundir o conceito de Bem Viver com a perspectiva desenvolvimentista de “bem-estar” e de “viver melhor”, própria da sociedade de consumo, que visa consumir mais em detrimento de outros e da natureza. Essa visão supõe uma opção de

---

<sup>45</sup> Essa visão reflete na finalidade das tecnologias modernas, direcionadas desde o início, para a dominação da natureza (HAERSBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006).

progresso material e incita a competição e prosperidade individual (GIRALDO, 2014; MAMANI, 2010; ESTERMANN, 2012; GARCIA, 2012), haja vista que “para que alguns possam “viver melhor”, milhões de pessoas tiveram e tem de “viver mal” (ACOSTA, 2016, p. 90). Para Gudynas (2011, p. 2): “ O Bem Viver se distingue dos discursos que celebram o crescimento econômico ou o consumo material como indicadores de bem-estar [...] suas referências à qualidade de vida passam por outros caminhos”.

O Bem Viver trata de uma qualidade de vida em um sentido mais amplo, que transcende a dimensão material, individual e antropocêntrica oriundos de uma cultura ocidental. O Bem Viver pressupõe um bem-estar comunitário que abrange as relações do ser humano entre si e se estende a toda natureza e demais formas de vida, um modo de ser orientado pela ética da suficiência e coletividade.

Outro mal-entendido comum em relação ao Bem Viver é menosprezá-lo como uma mera aspiração de retorno ao passado ou de misticismo indigenista. Pelo contrário, o Bem Viver não é um convite a retroceder no tempo, tampouco uma negação à tecnologia e o conhecimento moderno, o Bem Viver propõe construir pontes entre os conhecimentos ancestrais e modernos, reconhecendo que não existe conhecimento avançado/atrasado, e sim, diferentes matrizes de racionalidade (GUDYNAS, 2011; HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006; ACOSTA, 2016, GIRALDO, 2014; QUINTERO, 2018).

Em meio ao atual impasse civilizatório, é cada vez mais necessário realizar mudanças conceituais e estruturais em todos âmbitos da vida, inclusive superando os tradicionais conceitos de progresso e desenvolvimento. A questão colocada pelo Bem Viver é a construção de novas formas de produção, consumo e organização social, a partir de valores e racionalidades presentes na cosmovisão indígena, sem abandonar as técnicas modernas atuais, “podendo a mesma materialidade que torna o mundo tão desigual vir a ser uma condição na construção de um mundo mais humano” (SANTOS, 2003 p. 84).

Ao considerarmos que as enormes possibilidades oferecidas pelas conquistas científicas e técnicas não estão sendo adequadamente usadas e o seu mau uso que originou danos ambientais irreversíveis e o aprofundamento das desigualdades sociais, não faz sentido abandonar os avanços tecnológicos e científicos para transição à uma nova sociedade (MÉSZÁROS, 1987; PORTO-GONÇALVES, 2004; GIRALDO, 2014), “ O Bem Viver não tem uma postura anti-tecnológica” (GUDYNAS, 2011, p.14).

Pelo contrário, o desenvolvimento científico-tecnológico continuará a ser aproveitado, mas sem dúvida de outra maneira, sem excluir outras fontes de

conhecimento, sempre sujeito ao princípio da cautela. Para dar um exemplo claro, a partir do Bem Viver se continuará a construir pontes ou estradas, ainda que estas possam ter outro desenho, estar localizadas em outro lugar e servindo a outros propósitos diferentes dos atuais (GUDYNAS, p. 14).

A respeito disso, Josué de Castro (1973, p. 04) alega que:

A tecnologia não é boa nem má. É a sua utilização que lhe dá sentido ético. Se nos países do Terceiro Mundo a tecnologia age contra os povos subdesenvolvidos é porque foi utilizada unicamente para produzir o máximo de vantagens e lucros para os grupos da economia dominante.

Por conseguinte:

A questão central não se restringe em saber se, empregamos ou não a ciência e a tecnologia com a finalidade de resolver nossos problemas – posto que é obvio que o temos que fazer -, mas se seremos capazes ou não de redirecioná-las radicalmente, uma vez que hoje ambas estão estreitamente determinadas e circunscritas pela necessidade da perpetuação do lucro (MÉSZÁROS, 1987, p. 23).

Nesse sentido, é possível realizar mudanças no sentido do uso convivial dos instrumentos tecnológicos a serviço da preservação da vida, do bem viver da humanidade e da preservação de nossa civilização (ILLICH, 1976). Haja vista que “cada sociedade inventa as técnicas para realizar seus fins” (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 106), se a finalidade deixa de ser o lucro e passa ser o Bem Viver, as consequências do uso das técnicas se alteram. Uma sociedade pode chegar a ser altamente tecnológica e produtiva, integrando a natureza em sua própria dinâmica interna como fundamento e condição de sua existência no futuro, podendo servir ao bem comum se o seu emprego estiver sob o controle social.

Podemos compreender o Bem Viver como utopia, possibilidade e desafio para o presente e o futuro, diante da crise do modelo de desenvolvimento capitalista. Para Giraldo (2014), a ideologia do desenvolvimento é o dispositivo de poder que procura preservar o estado das coisas, enquanto as diversas utopias tentam romper. Tanto a ideologia dominante quanto a utopia disputam espaços, o primeiro designando o segundo como uma fantasia, como um sonho impossível de alcançar, como um ideal no futuro que não será alcançado, enquanto a utopia tenta derrubar a ordem hegemônica e transformá-la em outra diferente. A utilidade desta elaboração teórica reside na interpretação do Bem Viver como uma utopia que contrasta com a ideologia do desenvolvimento capitalista.

Giraldo (2014) propõe a noção de utopias possibilistas, em que o Bem viver está presente “em racionalidades, formas de interpretar o mundo e práticas vivas de diversas comunidades rurais latino-americanas” (p.102). Escobar (2005) defende a centralidade das experiências comunitárias como o principal caminho para o Bem Viver. Para Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006, p. 78) “É no campo da construção de novas subjetividades que os processos de transformação se constroem”.

A perspectiva do Bem Viver, para se efetivar, exige uma mudança radical na concepção de sociedade e nas relações que os sujeitos estabelecem entre si, com a natureza e o trabalho.

Com certeza, as propostas de superação da matriz civilizatória contemporânea não se esgotam nos debates sobre o Bem Viver, mas têm neles uma representação importante e uma destacada fonte de imaginação política orientadas à superação da economia capitalista (QUINTERO, 2018, p. 128).



Atualmente, o agronegócio representa o modelo hegemônico de desenvolvimento da agricultura capitalista, e como consequência, as crises inerentes ao capitalismo passam a se manifestar na realidade do campo brasileiro de diversas formas. A crise da agricultura denominada de moderna, se traduz em degradação/contaminação do solo e da água, erosão da biodiversidade, dependência de insumos externos, baixo emprego de mão de obra, perda do controle local sobre a produção agrícola, êxodo rural e redução das áreas destinadas à produção de alimentos (GLIESSMAN, 2009; COSTABEBER; CAPORAL, 2003; WANDERLEY, 2011; ALTIERI, 2012; MACHADO; MACHADO FILHO, 2014). A respeito do processo de industrialização da agricultura, Marx (1985, p. 133) já afirmava: “cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo”<sup>46</sup>.

O agronegócio tem sido o responsável pela apropriação capitalista das riquezas sociais e naturais geradas nos territórios rurais (FERNANDES, 2008; OLIVEIRA, 2007), de tal forma que, retira dos alimentos o seu valor de uso, passando a integra-lo no fluxo do capital<sup>47</sup>. Deve-se considerar a força ideológica que permite isso acontecer.

Apesar das contradições engendradas pela modernização agrícola, sua permanência e aprofundamento não podem ser compreendidos sem a consideração das poderosas bases ideológicas que lhe dá sustentação no plano das mentalidades. De fato, sem a difusão de um sistema de valores positivos que caucionou ideologicamente a Revolução Verde, provavelmente todo o investimento político e financeiro realizado nessa direção teria sido insuficiente. Noções como modernização, progresso, eficiência produtiva e mesmo crescimento econômico, foram utilizadas como alavancas ideológicas poderosas e indispensáveis para que as rápidas e profundas transformações promovidas na agricultura fossem reforçadas perante o conjunto da sociedade e adotadas acriticamente como algo desejável *per se* (PETERSEN; DAL SOGLIO; CAPORAL, 2009, p.88).

### 3.1. A crítica à modernização conservadora

Diante da crise do capitalismo mundial, pós Segunda Guerra Mundial, manifestada pela taxa decrescente de lucro, o capitalismo empreendeu uma busca incessante pela expansão e

---

<sup>46</sup> Um estudo coordenado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), revela que mais de 30% dos solos do mundo estão degradados, dos quais, mais de 10% por perdas agrícolas. A erosão em solo agrícola e de pastagem intensiva varia entre cem a mil vezes a taxa de erosão natural e o custo anual de fertilizantes para substituir os nutrientes perdidos pela erosão chega a US \$ 150 bilhões. (FAO, 2015).

<sup>47</sup> Nessa lógica, os alimentos perdem sua utilidade como alimentos, ao se transformarem em commodities, entram em outra espacialidade, a do capital financeiro.

acumulação de capital. Dito de outro modo, a superação da crise se daria através “da conquista de novos mercados e pela exploração mais acirrada dos antigos” (MARX; ENGELS, 2008, p. 19), agora mascarados pelo processo de modernização e pela força ideológica do desenvolvimento. Esse processo afetou os países considerados subdesenvolvidos, especialmente o Brasil, com a penetração do capital no campo e a conseqüente importação do padrão produtivo europeu baseado na industrialização da agricultura<sup>48</sup> (CARVALHO, 2007; RADOMSKY, 2014; MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

O processo de modernização agrícola foi implantado no Brasil a partir da década de 1960, por meio da confluência de interesses entre a burguesia industrial e os latifundiários, com o apoio do Estado<sup>49</sup> (PAULILO; ALMEIDA, 2010). Esse processo pode ser caracterizado da seguinte forma: “pelo aprofundamento da divisão do trabalho, em que a agricultura se converte num ramo da produção, que compra insumos e vende matérias-primas para outros ramos industriais” (KAGEYAMA, 1996, p.122). Por conseguinte, alterou-se drasticamente o modo de produzir e viver no campo, a agricultura passou a ser controlada pelo capital e subordinada à indústria. Neste período:

Difundiu-se a ideia, influenciada por muitos economistas de diferentes matrizes ideológicas (marxista, inclusive), de que a agricultura tinha um papel funcional ao “setor” industrial, ou seja, o de fornecer matérias-primas, força de trabalho barata e ser um mercado consumidor para os bens industriais (ALMEIDA, 2009, p. 39).

Entende-se por modernização conservadora o processo de ofensiva do capital, representado pela revolução verde (DELGADO, 2011). Por sua vez, foi um processo tecnicamente modernizante e socialmente conservador, ao passo que perpetuou a concentração fundiária, favoreceu apenas os médios e grandes produtores, e prejudicou a reprodução social dos agricultores familiares camponeses (SILVA, 1982; GUANZIROLI et.al, 2011; DELGADO, 2011).

O conteúdo ideológico da modernidade na agricultura passa então a incorporar quatro grandes elementos ou noções: a) noção de crescimento; b) noção de abertura (ou fim da autonomia) técnica, econômica e cultural; c) noção de especialização (ou do fim da polivalência) e d) o aparecimento de um novo

---

<sup>48</sup> O capitalismo, contraditoriamente passa a unificar o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura (OLIVEIRA, 2001).

<sup>49</sup> Em 1964, com o golpe militar, a “revolução verde” passa a ser a política agrícola oficial (FERNANDES, 1996; MACHADO; MACHADO FILHO, 2014)

tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica da vida social da mentalidade tradicional (ALMEIDA, 2009, p. 40).

Este modelo pode ser caracterizado pela adoção do pacote tecnológico: mecanização intensiva, fertilizantes sintéticos, agrotóxicos, sistemas de irrigação e sementes modificadas geneticamente, destinados à implantação de monoculturas para exportação (GLIESSMAN, 2009; ALMEIDA, 2009; DELGADO, 2011). Nesse mesmo período, houve o surgimento dos complexos agroindustriais, sob o comando do capital financeiro, como uma nova fase do desenvolvimento capitalista da agricultura. Como resultado, o domínio da produção e distribuição de sementes e agroquímicos passou a ser exercido por algumas grandes corporações estrangeiras (WANDERLEY, 2011; MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

As transformações culturais geradas por este modo de exploração foram sepultando uma enorme quantidade de conhecimentos práticos elaborados durante séculos de experiência produtiva pelas comunidades autóctones destas regiões, os quais permitiram uma apropriação ecologicamente racional do meio ambiente. Desta maneira, o sistema capitalista rompeu a harmonia entre os sistemas naturais e as formações sociais. A implantação de modelos tecnológicos e culturais ecologicamente inapropriados durante uma longa dominação colonial e imperialista gerou uma irracionalidade produtiva no sentido de um manejo ecológico e energético ineficiente e dos crescentes custos ambientais (LEFF, 2000, p. 26).

A expansão do modelo de produção capitalista, amparado pelos discursos desenvolvimentistas, através da implantação da revolução verde nos países subdesenvolvidos, se deu a partir da justificativa de elevar a produtividade para combater a fome e a miséria, propagado pela ideologia das soluções via desenvolvimento tecnológico (MÉSZÁROS, 2007), “a revolução verde tentou, assim, despolitizar o debate da fome atribuindo-lhe um caráter estritamente técnico” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.226). No entanto, com o passar de seis décadas, veio à tona o fracasso deste projeto – a promessa não se cumpriu - haja vista a perpetuação da fome e pobreza<sup>50</sup>. Afinal de contas, a agricultura moderna está dominada por grandes corporações capitalistas, voltadas para a produção de *commodities* para a exportação e pouco comprometidas com a produção de alimentos com valor de uso, para satisfazer as necessidades humanas.

De acordo com Mézáros (2007, p.189):

---

<sup>50</sup> Conforme relatório da ONU (2017), a fome no mundo afeta 815 milhões de pessoas, o que representa 11% da população mundial.

A “revolução verde” na agricultura deveria ter resolvido de uma vez por todas o problema mundial da fome e da desnutrição. Ao contrário, criou corporações-monstro, como a Monsanto, que estabeleceram de tal forma seu poder em todo o mundo, que será necessária uma grande ação popular voltada às raízes do problema para erradicá-lo. Contudo, a ideologia das soluções estritamente tecnológicas continua a ser propagandeada até hoje, apesar de todos os fracassos.

A compreensão do progresso tecnológico visto como um avanço linear e progressivo do desenvolvimento, pode ser explicada utilizando a metáfora ferroviária:

O argumento de que precisamos embarcar nesse trem para não ficar para trás na corrida tecnológica apoia-se exatamente na suposição determinista, como numa quiromancia, de que as ciências agrárias já estão com o seu destino traçado. E esse destino estaria relacionado ao completo controle sobre a natureza e suas indeterminações (PETERSEN; DAL SOGLIO; CAPORAL, 2009, p. 89).

Para nós, fica evidente o caráter estratégico da revolução verde, como base ideológica do agronegócio e promissora fonte de reprodução e acumulação de capital nos países subdesenvolvidos. Sob o pressuposto de “ajuda aos necessitados” e com o discurso de que a modernização seria um processo para se alcançar o desenvolvimento dos países do “Primeiro Mundo”, mascarou o caráter colonial da modernização, que em sua essência reforça a condição de exploração e dependência dos países periféricos (MÉSZÁROS, 2003; PORTO-GONÇALVES, 2006; RADOMSKY, 2014).

A respeito do peso da ideologia da modernização tecnológica na agricultura<sup>51</sup> - que trata de qualificar como retrógrados qualquer tentativa de contrapor, Machado e Machado Filho (2014, p.54) esclarecem:

A essência da “revolução verde”, hoje gerida explicitamente pelo capital financeiro, que controla o pequeno grupo de multinacionais que detém as patentes das sementes e a produção de fertilizantes e agrotóxicos, é mudar o ambiente e implantar as imensas monoculturas, incorporando grandes contingentes energéticos, via “insumos modernos”, produtos do petróleo, todos produzidos pelas multinacionais que, por sua vez, são controladas pelo capital financeiro que, assim, realiza a reprodução do capital em um novo segmento econômico, o agronegócio.

---

<sup>51</sup> Atualmente orientada na direção da biotecnologia e da nanotecnologia.

É notável o papel central da tecnologia e da divisão do trabalho no aprofundamento da alienação nas relações de produção e na acentuação do antagonismo entre capital e trabalho. A subordinação da agricultura à indústria representou, ao mesmo tempo, a subordinação da natureza aos processos e ritmos do capital, conforme exemplificado por Graziano Silva (1981, p. 44):

Assim, se faltar chuva, irriga-se; se não houver solos suficientemente férteis, aduba-se; se ocorrem pragas e doenças, responde-se com defensivos químicos; e se houver ameaças de inundação, estarão previstas formas de drenagem. A produção agropecuária deixa assim, de ser uma esperança ao sabor das forças da natureza para se converter numa certeza sob o comando do capital.

Em suma, o padrão de desenvolvimento capitalista e o paradigma tecnológico dominante propõem a privatização, a homogeneização, a especialização e a apropriação privada da biodiversidade e da água (CARVALHO, 2007). Essa busca crescente da apropriação privada das riquezas leva a uma corrida tecnológica desenfreada de grandes corporações transnacionais do agronegócio e promove a intensificação da exploração dos territórios rurais, “essa exploração impõe custos socioambientais elevadíssimos para toda a sociedade, uma vez que os limites dos recursos naturais, a fragilidade dos ecossistemas assim como o bem-estar social não são variáveis consideradas na orientação do progresso tecnológico” (PETERSEN; DAL SOGLIO; CAPORAL, 2009, p.88).

Por outro lado, Wanderley (2011, p. 105) afirma que:

As contradições do modelo produtivista, que inspirou a modernização da agricultura brasileira, vão se tornando cada vez mais evidentes, e, amparadas em análises que o questionam em todo o mundo, toma corpo também no Brasil uma visão crítica daquilo que, alguns anos antes, era anunciado como a via única do progresso para a agricultura do país.

Em consonância com o entendimento de que o paradigma da modernização, representada pela Revolução Verde, fracassou - levando em conta seu argumento ideológico original - e já não consegue mais ocultar os efeitos negativos de sua lógica de apropriação da natureza e expropriação de direitos sociais, em que pesem os poderosos interesses econômicos que se esforçam em sustentar o insustentável. Altieri (2012) traz uma nova perspectiva de agricultura sustentável: agroecológica, amparada pela valorização da agricultura tradicional.

Muitos dos novos modelos de agricultura que a humanidade precisará para a transição à formas de agricultura mais ecológicas, biodiversas, sustentáveis e socialmente justas, estarão arraigadas na racionalidade ecológica da agricultura tradicional em pequena escala, que representa exemplos estabelecidos de formas corretas de agricultura local (ALTIERI, 2012, p. 92).

### 3.2 A questão agrária e a reivindicação da reforma agrária no Brasil

O Brasil apresenta uma grande concentração fundiária<sup>52</sup>. Sabe-se que, historicamente desde a sua formação, a distribuição e o acesso à terra no Brasil foi desigual e seletivo (FERNANDES, 1996; STÉDILE, 2003; OLIVEIRA, 2004; FELICIANO, 2006). O processo de avanço do capital e modernização agrícola só fez reproduzir e aumentar a concentração da terra (WANDERLEY, 2011; DELGADO, 2005). Para se ter uma ideia, 1,6% dos imóveis rurais concentram 43,8% de todas as terras (INCRA apud OLIVEIRA, 2003, p. 127). Por esse motivo, desde a década de 1980 as ocupações de terra se tornaram ferramenta de expressão da luta camponesa (FELICIANO, 2006).

**Tabela 1** – Estrutura fundiária brasileira

Classes de área (ha)	Nº de imóveis	%	Área (ha)	%
Até 10	2.208.467	35,97	9.713.045	1,31
10 - 25	1.499. 140	24,71	24. 305.032	3,28
25 – 50	932.481	15,19	32.802.217	4,43
50 - 100	665.642	10,84	46.170.133	6,24
100 - 500	645.700	10,52	133. 446.464	18,02
500 - 1000	93.658	1,52	65.276.368	8,82
1000 - 2000	48.234	0,79	66.717.495	9,01
Mais de 2000	46.769	0,76	361.970.889	48,89
Total	6.140.118	100	740.401.645	100

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil, 2016, p.31.

No Brasil, o acesso à terra sempre esteve direcionado à classe dominante, “o papel da grande propriedade sempre foi servir de reserva patrimonial e de valor às elites” (OLIVEIRA, 2004, p. 80); cerca de 70% destes latifúndios são classificadas como terras improdutivas. Esse

<sup>52</sup> Os dados detalhados que confirmam essa afirmação podem ser verificados em Oliveira (2001) e no relatório DATALUTA (2016), disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta\\_brasil\\_2016.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2016.pdf).

processo possui causas históricas: com o fim da escravidão no país “a mão-de-obra foi liberta, mas a terra ficou cativa do capital” (STÉDILE, 2003, p. 89), excluindo do acesso à terra todos os pobres do campo. Não por acaso o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, com enormes diferenças entre ricos e pobres.

Posteriormente, a partir dos anos 60, teve início um processo de expulsão dos trabalhadores rurais (colonos, moradores, parceiros e pequenos arrendatários), devido a modernização conservadora, aprofundando ainda mais a concentração fundiária no país e o desemprego. Com isso, os camponeses sofreram um forte processo de expropriação e marginalização (FERNANDES, 1996; OLIVEIRA, 2001; WANDERLEY, 2011).

Nesse contexto, surgiu em 1984 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)<sup>53</sup>, a partir da união da massa volante de trabalhadores rurais expropriados dos meios de produção, com a finalidade de organizar coletivamente a luta popular pela democratização do acesso à terra no país. Atualmente o movimento está presente em 24 estados e no Distrito Federal, e envolve mais de 1,5 milhões de pessoas que vivem acampadas e assentadas (MST, 2015).

Furtado (2002 p.15) argumenta que: “sem uma estrutura agrária adequada, não é possível solucionar a questão da insuficiência de oferta de alimentos”. A reforma agrária é vista como uma importante ação para promover a inclusão social e distribuição de renda (PRADO JÚNIOR, 1987; FURTADO, 2002; MATTEI, 2014). Para Fernandes (2016, p. 312), pela mesma razão, “reconhecer o campesinato como um modelo estratégico de desenvolvimento da agricultura é necessário para superar o mito das commodities como condição para acabar com a fome”.

A elaboração de um caderno especial sobre a Agricultura Familiar com os dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009) contribuiu para evidenciar a importância social e econômica desta categoria de agricultores ao país. Segundo os dados do censo, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar, que representam 84,4% do total, mas que ocupam apenas 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros.

Foi constatado que, mesmo cultivando uma área menor, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar, produzindo a maior parte dos produtos da cesta básica consumidos pelos brasileiros, cerca de 70% (Tabela 2). Outros dados obtidos pelo Censo,

---

<sup>53</sup> O MST nasceu como um movimento camponês, contudo durante a sua trajetória passou a incluir os trabalhadores urbanos também. “Ele soube se abrir ao que havia na sociedade. Simplesmente ele não se fechava e não se fecha em um movimento camponês típico, no qual só entra quem pega na enxada. No início, havia até brincadeiras sobre as diferenças entre os mãos grossas e os mão lisas (STÉDILE; FERNANDES, 2005, p. 33).

revelam que a agricultura familiar constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros, responde por 35% do PIB nacional e absorve 40% da população economicamente ativa do país. O conjunto de informações revela que os agricultores familiares utilizam os recursos produtivos de forma mais eficiente que os grandes estabelecimentos rurais, pois, mesmo detendo menor proporção da terra e do financiamento disponível, produzem e empregam mais que os patronais. (IBGE, 2009).

**Tabela 2** - Porcentagem de produtos agropecuários advindos da agricultura familiar no Brasil (2016)

<b>Produto</b>	<b>Total (%)</b>
Mandioca	87
Feijão	70
Milho	46
Café	38
Arroz	34
Suínos	59
Leite	58
Aves	50
Bovinos	30
Trigo	21

Fonte: IBGE (2009).

Correntes conservadoras e defensoras do paradigma agroindustrial da monocultura insistem em dizer que as pequenas explorações agrícolas familiares são atrasadas e improdutivas. No entanto, pesquisas comprovam que as pequenas explorações agrícolas são mais produtivas e mais eficazes energeticamente que as grandes, se considerada a produção total ao invés do rendimento de uma única cultura e, além disso, fazem um uso mais sustentável dos recursos naturais (ALTIERI, 2012; GLIESSMAN, 2009; CAPORAL; COSTABEBER, 2003). A Via Campesina<sup>54</sup> defende que a produção de alimentos não pode ser deixada sob o controle das grandes companhias agroindustriais<sup>55</sup>. Para a manutenção dos empregos, do meio ambiente, da segurança alimentar e da saúde da população em geral, a produção de alimentos deve permanecer nas mãos dos agricultores familiares (ALTIERI, 2012). Segundo Fernandes (1996, p. 31), “não é só a luta pela terra que está em questão, é uma luta contra um modelo de desenvolvimento que privilegia um único tipo de propriedade”.

<sup>54</sup>Organização internacional, surgida em 1992, com a finalidade de reunir movimentos sociais rurais contemporâneos, atualmente está presente em 80 países.

<sup>55</sup> Um argumento baseado em parte no fato de que a agricultura industrial moderna não é mais “uma produtora, mas uma consumidora de energia” (MARTINEZ-ALIER, 2012).

### **3.3 A resistência do campesinato contemporâneo no Brasil como contradição ao agronegócio**

Há muitas formas de interpretar e conceituar o campesinato: trata-se de um debate polêmico e divergente que não pretendemos adentrar neste trabalho. Uma discussão central é se o campesinato constitui ou não uma classe, se é apenas um modo de produção, ou uma sociedade parcial portadora de uma cultura parcial<sup>56</sup> (ABRAMOVAY, 2012; GUZMÁN; MOLINA, 2013).

Para Kautsky (1986), com o avanço do modo de produção capitalista no campo o campesinato tenderia a desintegrar. De um lado, se tornariam proletariados, de outro, aconteceria uma integração plena e, tornar-se-iam pequenos produtores capitalistas, de modo que ocorreria a transformação do modo de vida em profissão. Para esse mesmo autor, a persistência de relações de produção não-capitalistas seria vista como resíduos em via de extinção. Já que parte da crença na inviabilidade do campesinato como base social da agricultura contemporânea, este paradigma trata o campesinato como uma categoria historicamente ultrapassada, fadada ao desaparecimento.

Em oposição, Fernandes (1996;2008) e Oliveira (2001;2007) caracterizam o desenvolvimento capitalista na agricultura como um processo desigual e contraditório, isto significa que, para o seu desenvolvimento ser possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios a si mesmo. Ou seja, as relações de trabalho assalariado coexistem com a presença de relações não-capitalistas (parceria, trabalho familiar e camponês). Em alguns casos, o capitalista lança mão de relações de trabalho e produção não-capitalistas para o seu desenvolvimento<sup>57</sup>. Como explicar, portanto, que a expansão do trabalho assalariado tem trazido consigo a expansão do trabalho familiar? Segundo o autor, “este processo é desigual territorial e temporalmente, e a análise dos dados sobre essa questão tem revelado a expansão/retração de um e de outro em uma região do país e o oposto em outras” (OLIVEIRA, 2001, p. 25).

Os dados censitários revelam que, ao mesmo tempo que há um aumento dos latifúndios capitalistas, há um aumento das unidades camponesas de produção. Ao mesmo tempo em que aumenta a concentração de terras nas mãos dos latifundiários, aumenta o número de camponeses em luta pela

---

<sup>56</sup> “Parcialidade, no caso, não é isolamento, mas a capacidade de estruturar a vida em torno de um conjunto de normas próprias e específicas” (ABRAMOVAY, 2012, p. 111).

<sup>57</sup> Exemplos desse processo de desenvolvimento contraditório do capital no campo, podem ser verificados em Oliveira (2011). O autor apresenta os dados dos censos agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985.

recuperação das terras expropriadas. Nem que para isso eles tenham que continuar seu devir histórico: ter a estrada como caminho (OLIVEIRA, 2001, p. 26).

A questão da disputa pela terra suscita o debate acerca do conceito de território, que é compreendido a partir do conflito social e disputa pelo espaço. “De um lado, a classe daqueles que usam a terra para extrair renda e lucro, e produzir dominação política; do outro, a classe dos camponeses que da terra precisa para viver. O resultado tem sido o território em disputa” (PAULILO; ALMEIDA, 2010, p. 16). Visto assim, os camponeses não são apenas produtores agrícolas, são sujeitos históricos que se reinventam na luta por uma autonomia territorial, “a presença camponesa não decorre de uma licença capitalista”, mas sim “da capacidade própria de se articular, enquanto classe” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 65).

### **3.3.1 Adaptabilidade e heterogeneidade**

Depois de não ver confirmada a tese clássica dos estudos agrários (Kautsky e Lênin), que previam o desaparecimento do camponês via diferenciação interna (leia-se de classe), a tese contrária, e por nós aceita, é “de que o campesinato sempre existiu e sempre vai existir; que ele encontra formas de cooperação e cria espaço próprio dentro do modo de produção no qual se produz e reproduz” (GUZMÁN; MOLINA, 2012, p. 10). Dito isto, é possível afirmar que: “o campesinato representa a contradição de um modo de produção – especificamente o agronegócio – e ao mesmo tempo pode se afirmar como alternativa para um novo projeto baseado na agroecologia” (GUZMÁN; MOLINA, 2012, p. 10).

Os agricultores familiares camponeses não formam um grupo social homogêneo. A sua realidade multiforme é resultante da sua grande capacidade de adaptação aos diferentes ambientes históricos e a amplitude das formas que este segmento encontrou e encontra para se reproduzir em meio as relações capitalistas de produção (LAMARCHE, 1993). O meio rural enquanto espaço singular (WANDERLEY, 2003), nos faz crer na possibilidade de construção de projetos diferenciados de vida.

Para Fernandes (2016, p. 310), o campesinato “é um sujeito social perene, porque não aceita ser cooptado”.

A flexibilidade de adaptação a contextos hostis como o objetivo de reproduzir o seu modo de vida é assegurada por meio da ativação de sua capacidade de inovar constantemente nas suas formas de organização e de uso dos recursos naturais disponíveis. Essa capacidade camponesa de valorizar os recursos locais na criação de alternativas para a sua reprodução pode ser compreendida

como um mecanismo social que age contra a desterritorialização de suas comunidades e de seus meios de vida (PETERSEN; DAL SOGLIO; CAPORAL, 2009, p. 92)

Com base em Teodor Shanin (2008, p.25), podemos afirmar que:

A resposta do campesinato às situações de crise nas quais eles são submetidos é sobretudo complexa e eles não ficam esperando que alguém traga a solução. As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. Camponeses têm provado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise e não há uma forma simplista para descrever isso.

Citando novamente Shanin (2008, p.26):

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar.

Para Lamarche (1998) e Wanderley (1999), uma característica intrínseca da agricultura familiar<sup>58</sup>, em todas as suas formas, é a “indissociabilidade” de três elementos referentes à sua estrutura produtiva: propriedade, trabalho e gestão, intimamente ligados à família. Desse modo, na agricultura familiar e camponesa, a família é proprietária dos meios de produção e, ao mesmo tempo, responsável pela força de trabalho do estabelecimento produtivo; isto permite conferir a esta categoria peculiaridades econômicas e sociais fundamentais.

A agricultura familiar é, ao mesmo tempo, unidade de produção, de consumo e de reprodução e, portanto, funciona mediante uma lógica de produção combinada de valores de uso e de mercadorias, objetivando sua reprodução. Obviamente, se trata de uma lógica diferente daquela que impulsiona a agricultura capitalista (COSTABEBER, CAPORAL, 2003, p.165).

Wanderley (1999) considera que o campesinato é uma forma particular de agricultura familiar, que possui peculiaridades no seu modo de produzir e viver na sociedade e destaca os cinco traços, apontado por Mendras (1976), como característicos da sociedade camponesa: (a) uma relativa autonomia diante da sociedade global; (b) a importância estrutural do grupo doméstico; (c) um sistema econômico de autarquia relativa; (d) uma sociedade de

---

<sup>58</sup> Nesta pesquisa não pretendemos entrar no embate teórico-conceitual existente, que diferem o agricultor familiar do campesinato.

interconhecimentos; (e) a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global.

A agricultura camponesa é em geral pequena, dispõe de poucos recursos e possui algumas limitações para potencializar seus aspectos produtivos, porém “ela não é camponesa por ser pequena, ou seja, não é sua dimensão que determina a sua natureza e sim suas relações internas e externas” (WANDERLEY, 1999). Cabe dizer que se difere da agricultura de subsistência, pois segundo Lamarche (1998, p.270), “há neste modelo, profundamente arraigada, uma vontade de conservação e de crescimento do patrimônio familiar”. A trajetória camponesa é marcada por luta pela terra e uma profunda preocupação em manter um *território familiar*, lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para gerações posteriores (WANDERLEY, 1999).

A partir da constatação da (re)existência de um campesinato na contemporaneidade da sociedade brasileira, Marques (2012, p. 42) afirma:

Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro de poder político e econômico, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições.

Nesse sentido, consideramos o conceito de camponês como uma identidade político-ideológica que manifesta uma práxis social de contraconsciência à ideologia burguesa (CARVALHO, 2009). Para Sabourin (2009, p. 30), “o termo campesinato utilizado no Brasil corresponde a uma categoria política e não à categoria científica do modelo camponês”. Atualmente observa-se uma revalorização das categorias “camponês” e “campesinato”, a respeito disso, Wanderley (2011 p. 97) explica: “Isso ocorre, sobretudo, como uma tendência no interior dos próprios movimentos sociais, que as associa a uma profunda crítica aos processos de modernização conservadora e a uma crescente valorização das práticas agroecológicas”.

A partir da perspectiva agroecológica, o campesinato é, mais que uma categoria histórica, é um sujeito social que possui “uma forma de manejar os recursos naturais vinculado aos agroecossistemas locais” (GUZMÁN; MOLINA, 2013 p. 76). A partir desta conceituação agroecológica, o campesinato é entendido como uma forma particular de se relacionar com a natureza, ou seja, como parte integrante num processo de co-evolução. Para Ploeg (2009, p. 17), “a agricultura camponesa é fortemente baseada no capital ecológico, enquanto a agricultura empresarial afasta-se progressivamente da natureza”.

### 3.3.2 A condição camponesa: um modo de resistir, produzir e de viver

Existe uma luta pela autonomia e reprodução da condição camponesa que se caracteriza como “um processo contínuo de construção, aperfeiçoamento, ampliação e defesa de uma base de recursos naturais e sociais sobre a qual está fundada” (PLOEG, 2006, p. 22), atrelado a busca pela crescente melhoria das condições de vida e trabalho. Para Ploeg (2006) uma característica intrínseca do modo de produção camponês é a reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida.

Cada ciclo de produção é construído a partir dos recursos produzidos e reproduzidos nos ciclos anteriores. Assim, entram no processo de produção, como valores-de-uso, como instrumentos e objetos de trabalho utilizados para produzir mercadorias e ao mesmo tempo, para reproduzir a unidade de produção (PLOEG, 2006, p. 25).

O campesinato caracteriza-se pela fusão entre a unidade de produção e a de consumo (ABRAMOVAY, 2012 p. 101). Desse modo, a produção camponesa caracteriza-se pela coprodução (produção-consumo-reprodução), na qual uma parte da produção é vendida, outra é para autoconsumo e uma terceira parte é empregada para alimentar o próximo ciclo de produção, como valor de uso. Estas características intrínsecas ao segmento de produção agrícola camponês permitem aproximá-la aos princípios/estratégias da agroecologia (PLOEG, 2006; 2009; ALTIERI, 2012).

Esse padrão se contrasta completamente com a reprodução dependente do mercado, na qual a maioria dos recursos, senão todos, são mobilizados por meio dos mercados, entrando no processo produtivo como mercadorias. (PLOEG, 2009, p. 22).

Há interpretações – como as de Teodor Shanin (2008) - que associam o campesinato a um “modo de vida” em que a vida não é organizada pelo mercado, como a unidade capitalista, mas sim pela economia familiar e um sistema cultural solidário (SHANIN, 2008; PAULILO; ALMEIDA, 2010; ABRAMOVAY, 2012). Atualmente muitos pesquisadores, políticos e profissionais da área, atribuem um caráter pejorativo ao conceito de campesinato, “o preconceito aparece quando se afirmar que o campesinato tem que se transformar em agricultor familiar para tornar-se moderno. Que somente a metamorfose pode livrá-lo do destino de ser camponês” (FERNANDES, 2016, p. 311), entretanto:

Assim, mesmo quando avesso à conduta que dele esperavam agências de desenvolvimento e cientistas, o camponês procedia de maneira racional [...] cuja compreensão econômica é perfeitamente possível, e cujo funcionamento é praticamente perfeito (ABRAMOVAY, 2012, p. 92 e 109).

A compreensão da racionalidade camponesa revela um comportamento específico, que pode ser expresso por três aspectos econômicos: a maximização de lucros, a minimização de riscos e a aversão à penosidade<sup>59</sup> (ABRAMOVAY, 2012). Como resultado:

O agricultor não só é capaz de utilizar seus insumos de maneira a obter a maior quantidade possível de produto, mas, mais do que isso, essa operação leva em conta o nível relativo dos preços, de maneira a minimizar os custos e/ou maximizar os resultados da produção. Isso quer dizer que o agricultor comporta-se de maneira eficiente não só sob o ângulo técnico, mas também alocativo (ABRAMOVAY, 2012, p. 92).

Dando continuidade a esta perspectiva, Rodrigues (2014, p. 168) afirma:

No processo de construção de outra relação metabólica entre a sociedade e a natureza, a contribuição da agricultura familiar camponesa é de grande importância, pois além de contemplar um modo de produzir, também expressa um modo de viver que se dá em estreita relação com a natureza, a partir da relação central com a terra, marcada pelo respeito aos ciclos do tempo.

Em meio à diversidade de formas de viver, há duas características que constituem uma unidade entre os camponeses: o respeito pelos ciclos da vida e a lógica comunitária manifestada na prática cotidiana, que diferem daquela do lucro e da exploração (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015). Ploeg (2009, p. 17) defende que: “o modo de produção camponês deve ser valorizado como um dos principais elementos de qualquer que seja o projeto adotado para fazer frente aos dilemas atuais”. Afinal de contas, é bem provável que: “socialmente, a existência de unidades produtivas marcadas pelo típico equilíbrio camponês permita a oferta de bens agrícolas em condições em que a terra e o trabalho sejam utilizados com resultados melhores que em empresas capitalistas” (ABRAMOVAY, 2012, p. 105).

Brandenburg (2017, p. 156) levanta uma questão relevante:

O retorno do estilo camponês não é a volta de uma forma de produzir e de um estilo de vida pertencente ao passado, mas o resgate de uma condição

---

<sup>59</sup> Uma discussão aprofundada a respeito da microeconomia do comportamento camponês, pode ser encontrada em Abramovay (2012).

camponesa, realizados por novos atores que optam por um estilo de vida que tem na ecologia a base do que entendem como Bem Viver.

Para Carvalho e Franco (2012), o modo de vida camponês fornece *valores referenciais*:

- Produção voltada prioritariamente à autossuficiência, o que confere uma relativa autonomia social e econômica frente à sociedade global;
- Importância estrutural da família e da comunidade, onde a solidariedade e a reciprocidade desempenham papel fundamental na reprodução socioeconômica;
- Sistemas poliprodutivos, onde cultivos agrobiodiversos são combinados com criações de animais e atividades não agrícolas;
- Adaptação de suas culturas e modos de produção ao território e aos ecossistemas que ocupam (p.324).

### 3.3.3 Formas de resistência cotidiana dos camponeses

Onde o capitalismo se implanta, onde o mercado começa a dominar a vida social e onde a racionalidade econômica toma conta do comportamento dos indivíduos, os laços comunitários acabam por perder seu poder agregador. Logo, com o avanço do capital no campo, foi gerado um novo padrão reprodutivo determinado pela competição, inovação constante e o produtivismo-consumismo, propagado pelo capitalismo neoliberal, como fundamental para garantir a taxa média de lucro das empresas capitalistas. Desse modo, uma parcela dos camponeses foi induzida a adotar o jeito de ser e de fazer promovido pelas empresas capitalistas, atrelado a uma negação continuada aos seus modos de vida, através de um sistema de valores violentamente imposto pela classe dominante. Esse processo gerou um novo modo de apropriação da natureza capital-intensivo ecologicamente predatório e culturalmente desrespeitador (OLIVEIRA, 2001; CARVALHO, 2005; ABRAMOVAY, 2016).

No entanto, ao mesmo tempo que os camponeses se inserem e afirmam o modo de produção capitalista, manifestam também a sua negação através da contínua “reafirmação da identidade social camponesa”<sup>60</sup> (CARVALHO, 2005, p. 192) e através de “lutas sociais para a implantação de uma nova concepção de mundo e, portanto, portadora de um novo paradigma para um outro modelo de desenvolvimento rural” (CARVALHO, 2007, p.2). Em alguns casos os camponeses recorrem ao trabalho acessório não agrícola e a migração, “situação que, a

---

<sup>60</sup> “Não pela volta à comunidade camponesa utópica pré-capitalista, mas segundo outros referenciais sociais capazes de constituírem uma ou várias identidades comunitárias de resistência ativa à exclusão social e de superação do modelo econômico e social vigente” (CARVALHO, 2005, p.192)

princípio seriam indícios de descampezinação, mas que, na prática, se convertem em estratégias de resistência, um negar-se para continuar sendo aquilo que nunca deixaram de ser” (PAULILO; ALMEIDA, 2010, p. 21).

Outra estratégia de sobrevivência adotada pelos camponeses “marginalizados” tem sido à reciprocidade<sup>61</sup>, “uma redescoberta dos trabalhadores na resistência ao capitalismo [...] não só com a finalidade de trocar força de trabalho e trabalho entre eles, mas para enfrentarem com menor desvantagem as inevitáveis e indispensáveis relações com o mercado” (QUIJANO, 2002, p. 486).

Para Ploeg (2009, p.26) as práticas heterogêneas, pelas quais o campesinato se constitui, “podem ser entendidas como uma expressão, se não como uma materialização da resistência[...] também uma força propulsora que induz novos processos de aprendizagem”. Desse modo, permanecer na terra como camponês torna-se um ato social de resistência. A liberdade de produzir e a luta pela reprodução do grupo familiar tem sido a bandeira empunhada por esses camponeses (OLIVEIRA, 2001; FELICIANO, 2006; PAULILO; ALMEIDA, 2010).

Em um contexto mundial de crise em que se torna cada vez mais evidente a impossibilidade de expansão do agronegócio, “a emergência de movimentos sociais que desafiam a globalização neoliberal vai delineando uma conjuntura de crescente importância dos camponeses como fato político na América Latina” (MARQUES, 2008, p. 56).

E é o fato de que o campesinato constitui um modo de ser, uma comunidade, uma cultura, toda uma visão de trabalho, do produto do trabalho e da divisão do produto do trabalho é que faz do campesinato uma força relevante. Isto é, é isso que coloca o campesinato como uma categoria que mostra para a sociedade não simplesmente uma participação política, uma força, mas também um modo de ser. Aponta e reaponta continuamente uma outra forma de organizar a vida. (CARVALHO, 2005, p. 193).

Citando mais uma vez Carvalho (2005, p. 195), “as mudanças necessárias para que os camponeses possam resistir à opressão capitalista, ainda que inseridos na sociedade capitalista, tem como valor subjacente a valorização da pessoa humana e do meio ambiente”. De acordo com Martins (1980), a terra apropriada pelo capital se torna terra de negócio e de exploração alheia do trabalho. Por outro lado, quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho e de reprodução da vida.

O relacionamento do camponês com a terra tem um sentido próprio. O sentido da terra para o camponês é de autonomia, autogestão e liberdade, a terra não é vista como simples meio

---

<sup>61</sup> Entendemos reciprocidade como uma conduta social, baseada na troca de força de trabalho e de trabalho, sem a interação do mercado.

de produção. Terra e trabalho mesclam-se em seu modo de ser (FELICIANO, 2006), assim como trabalho e vida não são dimensões cindidas e o objetivo não é somente gerar meios de vida, mas, sobretudo, um modo de vida em que “a família e a comunidade, de certa forma, emprestam sentido à atividade camponesa” (ABRAMOVAY, 2012, p. 112).

## **CAPÍTULO 4. AGROECOLOGIA E REFORMA AGRÁRIA POPULAR: CAMINHOS PARA A EMANCIPAÇÃO E O BEM VIVER?**

### **4.1 Agroecologia: ciência, prática e movimento social**

Em oposição ao paradigma de produção agrícola moderno (convencional), surgiram proposições alternativas, fundamentadas na ideia de sustentabilidade. Essas proposições passaram a ser definidas, inicialmente, como agriculturas alternativas, com diferentes correntes: as primeiras delas surgidas na Alemanha em 1924 com a agricultura biodinâmica, e depois na França e Inglaterra, na década de 1940, com a terminologia agricultura orgânica (BRANDENBURG, 2002). Somente a partir da década de 70, as correntes de agricultura alternativa passaram a ganhar importância científica, quando: “as evidências da degradação ambiental e a ineficiência energética dos sistemas produtivos motivaram um grande número de pesquisadores a repensar os fundamentos da agricultura moderna” (EHLERS, 1999, p. 97).

O lançamento do livro *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson, nos Estados Unidos, em 1962, foi um marco científico, que repercutiu mundialmente, ao contestar o padrão capitalista da agricultura dominante - representado pela ideologia da revolução verde - através de comprovações científicas sobre os efeitos prejudiciais à natureza e a saúde humana, causados pelo uso de agrotóxicos. O mesmo aconteceu com o livro *Um testamento agrícola*, publicado em 1940 por Albert Howard.

No Brasil, a partir da década de 70, começaram a surgir movimentos alternativos à política de modernização agrícola. Diversas organizações politicamente engajadas empreenderam um serviço de assistência técnica, com uma perspectiva política crítica, voltado à agricultores familiares e camponeses excluídos pelo processo de modernização e com sérias dificuldades de reprodução social (BRANDENBURG, 2002).

Estes movimentos de agricultura concebidos como alternativos, baseados no trabalho familiar, na diversificação do cultivo, no conhecimento tradicional acumulado pelos agricultores, na baixa dependência de insumos externos e baixa demanda de recursos financeiros, constituem formas de agricultura que resgatam a autonomia, através de práticas tradicionais, desqualificadas pelo modelo da revolução verde e por isso são consideradas equivocadamente, como atrasadas pela ideologia dominante (RODRIGUES, 2014; BRANDENBURD, 2017).

Mais tarde, o movimento de agricultura alternativa passou a ser chamado de agroecológico, e foi ampliado a partir da década de 1990, com a construção de uma agenda ampla que envolveu instituições de pesquisa, ensino e extensão, organizações de base, ONGs e movimentos sociais. Em oposição à agricultura moderna produtivista, a agroecologia passou a configurar como parte de um projeto político de desenvolvimento rural de caráter contra-hegemônico, que penetrou nos movimentos sociais e passou a disputar os rumos das políticas públicas (BOSETTI, 2013). A agenda agroecológica tem priorizado os agricultores familiares e camponeses, excluídos pelo processo de modernização conservadora - ao mesmo tempo que estes representam a forma de organização mais adequada para assimilar os princípios e práticas agroecológicas (COSTABEBER; CAPORAL, 2003).

A agroecologia pode ser entendida como um novo paradigma produtivo, uma corrente teórica crítica, que faz um questionamento radical à agricultura industrial, fornecendo bases conceituais e metodológicas para sustentabilidade agrícola (LEFF, 2002; ALTIERI, 2012). Insere-se no contexto de transição entre a agricultura industrial para uma agricultura ecológica em um contexto sociocultural e político. Assim, a partir do fortalecimento da agricultura familiar e da união com movimentos sociais, visa transformar os mecanismos de exploração social do trabalho e a exploração excessiva e desordenada dos recursos naturais (ALTIERI, 2012; CAPORAL; COSTABEBER, 2004; GLIESSMAN, 2009).

**Quadro 2** - Diferenças entre os sistemas de produção agroecológico e agroindustrial

<b>Característica</b>	<b>Paradigma Agroecológico</b>	<b>Paradigma Agroindustrial</b>
<b>Manejo do solo</b>	Visa elevar os teores de matéria orgânica no solo e ciclagem de nutrientes;	Leva a exaustão do solo via uso exagerado de adubos solúveis;
<b>Relação com a natureza</b>	Simbiose; Cuidado	Dominação;
<b>Mercado</b>	Restrito; Preferência dos consumidores esclarecidos;	Ampla, larga escala;
<b>Dependência de insumos externos</b>	Mínima, com aproveitamento dos recursos locais;	Total. Adquiridos no mercado;
<b>Produção</b>	Diversificada, uso de variedades tradicionais e rotação de culturas.	Monocultivos geneticamente uniformes (transgênicos).
<b>Participação social</b>	Alta; induz ao envolvimento da comunidade e formas locais de organização;	Baixa; Decisões de cima para baixo; proletarização.

Fonte: Adaptado de Altieri (2012).

Do ponto de vista científico, a agroecologia tem sido afirmada como um campo de conhecimento multidisciplinar que permite desenvolver, avaliar e desenhar agroecossistemas através de uma série de princípios, conceitos e metodologias, vinculados a uma racionalidade ambiental (EHLERS, 1999; LEFF, 2002; GLIESSMAN, 2009; ALTIERI, 2012). Como resultado, pesquisas comprovam que as unidades produtivas de base familiar que adotam a agroecologia e apostam no aumento da diversidade como estratégia de produção, tornam-se mais produtivas e fazem um uso mais eficiente dos recursos naturais (ALTIERI, 2010; ALTIERI, 2012; MACHADO, 2012). Ainda que pesem os esforços em defesa do modelo de produção agroindustrial da monocultura, com base na alegação de que as pequenas explorações agrícolas familiares são atrasadas e improdutivas, pesquisas comprovam que: “as pequenas explorações são bem mais produtivas que as grandes explorações agrícolas se considerada a produção total em vez da produção de uma só colheita” (ALTIERI, 2010).

O incremento da biodiversidade é um elemento chave desse sucesso.

Há 150 anos a humanidade se alimentava com o produto de 3 mil espécies vegetais que, em 90% dos países, eram consumidas localmente. Hoje, quinze espécies respondem por 90% dos alimentos vegetais e quatro culturas – trigo, milho, arroz e soja – respondem por 70% da produção e do consumo mundiais. Tende-se, assim, a uma perigosa monocultura, e a homogeneidade leva à morte, ao passo que a heterogeneidade, que é o estado dinâmico, promove a vida (MACHADO, 2012, p. 49).

A heterogeneidade como fator importante da agroecologia está relacionada a singularidade dos territórios e das identidades culturais.

Os saberes agroecológicos são uma constelação de conhecimentos, técnicas, saberes tradicionais e práticas dispersas que respondem às condições ecológicas, econômicas, técnicas e culturais de cada geografia e de cada população (LEFF, 2002, p.37).

O objetivo da agroecologia, segundo Altieri (1998, p.23), “é trabalhar com sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas”. Para o referido autor:

Os princípios básicos da Agroecologia incluem: a reciclagem de nutrientes e energia; a substituição de insumos externos; aumento da matéria orgânica e

atividade biológica do solo; a diversificação das espécies de plantas e dos recursos genéticos; e a otimização das interações e da produtividade do sistema agrícola como um todo, ao invés de rendimentos isolados obtidos com uma única espécie (ALTIERI, 2012, p.16).

A adoção progressiva da agroecologia pelos camponeses do país é fruto do surgimento de uma nova concepção de vida, atrelado à crítica e a negação ao modelo tecnológico de produção dominante. Essa mudança demanda: “maneiras de se relacionar com a natureza e com os homens que ensejam suplantam as práticas de exploração do trabalho e de degradação do meio ambiente intrínsecas ao modo de produção capitalista agropecuário” (CARVALHO, 2007,p.4).

Uma das inovações determinantes da agroecologia em relação às ciências agrárias convencionais vem do seu reconhecimento da existência de racionalidades ecológicas nos modos camponeses de produção. Segundo a perspectiva agroecológica, essas racionalidades expressam estratégias de produção econômica e reprodução socioambiental, resultantes da capacidade das populações rurais de ajustar seus meios de vida aos ecossistemas em que vivem e produzem. Portanto, estão longe de ser a manifestação de atraso cultural a ser superado, tal como apregoado pela ideologia da modernização (PETERSEN; DAL SOGLIO; CAPORAL, 2009, p.86).

Cabe ressaltar que a agroecologia vai além de um modo de produção ecológico, e não se restringe a experiências locais de agricultores de base ecológica. A agroecologia deve ser pensada como um processo de organização social que promove o enfrentamento ao agronegócio, incorporando elementos de ordem política e sociocultural em defesa da transformação da ordem econômica dominante e, para isso, apoia-se na ação social coletiva e inclui a consciência política-ideológica e organizacional (GUZMÁN, 2002; GUHUR; TONÁ, 2013). Para Guzmán (2011), a agroecologia se insere no curso das transformações sociais e na busca por melhoria das condições de vida dos agricultores.

Um el contexto 77ível77ades y acumulativo um el que estamos definiendo las perspectivas de investigación de la 77ível77ades77a, la de **transformación social constituye la fase más avanzada del 77ível77ad**; supone dotar a las dimensiones productiva, socioeconómica y cultural de un contenido sociopolítico. Se refiere a la realización de 77ível77ades conjuntas investigador agricultor para el diseño participativo de acciones productivas y de cambio social que mejoren su 77ível de vida (GUZMÁN, 2011 p. 21).

Costabeber e Caporal (2003), abordam a agroecologia a partir de uma análise multidimensional, que envolve seis dimensões relacionadas entre si: ecológica, econômica, social (primeiro nível), cultural, política (segundo nível) e ética (terceiro nível).

- **Ecológica:** manutenção e/ou melhoria da biodiversidade, das condições do solo e dos recursos naturais em geral. Reutilização de materiais e energia dentro do próprio agro ecossistemas (baixa entropia).
- **Social:** produção equitativamente apropriada e usufruída pelos diversos segmentos da sociedade. Melhorias na qualidade de vida e alimentação.
- **Econômica:** autoconsumo, circuitos curtos de comercialização. Compatibilização entre produtividades/geração de lucro e gastos.
- **Cultural:** respeito aos saberes e valores culturais locais.
- **Política:** processos participativos e democráticos. Redes de organização social e representação. Agricultores como atores de seu próprio desenvolvimento. Empoderamento e protagonismo.
- **Ética:** adoção de novos valores de solidariedade. Cuidado com a lógica que obedece essencialmente a estímulos do mercado.

**Figura 3** – Agroecologia: uma forma mais ampla de conceber o espaço agrário



Fonte: Adaptado de Fernandes; Facco (2015, p. 99).

Para além de uma solução técnica, a agroecologia é, portanto, um projeto político amplo – que tem o agricultor familiar camponês como sujeito político -, dotado das dimensões política, econômica e cultural, de modo que não se reduz à preservação do meio ambiente.

Neste sentido, está em gestação uma concepção mais recente de agroecologia, ainda mais ampliada: a partir da prática dos movimentos sociais populares do campo, que não a entendem como “a” saída tecnológica para as crises estruturais e conjunturais do modelo econômico e agrícola, mas que percebem como parte de sua estratégia de luta e de enfrentamento ao agronegócio e ao sistema capitalista de exploração dos trabalhadores e da depredação da natureza (GUHU, TONÁR, 2012, p. 63).

Posto assim, Pinheiro (2004) supõe que o agricultor, ao se orientar pelos princípios da agroecologia, constrói projetos de vida que não são orientados exclusivamente pela racionalidade economicista. Deste modo, a unidade de produção passa a ser entendida como unidade de vida, nas quais a natureza e cultura se articulam e o trabalho e a vida são indissociáveis; “cultivar a terra para produzir é ao mesmo tempo trabalhar e construir a vida” (p. 106).

Giraldo (2018) considera o atual debate acerca da agroecologia ainda muito restrito a questão do desenvolvimento rural e do desenvolvimento sustentável. Deste modo, propõe ampliar o debate sobre a agroecologia, inserindo-a no campo teórico da ecologia política e do pós-desenvolvimento, como suporte para um novo entendimento das relações entre capital, natureza e cultura, a partir de uma crítica aos paradigmas de modernidade, progresso, desenvolvimento e competitividade, visto que, “esses paradigmas são justamente aqueles que fundamentam o sistema agroindustrial” (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

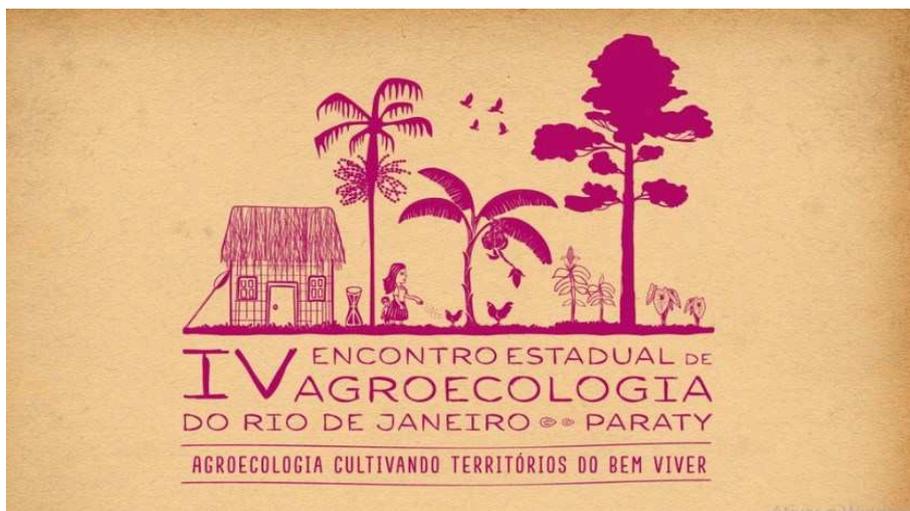
No Brasil, observa-se nos últimos anos, a aproximação da perspectiva do Bem Viver com o discurso da agroecologia, que aponta para um novo projeto societário. O tema tem estado presente em diversos eventos sobre agroecologia nos últimos anos (Figuras 4, 5,6, 7 e 8).

**Figura 4** – “Agroecologia na Transformação de Sistemas Agroalimentares na América Latina: Memórias, Saberes e Caminhos para o Bem Viver” - Tema central do VI Congresso Latino-americano de Agroecologia (2017), realizado em Brasília – DF.



Fonte: [www.agroecologia2017.com](http://www.agroecologia2017.com)

**Figura 5** – “Agroecologia cultivando territórios do Bem Viver” – tema central do IV Encontro Estadual de Agroecologia (2017), realizado no Rio de Janeiro – RJ.



Fonte: <http://aspta.org.br/2017/06/paraty-sera-sede-do-iv-encontro-estadual-de-agroecologia-do-rio-de-janeiro>

**Figura 6** – “Diversidade e soberania na construção do bem viver” – tema central do IX Congresso Brasileiro de Agroecologia (2015), realizado em Belém – PA.



Fonte: [www.cbagroecologia.org.br](http://www.cbagroecologia.org.br)

**Figura 7** – “Cuidado, Cultura e Bem Viver: Construindo Caminhos” – tema central do 10º Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia.



Fonte. [www.ecovida.org.br](http://www.ecovida.org.br)

**Figura 8** - “Agroecologia e soberania alimentar: saberes em busca do bem viver” - Tema central do 2º Seminário de Agroecologia da América do Sul, realizado em Dourados/MS



Fonte: <https://www.cpao.embrapa.br/cds/agroecol2016/index.html>.

Giraldo e Rosset (2017) alertam sobre a disputa existente em torno dos conceitos “agroecológico” e “sustentável” e o risco desses conceitos serem cooptados por setores representantes dos interesses capitalistas: isto poderia vir a ajudar o capital a se salvar de suas próprias contradições. Para evitar que isso aconteça, a agroecologia não pode ser reduzida a um pacote tecnológico ou um modelo sustentável de produção. Deve-se evitar que o conceito seja despojado de seu conteúdo político e de suas referências em iniciativas de movimento sociais. Segundo os autores, a territorialização efetiva da agroecologia passa pelo Bem Viver e a

apropriação pelos movimentos sociais. Posto isso, podemos afirmar que a agroecologia deve ser um projeto político “incompatível com o sistema capitalista e depende, em última instância, de sua superação.” (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 63). Nesse sentido, para além do “desenvolvimento sustentável” ou das variações do “ecocapitalismo”, associar a agroecologia ao conceito de Bem Viver, e mantê-la articulada aos movimentos sociais, favorece a manutenção do compromisso político com a transformação social e superação da alienação (NOVAES, et. al. 2005).

#### **4.2 O encontro do MST com a agroecologia: uma a mudança de horizonte estratégico**

Assim como entre os camponeses, existe uma heterogeneidade social muito grande entre os sem-terras. Os assentamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) apresentam uma diversidade de formas de organização social e contextos socioculturais bem específicos. Nesses espaços, tem-se observado a valorização de um projeto camponês de vida e a sua conformação enquanto classe (MARQUES, 2008).

As áreas agrícolas reformadas não podem ser apenas lugares de produção e trabalho. Assentamento é um espaço para o conjunto de famílias camponesas viver, morar, estudar e garantir um futuro melhor à população. São conquistados direitos sociais que não são garantidos a todo o povo brasileiro: trabalho, casa, escola e comida (MST, 2010, p. 19).

Com base em Grade e Aued (2005), o MST busca continuamente a superação da ordem vigente burguesa e a contínua melhoria das condições de vida das pessoas.

Trata-se da construção de um movimento em que coloca no centro de suas próprias preocupações, não a inserção do homem na sociedade vigente, mas a busca por criar formas de produção da vida, ainda que sem saber exatamente qual seja. Ainda lhe falta, nesse processo, o elemento teleológico, ou seja, sabe o que não quer ser, mas não sabe, ainda, o que será (GRADE; AUED, 2005, p. 22).

Dentro do MST, para além da mobilização e luta pela conquista da terra, passou a ser questionado a contradição da reprodução do modelo hegemônico de produção capitalista – representado pela matriz tecnológica excludente baseada na revolução verde – dentro dos assentamentos (GRADE, 1999; SANTOS, 2015), visto que, mesmo após constituírem um novo território, no qual instalam-se dezenas, centenas e até milhares de famílias de trabalhadores,

não há uma derrota completa do capital no campo. O MST enfrenta constantemente uma “acirrada e desproporcional disputa econômica, política e ideológica com as forças do latifúndio e a burguesia em geral”, numa correlação de forças muitas vezes desproporcional aos camponeses. (SANTOS, 2015, p. 38).

Desse modo, apesar do MST ser um movimento que luta pela emancipação dos agricultores, muitas vezes as famílias de assentados acabam reproduzindo a ideologia burguesa ao adotar o modelo de agricultura capitalista – prejudicial ao meio ambiente e à saúde humana. Como efeito disso, surge a necessidade de se lutar por um novo projeto de vida no qual não se busca mais ser desenvolvido nos moldes agronegócio: obter crédito, assistência técnica, modernizar a todo custo, se especializar etc., significa, por outro lado, um novo jeito de produzir e viver, com relativa autonomia frente ao capital.

Com base em Borsatto e Carmo (2014, p. 646):

Nas últimas décadas, o movimento tem modificado radicalmente o seu discurso ao modo de produção que deve ser adotado pelos agricultores em seus assentamentos, migrando de um discurso com forte viés produtivista, para outro mais aderente à visão agroecológica.

O debate sobre a agroecologia ganhou relevância dentro do MST a partir do ano 2000 – ocasião em que ocorreu o IV Congresso Nacional<sup>62</sup>. Desde então, o conceito passou a ser visto como assunto estratégico na organização dos assentamentos, e passou a configurar-se como projeto político e bandeira na luta pela reforma agrária defendida pelo MST (FERNANDES; FACCO, 2015; BORSATTO; CARMO, 2014). Essa mudança pode ser demonstrada na fala de um agricultor: “o MST apareceu para a gente como um dos meios para se fazer a discussão coletiva sobre a mudança da matriz tecnológica”. Esta reorientação dentro do movimento, pode ser constatada no caderno de formação do ano seguinte ao congresso:

Deveremos dar destaque ao aspecto dos insumos industrializados (venenos, adubos, sementes híbridas) que encarecem a produção, envenenam as pessoas e a natureza [...] e nos torna dependentes das empresas multinacionais [...] Assim a agroecologia deverá orientar as nossas atividades produtivas [...] buscando construir um novo modelo de produção, que nos ajude na edificação de um novo ser social (MST, 2001, p. 17).

De acordo com Neto (2015, p. 250):

---

<sup>62</sup> Nesse importante evento foi lançado o documento “Nossos compromissos com a Terra e com a Vida” (Anexo A).

Na interpretação do movimento social, apenas a conquista da terra não é suficiente no enfrentamento à agricultura industrial. A agroecologia surge, então, como experiências que estabelecem uma nova relação com a natureza e entre os próprios seres humanos. Onde o latifúndio reproduzia a exploração do ser humano e a degradação ambiental, se produz alimentos saudáveis e se recupera e preserva a natureza, a biodiversidade, os solos e as águas.

Em suma, o Movimento mudou radicalmente o seu discurso nos últimos anos, comparado com o defendido em seu período de formação até meados da década de 1990: “O conhecimento tradicional camponês, antes rejeitado, assume lugar central nas proposições para o desenvolvimento dos assentamentos, assim como também são quebradas as barreiras internas que separavam a luta pela reforma agrária da questão ambiental” (BORSATTO; CARMO, 2014, p. 657). Esse novo discurso resultou em novas diretrizes adotadas pelo Movimento:

Nós queremos a agricultura como um espaço de sociabilidade, uma agricultura com camponeses[...]apta a produzir alimentos saudáveis, contrariando o agronegócio que a quer unicamente para produção de commodities. Uma agricultura que assegure a preservação das águas, do solo, da biodiversidade, procurando conter e reverter a depredação ambiental causada pelo agronegócio. Queremos que a população rural permaneça no campo, em condições dignas de vida, com acesso à educação e ao conhecimento, construtora do seu próprio destino (MST, 2010, p.6).

Segundo Novaes et. al (2015, p. 216):

A agroecologia é entendida como parte da estratégia de luta e de enfrentamento ao agronegócio, à exploração dos trabalhadores e à depredação da natureza. Nessa concepção a agroecologia inclui o cuidado e a defesa da vida, produção de alimentos, consciência política e organizacional [...] A agroecologia dos movimentos sociais nos ajuda a pensar a reforma agrária, as formas alternativas de produção, comercialização e educação para além do capital no século XXI.

Em 2007, no seu V Congresso Nacional, cerca de 17.500 delegados e delegadas de todas as regiões do Brasil formularam uma proposta de projeto agrícola, chamado de projeto de reforma agrária popular. Como bem esclareceu Stédile (2009, p. 160):

Isso porque nos damos conta de que agora não há mais espaço para uma reforma agrária clássica, que no passado apenas distribuía terra, democratizava a propriedade, mas subordinava os camponeses e agricultores familiares ao interesse da indústria.

Sete anos depois, em 2014, no VI Congresso Nacional, assumiram o lema: “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!”, como proposta de superação da reforma agrária clássica. “O conceito “popular” busca identificar a ruptura com a ideia de uma reforma agrária clássica feita nos limites do desenvolvimento capitalista e indica o desafio de um novo patamar de forças produtivas e de relações sociais de produção” (MST, 2013, p. 33).

Por outro lado, apesar da prática agroecológica configurar uma nova orientação programática, muitas vezes a atuação dos assentados não corresponde aos propósitos do MST:

Há ainda muito preconceito e uma influência muito grande da hegemonia do capital sobre a agricultura, o que faz com que muitos camponeses ideologicamente pensem apenas em imitar os fazendeiros, como se isso fosse garantir o aumento da produção, do lucro e da melhoria das condições de vida. (STÉDILE, 2009, p. 161).

## **CAPÍTULO 5. A TERRITORIALIZAÇÃO DO BEM VIVER AGROECOLÓGICO NO ASSENTAMENTO CONTESTADO**

*Não troco esse lugar por nada do mundo. É um lugar muito bom de viver.*  
(ENTREVISTADA).

Como recorte empírico, adotamos nesta pesquisa, a experiência do assentamento Contestado por considerá-lo um grande “laboratório”, no qual a experiência agroecológica se configura como um projeto coletivo de produção e de vida adotado pela maioria dos assentados, os quais passam a expressar novas formas de relação com o trabalho, com a natureza e entre as pessoas. Esta mudança tem possibilitado a geração de uma nova forma de organização social que conduz à “reapropriação do controle do seu trabalho, dos seus recursos e dos seus produtos” (QUIJANO, 2002, p. 486). Defendemos a tese de que a transição para uma forma de produção agroecológica é acompanhada de uma mudança de racionalidade do agricultor(a), que por sua vez pode ser geradora de um modo de vida orientado ao Bem Viver. Em concordância com Brandenburd (2017, p. 163), “trata-se de um rural de novos atores, de sujeitos ecológicos, que se diferencia, de um lado, do rural tradicional e, de outro, do rural moderno do agronegócio”.

Neste capítulo pretendemos apresentar os elementos que conduzem ao Bem Viver dos camponeses agroecológicos do assentamento Contestado, buscando relacionar aspectos teóricos com evidências empíricas observadas em campo, para se chegar à elaboração de um construto a cerca do Bem Viver neste território. Ressaltamos que não propomos apresentar um “modelo” de Bem Viver: a ideia de modelo faz parte da ideologia do desenvolvimento unilinear e homogeneizante (ACOSTA, 2012); o Bem Viver, ao contrário disso, se constrói a partir de princípios não rígidos e plurais. Por isso, buscamos neste capítulo elencar alguns elementos que, ao nosso ver, compõem o pensar e agir agroecológico, e assim conduzem ao Bem Viver e dão concretude à proposta.

### **5.1 Breve descrição da área de estudo**

O assentamento Contestado está localizado no município da Lapa/PR (Figura 9), distante cerca de 20 km da sede do município e 70 km da capital. O território foi conquistado por meio da luta do MST, graças ao qual em 7 fevereiro de 1999 cerca de 50 famílias organizadas ocuparam terras da antiga Fazenda Santa Amélia, remanescente do regime de sesmarias, que passou para a indústria de cerâmica Incepa, a qual detinha uma grande dívida

com a união. Após a ocupação, junto ao Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), fundaram o assentamento em 29 de novembro de 2000 (INCRA, 2017). Desde o seu surgimento, a diretriz produtiva definida pelo movimento foi pautada na agroecologia, com o intuito de se tornar um projeto coletivo e *locus* de resistência, a partir da perspectiva de autonomia e não subordinação ao modelo do agronegócio. Apesar disso, não são todas as famílias que produzem de forma agroecológica no assentamento, percebemos que existe uma disputa interna entre o projeto convencional e o agroecológico.

Figura 9 – Localização do assentamento Contestado.



Fonte: Fernandes(2014).

A partir das entrevistas com os agricultores agroecológicos, notamos que alguns deles optaram por migrar de outro assentamento para o Contestado por uma questão de interesse particular pela agroecologia; em alguns casos foram indicados pelo próprio movimento, por conta das suas experiências, para ajudar a construir o projeto agroecológico no assentamento Contestado.

*Na época acabei ouvindo falar da proposta aqui da Lapa, do trabalho visando a preservação do meio ambiente e da produção de alimentos saudáveis, na época não se tinha muito claro o que era agroecologia nem agricultura orgânica. Então isso que motivou a gente vir pra cá. Já viemos com essa ideia de trabalhar a agroecologia (C.J.C).*

*Sáimos de lá, viemos pra cá, porque lá a gente tava sozinho na agroecologia, acontece que o povo que tava lá não aderiu à produção ecológica. Já aqui, desde 2000, a proposta era de quem viesse pra cá já era pra trabalhar com a produção agroecológica. Daí a gente pediu pra trocar e se somar aqui. A gente trocou 22 hectares de terra boa, de terra do sudoeste, por 08 hectare aqui. E aqui não tinha nada ainda, a gente fez uma loucura. Tudo isso porque a gente não queria tá no meio dos venenos (M.N.L).*

O assentamento possui uma área total de 3.228 hectares, dos quais 1.240 são de proteção ambiental. Residem atualmente 110 famílias (INCRA, 2017), instaladas em lotes individuais que contam com uma área de 10 a 15 hectares cada. Estas famílias estão organizadas em 10 núcleos de base, além destes, há os trabalhadores que moram e trabalham no centro comunitário, onde está localizada a sede da cooperativa Terra Livre, a Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA)<sup>63</sup>, uma creche (que eles chamam de ciranda infantil), uma escola municipal, um colégio estadual, um casarão cultural e uma Unidade Básica de Saúde (UBS) .

**Figura 10 e 11-** Escola Latino Americana de Agroecologia - alojamento e sala de aula.



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

<sup>63</sup> A ELLA foi fundada em 2005 em parceria com a Via Campesina, com o objetivo de qualificar e capacitar militantes da América Latina e Caribe. Atualmente está vinculada ao Instituto Federal do Paraná (IFPR), com turmas de Superior Tecnólogo em Agroecologia e Licenciatura em Educação do Campo, via pedagogia da alternância. A escola já graduou cerca de 150 Tecnólogos em Agroecologia (SANTOS, 2015).

**Figura 12** - Alunos do curso Superior Tecnólogo em Agroecologia durante aula prática na horta comunitária.



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

**Figura 13** - Escola municipal de ensino fundamental e colégio estadual de ensino médio.



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

Em 2010, os assentados fundaram a cooperativa Terra Livre, que hoje conta com 235 sócios - agricultores da própria comunidade e também de São Mateus do Sul, Palmeira, Campo Largo, Antônio Olinto, Teixeira Soares e Antonina. No ano de 2017 a comercialização semanal girou em torno de 8 toneladas de alimentos, atendendo 57 colégios estaduais, 22 escolas municipais e cerca de 3 mil pessoas via mercados institucionais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Atualmente, as vendas para mercados institucionais representam o principal meio de comercialização entre os agricultores agroecológicos do assentamento, a partir de uma produção diversificada, segundo uma agricultora: “o PAA e PNAE, têm forçado os agricultores plantar ainda mais variedade”. Constatamos que as famílias se sustentam a partir da produção agroecológica. Os principais cultivos são: horticultura, mandioca, batata-doce, batata-salsa, alho, feijão, frutíferas, entre outros. Boa parte da produção é oriunda de técnicas de policultivo, plantio consorciado, rotação de culturas e sistemas agrofloretais (SAFS).

## 5.2 Elementos constitutivos de um Bem Viver Camponês Agroecológico

*Quem tem um pedaço de terra, em um assentamento, está bem, na liberdade, e com esperança de ser liberto da exploração. Antes de a gente ir pro assentamento a gente não tem onde cair morto. O primeiro passo é ir para um acampamento, a gente não tem nada, só o sonho. E com o tempo consegue o lote e tudo muda.... agora o que não dá é vir para o assentamento e pensar em enricar. Porque não tem como enricar, para enricar você tem que explorar, explorar o vizinho, a mão de obra barata, arrendar o terreno do vizinho por uma mixaria... daí isso não é viver bem. É explorar (M.N.C).*

Afim de compreendermos como o conceito de Bem Viver se articula com a agroecologia, bem como se materializa no território, propomos analisar as subjetividades e as práticas de algumas famílias assentadas, vinculadas ao MST e ao movimento agroecológico. A partir do entendimento do Bem Viver como um conceito plural e aberto, propomos explorar uma noção de Bem Viver própria do grupo estudado para se chegar a um construto capaz de agregar os elementos comuns que constituem o Bem Viver neste território.

Os assentados, ao buscarem a sua reprodução social em um território recém constituído, constróem o seu lugar de viver que, em um sentido amplo, é ao mesmo tempo, lugar de morada e de trabalho (RIBEIRO, 2012). No caso do assentamento Constestado, quando as famílias chegaram havia o “nada” que foi se transformando a partir da apropriação do território, e do entrelaçamento de trajetórias e histórias, atrelados a um projeto camponês de vida baseado em três categorias: terra, trabalho e família. Em uma busca contínua por melhores condições de vida, alguns assentamentos passaram a adotar a agroecologia como projeto coletivo de vida que se contrapõe à agricultura capitalista.

*Na agroecologia você cria uma força a partir do momento que se junta com mais pessoas, que te reforçam essa ideia. Então é um projeto coletivo, que tá em construção, que na verdade já tá acontecendo (C.L.K).*

*Agroecologia serve pra trabalhar a consciência do ser humano, pra ir se libertando da exploração do capitalismo (J.L).*

O MST demonstra claramente a preocupação em proporcionar boas condições de vida aos seus assentados e passar uma boa impressão à sociedade como um todo, de modo que a sua luta não se resume somente à conquista da terra.

Queremos que o assentamento seja um cartão de visita para a sociedade. Queremos que, nessas áreas, tanto as pessoas que moram lá como os visitantes se sintam bem, felizes e orgulhosos do resultado da luta pela terra. Temos que transformar os assentamentos em lugares aprazíveis. Estamos incentivando o reflorestamento nas áreas desmatadas pelo latifúndio, plantando flores e arborizando pátios e praças, cuidando das estradas e das entradas dos assentamentos, promovendo festas e atividades culturais. Queremos desenvolver a solidariedade não por mera propaganda ou vaidade. Queremos desenvolvê-la como um valor permanente junto à nossa base social. (STÉDILE, 2005, p. 123).

Para nós, esta concepção permite aproximar a luta do MST com a política do Bem Viver e a prática da agroecologia. O ideal de Bem Viver, conforme apresentado no capítulo 2, tem referência nas novas estruturas constitucionais da Bolívia e Equador, que o elevam de uma filosofia de vida ao patamar de projeto político popular, contrapondo à racionalidade moderna-ocidental-capitalista-eurocentrada (PORTO-GONÇALVES, 2006; QUIJANO, 2012; GUDYNAS, 2011; ACOSTA, 2016).

O Bem Viver pressupõe construir alternativas às relações coloniais de poder e saber<sup>64</sup> visando concretizar maneiras outras de compreender e reproduzir a vida (QUIJANO, 2012). Normalmente, os projetos de desenvolvimento predominantes são orientados ao aumento da produtividade e inclusão em circuitos de comercialização (mesmo que alternativos), e demonstram a ideia de que esses grupos só podem estar satisfeitos se incluídos nos mercados e outras esferas dominantes da sociedade burguesa, baseados no modelo de bem-estar individual definido pelo discurso neoliberal. A partir da perspectiva do Bem Viver, a agroecologia situa-se ideológica e politicamente contrária a este modelo de desenvolvimento (SILVA, 2014; GIRALDO, 2014).

---

<sup>64</sup> Que ao nosso entender impõe os modelos europeus e norte-americanos de sociedade, bem como a ciência moderna como referências e alvos a serem alcançados pela população em geral, negando diversos saberes e experiências de vida.

Os camponeses agroecológicos, quando perguntados sobre o que a agroecologia representa para eles, expressaram as seguintes falas:

*Agroecologia pra mim é mais que um jeito de produzir, é uma forma de relacionar a agricultura com as relações sociais que a envolvem. Então, não pode ser encarada só como um meio de produção, porque ela visa a produção, mas visa também a organização e um jeito melhor de viver na terra e de como se relacionar com seu entorno (C.J.C).*

*Eu acho que esse é o único caminho para o futuro da agricultura, é uma maneira de trazer de volta a natureza e a vida, ajudando uns aos outros (I.N.S).*

*Agroecologia pra mim é um projeto de vida, de cuidado amplo, de cuidar do inteiro, da casa comum, da natureza e tudo que tem nela. É um projeto completo pra se viver mais tranquilo no campo com liberdade e autonomia (M.N.L).*

*É algo que entrou na nossa vida, como uma forma de trabalhar diferente, de um outro convívio com ambiente. Também uma questão de saúde, com o que a gente faz aqui hoje, tá produzindo saúde [...] Agroecologia é nossa vida, a gente cultiva ela e ela cultiva a gente (L.M.).*

Para os entrevistados, a agroecologia é encarada como um projeto amplo e um estilo de vida que, ao nosso entender, se aproxima do ideal de Bem Viver. Buscamos elencar, através dos depoimentos e da observação de campo, os principais elementos definidores deste Bem Viver, presentes nas práticas e subjetividades das famílias de agricultores(as) vinculados à agroecologia. Buscamos elaborar um construto a partir de cinco elementos estruturadores, apontados como tendência: racionalidade ambiental, convivialidade, emancipação humana, soberania alimentar, e promoção da saúde (Figura 14).

**Figura 14.** Elementos constitutivos do Bem Viver observados no assentamento Contestado – PR.



Fonte: Compilação de dados obtidos no trabalho de campo  
Org.: Dourado, N. P, 2019.

### **Racionalidade ambiental**

Como visto nas seções anteriores, a noção de desenvolvimento tem como uma das suas bases a perspectiva antropocêntrica, onde tudo na natureza é valorizado em função da sua utilidade para os seres humanos e pelo valor de troca monetária (ACOSTA, 2012; QUIJANO, 2012), enquanto que o Bem Viver propõe uma “mudança radical no modo como se interpreta e se valoriza a natureza” (GUDYNAS, 2011), deste modo, manifesta outra racionalidade e formas de relacionamento com o meio.

Durante a pesquisa de campo, a partir da observação e das entrevistas, foi possível perceber que os camponeses(as) agroecológicos do assentamento Contestado, estabelecem um tipo de relação com a natureza, ancorado na noção de pertencimento e de afetividade com o lugar em que estão inseridos – contrapondo-se à visão antropocêntrica do desenvolvimento e aproximando-se do ideal de Bem Viver (HUANACUNI, 2010), eles enxergam a terra como um bem comum e não como um recurso qualquer; desse modo passam a se relacionar com a terra e os recursos naturais de maneira diferente da racionalidade produtivista e instrumental. Nos termos de Enrique Leff:

Isso significa libertar os conceitos de terra e de recurso, das formas limitadas de significação do natural submetido à racionalidade econômica, que levaram a desnaturalizar a natureza de sua organização ecossistêmica para convertê-la em recurso natural, em matéria-prima para a apropriação produtiva (e destrutiva) da natureza (LEFF, 2002, p. 41).

Em contraponto à racionalidade produtivista, que carrega uma concepção linear do tempo e do uso ilimitado dos recursos naturais, a agroecologia faz emergir outra racionalidade ancorada no entendimento cíclico da natureza e do tempo. Podemos afirmar que a agroecologia age conjugada a uma mudança de mentalidade do agricultor(a), quanto ao entendimento da própria agricultura, da natureza e da sociedade, em uma ampla defesa da vida. Buscamos neste tópico, interpretar essa mudança de racionalidade e maneira de se relacionar com a natureza, a partir da teoria da racionalidade ambiental, proposta por Enrique Leff. Segundo o autor: “diante da racionalidade econômica e instrumental que domina o processo de globalização, a racionalidade ambiental se funda em novos princípios éticos, valores culturais e potenciais produtivos” (LEFF, 2009, p. 40).

A agroecologia orientada ao Bem Viver, em contraposição à busca insaciável por produtividade e lucro, resgata relações de reciprocidade e complementariedade, de épocas em que “a cultura coevolucionava com a natureza, hibridando-se e diversificando-se, multiplicando os sentidos da vida e as formas da natureza” (LEFF, 2002, p. 38).

Quando o trabalho era saber fazer e saber ser e a terra era lavrada como o ferreiro molda o metal e o escultor molda a pedra. Quando o fruto do trabalho rendia o fruto das delícias da terra, o dom da vida convertido em sabores que não só saciavam a fome (LEFF, 2002, p. 38).

Para Leff (2009, p. 139), “o conceito de racionalidade ambiental constitui, assim, uma categoria crítica para a construção de uma racionalidade produtiva alternativa”. Os depoimentos a seguir revelam o caráter dessa mudança de racionalidade, presente na empiria camponesa e fundadas nos potenciais do ambiente:

*Desde a época de acampamento criamos um regimento que não podia caçar, queimar, usar veneno, jogar o lixo em qualquer lugar(...) e as pessoas que vieram morar aqui tiveram que mudar os hábitos (A.C.C).*

*Quando a gente chegou aqui tinha muito pouca biodiversidade, não tinha um pé de fruta, tinha nada. Mas a gente sempre teve a ideia de trabalhar pra*

*trazer espécies novas, tipo aqui na agrofloresta com plantio de frutíferas e cultivando e respeitando as beiradas da água...e com isso a gente foi vendo os tatu e os bichos aparecendo. É gratificante isso (E.C.)*

*Nossa! É impressionante né? Aqui a cada dia vai melhorando mais, as plantas começam a vir naturalmente. Não preciso mais ficar plantando o tempo todo. A própria natureza vai trabalhando a nosso favor, nos ajudando cada dia mais (I.N.P).*

*Já acostumei tanto na roça, na horta, mexer com os bicho, pra lá e pra cá. Mesmo que ganhe menos, ganha em saúde, e dando pra viver tá bom. Por que daí, o pouco que você ganha, você passa bem, e tem muito mais liberdade, saúde e tranquilidade (E.D.S).*

*Não é voltar pra uma agricultura do passado, é aproveitar as coisas boas que aconteciam no passado. Uma coisa boa era os mutirões. Eu acho que mesmo tendo os lotes individuais dá pra gente voltar a fazer [...]Se você tá num caminho errado, que não tá dando certo, você não tem que voltar e pegar o caminho certo, não é? Agroecologia é isso, é voltar pra pegar o caminho certo (I.N.P).*

É muito comum entre os agricultores entrevistados, a percepção de que a agricultura convencional somente explora a natureza enquanto a agroecologia permite uma relação de troca e equilíbrio que possibilita seres humanos e meio ambiente viverem em harmonia. “*Eu sonho que o povo um dia, principalmente os assentados, mudem a mentalidade de como se cuidar e cuidar do meio ambiente*” (M.N.L).

Com efeito, ensaia-se um novo paradigma de produção, fundado a partir da articulação dos fatores ecológicos, culturais e tecnológicos contrastáveis à racionalidade capitalista de uso dos recursos (LEFF, 2009). Em concordância com um agricultor que nos diz: “*se adaptar a tecnologia que se tem, aos princípios da agroecologia, é possível dar um salto. Fazendo uma integração do antigo que deu certo, ao novo que temos hoje*” (C.J.C).

*Nós adotamos um sistema de produção integrado que é a agrofloresta, nela você pode organizar consórcios de frutífera com árvore pra madeira e a produção de hortaliças junto (A.C).*

*Se fosse pra fazer convencional com esse pedacinho de terra aqui, eu já teria abandonado, só ia dar prejuízo e dor de cabeça. Agora pra quem tá dentro da agroecologia, já tá dentro da cabeça, que não precisa de 4 alqueire. Pra trabalhar com agroecologia, se você planta 1 alqueire bem cuidado, vale pelos 4 se fosse convencional, que além de maltratar a terra e se maltratar, gasta muito mais (M.N.L).*

**Figura 15 e 16** - Sistema Agroflorestal, com plantação de tomate e produção de hortaliças entre linhas de árvores.



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

Essa nova racionalidade observada nos agricultores camponeses, pode estar relacionada a um processo de reconstrução do rural brasileiro - formador de um novo estilo de vida - denominado por Brandenburg (2010, p. 426) como um “rural ecologizado”, um projeto do devir que traz em sua matriz uma reação à dominação exclusiva da racionalidade instrumental do projeto modernizador excludente. Com base no autor: “se na modernidade a tradição é seu oposto a ser ultrapassado e a natureza é objeto de controle, na modernidade avançada do rural em reconstrução, a natureza é parceira e parte integrante das relações sociais”. Segundo o autor, os protagonistas desse novo rural ecologizado são os agricultores familiares e camponeses em movimento. Deste modo, “não constitui um projeto do Estado ou de políticas governamentais, ou seja, o projeto de um rural ecologizado não é oriundo do sistema (Estado e mercado), como é o projeto de um rural modernizado”.

## **Convivialidade**

A convivialidade<sup>65</sup> é um conceito formulado por Ivan Illich (1926-2002) e retomado por Latouche<sup>66</sup> (2012). Segundo Illich, o termo foi escolhido para designar o contrário de

---

<sup>65</sup> Conceito traduzido também como convivialidade, refere-se a uma teoria acerca dos limites do crescimento e do produtivismo-consumismo, faz uma análise da situação em que vivem os habitantes dos países superindustrializados e propõe um programa do que poderia ser uma fase superior da história humana, a fase convivial (ILLICH, 1976). O termo deriva de “com-vivo”, que significa “com vida”.

<sup>66</sup> Importante pesquisador da corrente pós-desenvolvimentista. Precursor da teoria do Decrescimento, defende uma sociedade que produza menos e consuma menos, a partir da voluntária limitação da produção e distribuição equitativa dos bens de consumo.

produtividade industrial: “a passagem da produtividade para a convivencialidade é a passagem da repetição da carência para a espontaneidade” (ILLICH, 1976, p. 25). [...] “Transladar-se da produtividade para a convivencialidade é substituir um valor técnico por um valor ético” (p.28).

Illich (1976) elaborou uma crítica acerca do processo de industrialização na sociedade moderna que, segundo ele, levou ao domínio do instrumento sobre o ser humano. Segundo o autor, a passagem para uma sociedade industrial levou à desumanização e fez o homem refém de um sistema que o transforma em simples objeto de produção e consumo, isto é, em um simples instrumento, “reduzidos essencialmente à categoria de meros consumidores-usuários, vêm-se privados da convivencialidade” (p.24). “Convivencial é a sociedade em que o homem controla a ferramenta” (p. 10). Acreditamos que esta proposta pode fortalecer a ação das pessoas, enquanto sujeitos sociais que dão sentido à construção histórica.

Convivencialidade, para Illich (1976), está ligada às dimensões do cuidado, pertencimento, criatividade, liberdade, complementaridade, valores que se aproximam da noção de Bem Viver e indicam um possível caminho para a construção de uma economia dos bens humanos, em oposição à economia dos bens materiais, da acumulação, exploração e concorrência.

Uma das características evidentes na sociedade atual, oriunda do padrão de racionalidade capitalista, como já visto nos capítulos anteriores, é a individualidade, resultado de uma forma de pensamento que tem como raízes a razão iluminista e o liberalismo-moderno. Na opinião de dois assentados:

*O ser humano sempre viveu em comunidade e trabalhou coletivamente, até aquele “Adão” Smith vir dizer que o esforço individual é que garante o sucesso...o individualismo passou a sobrepor o coletivo, então quer dizer que o individualismo é bom pra toda sociedade? Eu acho que não, né? A gente precisa cooperar pra ter sucesso! (C.L.K.).*

*O cerne do capitalismo é a propriedade privada, o indivíduo acima do coletivo. Esse é o grande mal que temos na humanidade, é a ideia do privado[...]A terra é um bem de todos, serviço da humanidade. Tirar ela dessa fase mercadoria, pra uma produtora de vida, é o que está em jogo, né? (C.J.C).*

Ao entrar para o movimento e vir a se tornar um assentado, os trabalhadores constroem novas relações sociais, podendo gerar uma coesão comunitária a partir da mobilização do MST,

que como parte de sua estrutura organizativa propõe a criação de coletivos, setores e brigadas, e outros mecanismos de encontro e a participação, que dão sustentação ao assentamento.

Para Trabuco (2008), o agrupamento de famílias de lugares de origem diferentes, boa parte sem conhecer outras famílias no momento da constituição do lote, pode resultar, ou não, na construção de novas redes sociais de convivência e solidariedade, fatores importantes para a construção e permanência de experiências coletivas; “*a gente se sente amparado pela comunidade, tem uma rede de apoio aqui*” (A.C).

*Quando a gente entra pro movimento, deixa de ser uma pessoa comum. Se torna parte do movimento, só quem tá junto mesmo que sabe o que é pertencer a um grupo, pertencer a uma história que não é só tua. E também, abrir caminho para mais gente possa ter sua terra (E.C).*

*Quando a gente entra, a gente entra por que quer um pedaço de terra, mas depois que a gente tem, quer manter né, morar num lugar sossegado, criar os filhos, ter onde produzir um alimento saudável (L.M.).*

Durante as entrevistas todos se declararam integrantes do MST; a presença de bandeiras estendidas nas casas visitadas, a realização de assembleias com repasses do Movimento e a participação dos assentados em atividades promovidas pelo MST, reforçam essa afirmação, sobretudo entre os agricultores agroecológicos.

No assentamento, observamos que homens e mulheres camponeses (as) vêm se dedicando a práticas econômicas sociais e solidárias orientadas ao bem comum mais que ao lucro privado e à acumulação excessiva, de modo que a dependência de um sistema econômico acaba sendo relativizada. Isso pode ter a influência de uma economia popular e camponesa que difere da economia capitalista. Por sua vez, as trocas solidárias (não monetárias) caracterizam uma economia camponesa presente no assentamento (SABOURIN, 2011).

*Outra coisa que o movimento bate bastante, é a troca...porque na verdade você não precisa só ter produção pra vender por causa do dinheiro, dá pra trocar o feijão pelo porquinho. Dinheiro é bom, a gente precisa dele. Mas pra viver, antes a gente precisa comer (M.N.L)*

*A burguesia destruiu as comunidades (...)porque não podemos fazer algo junto, pra todos sair bem? Sem desconfiar do próximo, sem necessidade de competir? Infelizmente muitos pensam assim: o pobre não vai me ajudar,*

*preciso me juntar ao rico [...] é isso que o capital quer, que você não acredite no companheiro, se você acreditar só em você, você vence. (J.L).*

As reuniões realizadas pela rede de certificação, núcleos de base, brigadas e assembleias, estimulam a participação direta e o envolvimento das famílias nas tomadas de decisões. Nas assembleias realizadas no assentamento, todos têm direito a voto: adultos, jovens, homens e mulheres. Constatamos que, as reuniões e assembleias representam importante espaço de socialização, formação e troca de experiências.

*Se a pessoa diz que quer fazer agroecologia, ou até mesmo uma produção orgânica, e não quer entrar em um grupo, não quer tá junto. Então tá errado o negócio. Tem que trabalhar em grupo, agroecologia é isso. Mesmo que cada um tem seu lote, sua produção, nós precisa de um grupo, que nem o nosso aqui, de 6 famílias. Todo mês nos reunimos pra discutir várias coisas (E.D.S).*

*Hoje a gente tem duas formas de se organizar, a gente se organiza pela parte mais política do movimento e a gente também se organiza pela organização da agroecologia, pela certificação. Pela parte da certificação, as famílias a cada 30 dias se reúnem, pelos núcleos do movimento a cada 60 dias. Fora isso tem as outras reuniões, dos núcleos, da cooperativa e dos setores (A.C).*

As atividades de cultura e lazer apontadas pelos assentados entrevistados foram: partidas de futebol, cinema, festas religiosas, bailes e noites culturais, andar de moto, rodas de conversa, partilha do alimento (almoço coletivo). De acordo com os entrevistados, as famílias agroecológicas são as que mais participam dessas atividades.

**Figura 17 e 18.** Sala de cinema e espaço cultural Casarão onde são realizadas sessões de cinema semanalmente entre outras apresentações artísticas-culturais.



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

*Às vezes a gente faz almoço coletivo, que chamamos de partilha do alimento, cada um dá uma coisa, leva um prato diferente, daí a gente faz um momento de mística, um momento de discussão política, de troca de experiências...dá impressão que isso não é lazer, mas é...pensa: as pessoas vem, senta, conta causo, escuta música, come, revê as pessoas...e não precisa gastar (A.C).*

Outro aspecto identificado entre as famílias agroecológicas que aponta para novas sociabilidades é o fato de que entre eles ocorre um interesse maior em participar de cursos, formações, eventos relacionados à agroecologia. “*Aqui se aprende a conhecer as coisas, conheci muito lugar, de tanto sair pra estudar*” (J.L).

*Como fiquei 3 anos na escola latina contribuindo, participando de tudo lá, estudando junto com os alunos. Ali tinha muito estudo. Trabalhava de dia, estudava de noite. Foi muito bom, aprendemos muitas coisas ali ... depois disso, sempre faziam visita aqui no meu lote e colocavam eu pra falar, e ai começamos a conversar mais e dar cursos (E.D.S).*

A respeito das jornadas de agroecologia, demonstraram grande interesse e relatos de participação:

*Já fizemos duas vezes aqui na Lapa, tivemos um povão aqui no nosso assentamento, faz dois anos atrás. Teve vários tipo de oficina. Eu fiz duas aqui, recebi dois ônibus. Uma parte teórica cedo e uma prática de tarde. No meio desse povo tinha muita gente convencional, esses já saiam com outra visão. Então é assim, só vindo de perto pra crer (E.D.S).*

## **Emancipação humana e trabalho libertador**

A partir do entendimento do trabalho, no sentido empregado por Marx - visto como uma atividade orientada a um fim, base constitutiva da vida humana e condição eterna de sua existência - o ser humano, por meio do trabalho, modifica a natureza e extrai dela recursos para a sua reprodução social.

Considerando essa atividade produtiva ou mais especificamente o trabalho, como parte da essência humana, torna-se uma necessidade ontológica. Na história humana sempre que o homem existiu, ele fez. Este “fazer”, como existir na natureza, manipulá-la e transformá-la se constituiu como trabalho (NETO, 2015, p.233).

Nesta relação do homem com a atividade produtiva (trabalho) pode ocorrer um processo de alienação, referindo à perda de controle sobre o processo e tempo, bem como o antagonismo entre proprietário e trabalhador (MÉSZÁROS, 2006): “o controle do trabalhador sobre a atividade de trabalho foi diminuindo em função da mudança do processo para o fim do acúmulo de riquezas (NETO, 2005, p. 239). A alienação também é causa da sujeição da humanidade a instrumentos de sua própria criação (ILLICH, 1976). Referindo-se ao antagonismo entre o proprietário e o trabalhador assalariado, pode-se dizer que é uma relação alienada pois:

parte constitutiva do que é ser humano, é negada tanto para o proprietário, que vê apenas um fator de produção para obter lucros, quanto para o trabalhador que não enxerga uma atividade ontológica essencial, senão um meio de sobreviver, uma imposição vertical, uma penosidade. Este trabalhador foi expropriado do trabalho útil, do trabalho criativo, do trabalho social e, nesse sentido nega-se primeiro o trabalhador como parte essencial do que é o homem, consolida-se sua relação antagonica com o proprietário e a relação de ambos com a humanidade (NETO, 2015, p.236).

Neto (2015, p. 238), a partir de uma perspectiva histórica materialista, afirma também que:

A alienação não se constitui, portanto, como uma fatalidade da natureza, nem um fato dado e acabado, um traço determinístico de uma realidade social inexorável, mas, sim, é fruto de um desenvolvimento histórico, específico que pode ser positivamente alterado pela intervenção consciente no processo histórico para transcender a “autoalienação do trabalho”.

Mészáros (2003) acrescenta a essa análise a noção de que a relação entre o capital e o trabalho é assimétrica: “enquanto o capital depende absolutamente do trabalho – dado que o capital nada é sem o trabalho, e de sua exploração permanente -, a dependência do trabalho em relação ao capital é relativa, historicamente criada e historicamente superável” (p. 105).

Nesse sentido, o trabalho ao mesmo tempo que é responsável pela alienação, aprisionamento e sequestro do “tempo livre”, pode servir como um meio/instrumento para se alcançar a emancipação. Por exemplo, através da retomada do controle do processo produtivo voltado à produção da autonomia criadora baseado na autorealização do trabalho (MÉSZÁROS, 2006). Em alguns casos “o trabalho camponês agroecológico deixa de ser um fardo, uma penosidade, uma luta pela sobrevivência” (NETO, 2015, p. 236).

*Nunca nem quis fazer carteira de trabalho pra se empregar. Tenho documento de agricultor. Sempre trabalhemos para nós mesmo na agricultura, cultivando e vendendo a produção. Dificilmente a gente faz 8 horas dias de trabalho, a média é 6 horas por dia. Não trabalhamos pra terceiros...a não ser um dia ou outro, mas em ajuda ao vizinho (C.J.C).*

*Se trabalhar de empregado desse resultado, nós tinha 25, quase 30 jovens do assentamento que saíram pra trabalhar fora, e aonde estão hoje? Quase todos voltaram, casaram, tão morando e trabalhando com os pais...em vários assentamentos tá acontecendo isso (A.C).*

O Bem Viver supõe ter tempo livre para contemplação e exercício da criatividade e liberdade (GUDYNAS, 2011); nesse sentido, Illich (1979), em seu livro “O direito ao desemprego criador”, retoma a teoria marxista de valor de uso e prega o direito ao desemprego útil e criativo como algo positivo e construtivo para a sociedade, segundo o qual as pessoas são úteis a si mesmas e aos outros.

Um trabalho sem sentido e degradante da condição humana é aquele que Marx denomina de “trabalho estranhado”. Consumidos e exauridos pela necessidade de manter-se e reproduzir-se para perpetuar a própria existência, o trabalhador cuja vida está toda ela absorvida pelo seu trabalho para o capitalista assemelha-se, segundo Marx, a “uma simples máquina”, programada para produzir riqueza alheia. Isso porque lhe é abstraído o “tempo livre”. Precioso meio/instrumento para o desenvolvimento humano [...] assim sendo, trabalho (produtivo) estranhado e bem viver são impossibilidades práticas entre si. (FREDDI, 2015, p. 47).

Em oposição a essa lógica de trabalho, encontramos no assentamento Contestado novas relações de trabalho, resultantes da prática agroecológica que se insere na construção de uma sociedade de *produtores livremente associados*, engajados na produção de alimentos saudáveis e na defesa da vida, uma sociedade na qual o objetivo final deixa de ser o lucro e passa a ser a emancipação humana. Na fala de um camponês agroecológico é possível identificar o aspecto emancipador: “*uma família que vive bem e produz o seu sustento em uma área de 100x100 com a agroecologia, é dono de si próprio...o capitalismo não quer isso*”. Assim, o produto do trabalho passa a ser o alimento saudável (com valor econômico) e não a geração de um produto alheio à sua vida e sem funcionalidade, de modo que, o valor de troca passa a ser subordinado ao valor de uso.

*A gente tem que pensar em ter a terra pra viver bem, e ajudar os outros. Não precisa acumular. Porque antes de parar aqui nois não tinha nada. Dentro da agroecologia dá pra viver bem (M.N.C).*

*Eu tenho mais vontade de trabalhar junto, pra mim é melhor. Por exemplo eu colhi essas abobrinhas aqui em uma hora, se fosse duas pessoas, em meia hora nós acabava. Sou a favor de trocar o dia, o seu dia vale o meu, valor igual. Vamos supor, minha diária de tratorista é 200 e a sua de capina é 100, mas não vou cobrar dois dias meu por um dia seu, entendeu? (I.N.P).*

Por outro lado, uma assentada que mora no assentamento desde a sua fundação ainda considera pequena a mobilização para se fazer mutirões e gostaria que essa prática fosse retomada entre os agricultores agroecológicos.

*No tempo do meu pai tinha muito mutirão e auxílio. Reunia a comunidade, os homens iam tudo roçar, as mulheres se reuniam para fazer a comida e as crianças para brincar. As vezes fazia até um baile. Nós começamos a fazer isso, dentro da certificação, mas não pegou. Falta mais essa coletividade e confiança, até aqui no Contestado. Precisamos se juntar mais pra pensar junto (M.N.C).*

A respeito da questão financeira, uma das famílias entrevistadas, que antes de se mudar para o assentamento, moravam e trabalhavam na cidade - a esposa como funcionária pública e o marido como pedreiro - demonstram estar mais satisfeitos hoje, ganhando menos e trabalhando com agroecologia:

*Antes de vir pra cá nós ganhava uns 5 mil e gastava muito, vivia com cartão de crédito estourado...hoje com uma renda média de 1.500 é como se a gente fosse mais rico que antes (L.M.R).*

Uma liderança do assentamento ressalta que:

*Agroecologia dá renda, a maioria aqui conseguiu arrumar a casa, comprar moveis, comprar carro, passear...quando nós começamos tinha uma visão do atraso, o próprio movimento achava que não era possível viver de agroecologia, nem de agroflorestal. Aqui nós provamos que dá sim. (A.C).*

A partir da insubordinação à lógica do pacote de insumos químicos provenientes das empresas do agronegócio e uma negação à ciência agrônoma convencional, os agricultores camponeses demonstram potenciais emancipadores e possibilidades de construção de outro tipo

de relação produtiva pautado pela prática agroecológica e orientada ao Bem Viver. Dessa forma, os agricultores manifestam liberdade para o exercício da criatividade, devido a uma lógica diferenciada de trabalho, fruto da prática agroecológica. Isso pode significar trabalhar menos, para liberar tempo para o desenvolvimento de sociabilidades e habilidades diferentes das que são exigidas pelo mercado (SANTOS; RODRIGUÉZ, 2002).

O relato de um camponês agroecológico demonstra o maior controle e autonomia no processo produtivo: “*O trabalho pra mim é um prazer, tô fazendo aquilo que gosto, livre assim, sem ninguém pegar no meu pé, sem cumprir horário, poder decidir por si próprio sobre o que fazer*” (I.N.P).

### **Soberania e Segurança alimentar**

O alimento, como um dos principais mediadores da relação do ser humano com a natureza, agrega dimensões que vão muito além de um produzir para comer. A primeira questão a ser levantada é produzir como? Que relações estabelecemos com a natureza neste processo de produção de alimentos? (RIGON, et al., 2010, p. 5)

O conceito de soberania alimentar que foi inicialmente postulado pela Via Campesina, em 1996, pode ser entendido como o direito e o poder de um povo decidir sua própria política agrária e alimentar, ou seja, decidir o que, como e quanto produzir, sem pressões comerciais externas (MEIRELLES, 2008). A soberania alimentar está relacionada à disputa pelo poder e ao modelo de desenvolvimento: “quem controlar as sementes e mudas controlará a agricultura como um todo” (MST, 2013, p. 18) Por isso, a questão da soberania alimentar faz parte das pautas do MST; durante o seu 5º Congresso Nacional foi lançado um conjunto de princípios e práticas necessárias para promover a soberania alimentar nos assentamentos:

são necessárias plantações de alimentos de qualidade, por meio de práticas agroecológicas e sem agrotóxicos. As sementes e os conhecimentos históricos dos camponeses não podem ser apropriados de forma privada por empresas. Os trabalhadores rurais precisam controlar tanto a produção agrícola quanto o processamento dos alimentos para a comercialização, que deve ser dirigida para o mercado regional, com a venda do excedente para as grandes cidades (MST, 2007).

De acordo com Stédile e Carvalho (2012, p. 722), o conceito de soberania alimentar contrapõe o de segurança alimentar, a partir do entendimento de que:

“Além de terem acesso aos alimentos, as populações de cada país têm o direito de produzi-los[...] A partir daí o conceito evoluiu para a compreensão de que soberania alimentar significa que cada comunidade, município, região, povo tem o direito e o dever de produzir seus próprios alimentos. Por mais dificuldades naturais que ocorram, em qualquer parte do nosso planeta, as pessoas podem sobreviver e se reproduzir dignamente[...] Nessa proposta, foram afirmadas novas visões e conceituações baseadas no pensamento do Bem Viver, o Sumak Kawsay”.

Nesse sentido, priorizar a produção de alimentos saudáveis e permitir o acesso à população local, respeitando o seu valor de uso como alimento é um papel da agroecologia e está ligada diretamente à perspectiva do Bem Viver, pois está em consonância com os direitos dos povos de controlar os seus territórios, seus recursos naturais, sua produção, de acordo com interesses comuns, e não apenas determinados pelo comércio e o lucro (STÉDILE; CARVALHO, 2012). De acordo com um agricultor entrevistado: “Para quem está na agroecologia, produzir alimento de verdade visando alimentar a população tem que ser a prioridade, senão não faz sentido” (C.J.C).

Em relação ao conceito de segurança alimentar, postulado pela FAO, em 1990, para Brandenburg (2017, p. 159), “não é apenas a produção de alimentos em quantidade que define a segurança alimentar e nutricional, mas a produção de qualidade que contribui com a saúde da população”. A comida é o elemento central na produção camponesa (ALMEIDA; PAULINO, 2010). Entre os agricultores entrevistados, percebemos, o valor de uso atribuído ao alimento saudável carregado de sentido. Essa afirmação pode ser confirmada através do relato abaixo:

*As famílias que aderem à agroecologia, o primeiro passo é plantar comida com qualidade e variedade. Pra mim alimentação é o primeiro remédio. E o povo que entra pra agroecologia aprende a comer melhor e passa a se preocupar em fornecer alimento bom para os outros também (M.N.L).*

Observamos entre os camponeses entrevistados a preocupação com a produção para o autoconsumo e segurança alimentar da própria família e comunidade.

*A vantagem da produção agroecológica é comer bem, nós vemos o convencional aqui no assentamento vender o leite, a soja, o milho pra comprar tudo no mercado. A gente precisa comprar só algumas coisas no mercado...Às vezes a gente passa a semana inteira comendo só o que a gente produz (A.C.C).*

*Às vezes pode faltar dinheiro pra comprar alguma coisa, mas fome a gente não passa de jeito nenhum, pelo contrário, tem abundância de comida boa (I.G.S).*

*A metade do que a gente come aqui, nós produz. Quero chegar aos 70%. Tenho vontade de plantar arroz, mas o problema é que nós não tem onde beneficiar (E.D.S).*

## **Promoção da saúde**

Azevedo e Pelicioni (2011) defendem o potencial da agroecologia para promoção da saúde no meio rural, embora notem que, a relação entre os dois campos de estudos tem sido pouco discutida no âmbito das políticas públicas de saúde pública.

Em nossa pesquisa, quando perguntamos aos agricultores o motivo que os levaram a adotar a agroecologia, a principal justificativa apresentada pelos agricultores foi: a preocupação com a saúde da família e do consumidor.

*A diferença mesmo é que a gente se sente bem melhor por estar produzindo alimento saudável. Dá uma satisfação a mais saber que estamos produzindo um alimento que gera vida, que dá saúde pra nossa família e pra quem consome (C.J.C).*

Os entrevistados indicam para uma relação direta entre a agroecologia e uma melhoria nas condições de saúde, oriunda de uma mudança no estilo de vida. Para eles existe uma estreita relação entre a saúde, o trabalho e alimentação da família. Muitos relacionaram a saúde com a ausência de doenças e de uso de medicamentos.

*Pois já está claro e transparente, quem mais vem ao posto de saúde é quem planta com veneno, é quem tem mais diabete, que mais tem a dar câncer e que mais tá doente [...] os agricultor da agroecologia são mais animados e menos depressivos, dá pra ver (M.N.L).*

*Quando me mudei pra cá, trouxe comigo uma bolsa cheia de remédios, tomava muito remédios e estava preocupada com a distância da cidade, acontece que depois que me mudei pra cá não usei mais, a saúde melhorou muito (L.M.R).*

O setor de saúde do MST incentiva o uso de terapias alternativas dentro dos assentamentos. No contestado, as práticas naturais de saúde estão presentes, sobretudo no que

diz respeito ao uso de plantas medicinais, que está diretamente relacionado ao saber popular e à prática agroecológica. Observamos que são desenvolvidas práticas naturais de saúde e terapias alternativas na Unidade Básica de Saúde do assentamento, responsável por atender cerca de 150 famílias. Há por parte de alguns assentados, uma difusão da prática de bioenergia e uma mudança na concepção saúde-doença.

*Aqui trabalhamos com a medicina popular, terapias naturais alternativas, pra alguns, mas pra mim não é alternativa! O primeiro remédio é a água e a comida! Os chás, as tinturas, a auriculoterapia e outras coisas é um complemento. As pessoas precisam comer comida limpa, sem veneno e, com variedade e qualidade (M..N.L. 67 anos, coordenadora do setor de saúde, atua na comunidade com terapias alternativas).*

*Na verdade, o ser humano não precisa de remédios, precisa comer bem, beber água, manter uma convivência equilibrada com a natureza, um descanso necessário (A.D.B).*

**Figura 19.** Atendimento com Auriculoterapia na UBS do assentamento.



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao utilizar o conceito de Bem Viver, entendemos que não se trata mais de propor "modelo(s) alternativo(s)" de desenvolvimento, muito menos de continuar a insistir no "desenvolvimento". Propõe-se assim, relativizar a necessidade do desenvolvimento, dar valor e importância às experiências e projetos de vida em construção, que exprimem uma racionalidade distinta do capitalismo e da ideologia dominante do desenvolvimento, a partir de noções diferentes como a convivencialidade, o respeito à natureza, soberania alimentar, a preocupação com a saúde etc.

A partir da tese de que a mudança no padrão produtivo determina mudanças nas relações sociais, pudemos com este estudo perceber que a agroecologia gera novos sentidos e mudanças significativas na vida dos agricultores camponeses, diferenciando-os do tipo de agricultor, individualista e competitivo do sistema moderno convencional. O assentamento Contestado, a partir da iniciativa agroecológica, enquanto experiência embrionária, demonstra que é possível promover rupturas no pensamento hegemônico e concretizar maneiras outras de compreender e produzir a existência, nas quais o sentido da terra deixa de ser o valor e a geração de lucro e passa a ser de trabalho e a reprodução da vida no sentido pleno.

Como resultado, este trabalho estabeleceu uma relação entre os conceitos de agroecologia e Bem Viver. Amparados pela corrente de pensamento crítica do pós-desenvolvimento, demonstramos que sujeitos podem operar a partir de distintas concepções de vida, um complexo de conhecimentos e práticas. É a utopia a se fazer, atraindo pessoas, revelando o caráter transformador das iniciativas agroecológicas, que aponta para um rural emergente ecologizado<sup>67</sup>.

A agroecologia e o campesinato que abordamos neste trabalho, enquanto forma de resistência e alternativa ao modelo de desenvolvimento agrícola hegemônico, não representa uma negação total da racionalidade econômica, tampouco assume uma postura anti-tecnológica, e sim uma busca por outros sentidos para a vida e uma reivindicação destes indivíduos pelo direito de ser um ator social distinto e como tal assumir o controle de suas atividades, de seu trabalho, portanto de sua vida. Com esse intuito, a agroecologia possui as

---

<sup>67</sup> “como produto de uma reconfiguração das relações sociais, de relações de poder, de relações com a natureza e de um conhecimento oriundo de um diálogo de saberes compartilhado entre novos atores e grupos de atores[...] a ruralidade reconstruída é produto e meio de um processo contínuo de reprodução no contexto de uma modernidade globalizada” (BRANDENBURG, 2017, p. 164).

características necessárias para restabelecer a unidade entre trabalho e vida, sendo a relação equilibrada com a natureza o principal diferencial deste sistema de produção específico.

Ao término deste estudo, cremos que o Bem Viver observado entre as famílias de camponeses(as) do assentamento Contestado, resulta das relações que estes, a partir da agroecologia, estabelecem com o território conquistado via MST, expressando novas relações entre as famílias, ao desempenharem um trabalho coletivo e solidário visando maior autonomia, e a partir de uma relação respeitosa com a natureza, valorizando os saberes e práticas tradicionais, tudo isso somado aos anseios e aos desejos de uma vida melhor (com educação, alternativas de geração de renda, promoção da saúde, acesso à cultura e lazer), o que não significa dizer que sejam relações sem conflitos e perfeitamente transparentes.

Em linhas gerais, podemos inferir que as famílias agroecológicas diferem dos convencionais em vários aspectos. As observações e os relatos demonstram que as famílias agroecológicas são aquelas que mais participam das práticas comunitárias, se dedicam mais aos estudos e formação, fazem mais planejamento, têm mais saúde física e espiritual, mantêm uma alimentação saudável e diversificada, expressam um maior cuidado com a natureza, têm mais tempo livre e liberdade, não arrendam suas terras, estão menos endividados, demonstram gostar do trabalho que fazem, enfim, estão mais felizes e próximas do Bem Viver.

Cabe ressaltar que os elementos que elencamos como estruturantes do Bem Viver não estão garantidos pelo Estado. A promoção de uma política do Bem Viver agroecológico nos territórios, certamente tem como obstáculo uma política de Estado que não reconhece, tampouco leva em conta o modo de vida camponês e as especificidades dos assentamentos de reforma agrária no país.

Por meio da realização desta pesquisa, foi possível uma aproximação entre os conceitos de agroecologia e Bem Viver, que reforça a concepção da agroecologia como uma cultura e modo de vida, conformadora de uma nova consciência. Deste modo, o trabalho atendeu a necessidade de ampliar o horizonte analítico da agroecologia – para além de uma técnica produtiva – com estudos sobre os efeitos da transição agroecológica na vida dos agricultores e comunidades.

Conclui-se que a proposta de Bem Viver por si só não será suficiente para superar, tampouco engendrar mudanças profundas, dentro do capitalismo – um sistema que é, em essência, promotor de desigualdades e devastação da natureza. No entanto a existência de alternativas como a agroecologia, atrelada à valores e práticas do Bem Viver, à medida que contrapõem à lógica do desenvolvimento capitalista, são capazes de produzir novos espaços,

bem como novas formas de relação do ser humano entre si, e com a natureza, sendo portanto, promotoras de formas – ainda que embrionárias - superiores de produção da existência.

## 7. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão** - 3ed. São Paulo: Edusp, 2012.

ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, 2016. 257 p.

ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 40, p.231-255, 30 abr. 2017

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3ed. rev. ampl. – São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

\_\_\_\_\_. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**, Presidente Prudente, v. 15, Ed. Especial. p. 91-100, ago. 2010.

AZEVEDO, E.; PELICIONE, M. C. F. Promoção da saúde, sustentabilidade e agroecologia: uma discussão intersetorial. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 03, p. 715-729, 2011.

BARLOW, M. Natureza: um grande ecossistemas vivo do qual brota toda a vida. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 9, n.1, p.1-15, jul. 2012.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 6, p.11-28, jul/dez. 2002.

\_\_\_\_\_. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente & Sociedade**, v. 13, n. 2, p.417-428. Jul-Dez. 2010.

\_\_\_\_\_. Ecologização da agricultura familiar e ruralidade. In: BERGAMASCO, M.P.S e DELGADO, G. (Orgs). **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de futuro**. Brasília: MDA, 2017. p. 152 – 167.

BONÍ, V; QUARESMA, S J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Emtese**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p.68-80, jan. 2005.

BOSETTI, C.J. **Perspectivas de desenvolvimento rural em disputa no Brasil**. Tese(doutorado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – UFSC - Florianópolis, 2013. 409p.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 4, n. 51, p.645-660, out. 2014.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004

CARVALHO, S.H.I.e BOCCATO-FRANCO A. O papel do campesinato na construção da sociedade do decrescimento. In: LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro de (Org.). **Enfrentando os limites do crescimento: Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 45-55.

CARVALHO, H.M. A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro) In: SANTOS, B.S.(Org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 233 – 260.

\_\_\_\_\_. **O campesinato no século XXI: Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

CASTRO, J. de. Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição. **Correio da Unesco**, Organização das Nações Unidas (ONU), v. 3, n. 1, p.1-5, mar. 1973.

CASTRO, F. P. El Buen Vivir más que una alternativa al desarrollo, una forma de vida. **Revista de Geografia (UFPE)**, v.32, n. 2, 2015.

CECEÑA, A. E. **No queremos desarrollo, queremos vivir bien**. In: MASSUH, Gabriela, Renunciar al bien común: extractivismo y (pos)desarrollo en América Latina, Buenos Aires, Mardulce, 2012.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: Vela, Hugo. (Org.): **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p.157-194.

DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil 1950-2003. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

\_\_\_\_\_. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 43, n. 15, p.157-172, jan. 2011.

\_\_\_\_\_. **O Que Significa a Economia política do Agronegócio no Brasil Atual (Anos 2000)**. In: Biblioteca digital da questão agrária brasileira. São Paulo, 2013.

DEL RÉ, M. F. Comunidades remanescentes de quilombos, bem viver e a política de desenvolvimento rural na zona sul do Rio Grande do Sul. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre/RS, 2014.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3.ed. rev. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2009.

EQUADOR. Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo. Los nuevos retos de América latina: socialismo y sumak kawsay. 1 ed. Quito: SENPLADES, 2010 (Colección Memorias, n. 1). Disponível em: <<http://latinoamericana.org/2012/info/docs/SocialismoYSumakKawsay.pdf>

\_\_\_\_\_. Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo. Plan Nacional para el Buen Vivir 2013-2017: Construyendo un Estado Plurinacional e Intercultural. Quito: SENPLADES, 2013. Disponível em: <http://www.buenvivir.gob.ec/documents/10157/96c82f1c-5dd8-4a60-8283-d95d9ed24f0e>

EHLERS, E. Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma. 2.ed. Guaíba, RS: Agropecuaria, 1999.

ESCOBAR, A. **El “postdesarrollo” como concepto y práctica social**. In Daniel Mato (coord.), *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005a. pp. 17-31.

\_\_\_\_\_. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Colección Sur Sur, CLACSO. 2005b. pp. 133-168.

\_\_\_\_\_. **La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo**. Caracas: Fundación Editorial El Perro y La Rana, 2007.

\_\_\_\_\_. Planejamento. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento. Guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000 p. 59-83.

ESTERMANN, J. Crisis civilizatoria y Vivir Bien: Una crítica filosófica del modelo capitalista desde el allin kawsay/suma qamaña andino. **Polis: Revista de la Universidad Bolivariana**, La Paz, v. 33, n. 11, p.149-174, 2012.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento**. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000 p. 59-83.

FELICIANO, C. A. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, B.M. **MST formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. Quando a agricultura familiar é camponesa. In: STEDILE (Org.). **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Em busca de novo modelo**. Reflexões sobre a crise contemporânea. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FOSTER, J. B. Marxismo e Ecologia:: fontes comuns de uma Grande Transição. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 35, p.80-97, jul. 2015.

GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade**. São Paulo: Editora Instituto Paulo Freire, 2009. 127p.

GARCIA, E. Decrescimento e bem viver: algumas linhas para o debate adequado. In: LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro de (Org.). **Enfrentando os limites do crescimento: Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 201-229.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **O decrescimento: entropia, ecologia, economia**. Tradução João Duarte. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

GIRALDO, O.F &. ROSSET, P. M. Agroecology as a territory in dispute: between institutionality and social movements, **The Journal of Peasant Studies**, 2017. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2017.1353496>. Acessado 24/09/2017

GIRALDO, O.F. **Utopías en la era de la supervivência - Una interpretación del Buen Vivir**. Editorial Itaca, México D.F., 2014, 220p.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura**. 4ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. 653p.

GRAMSCI, A. **Americanismo e fordismo**. Tradução Gabriel Bogossian. Notas Alvaro Bianchi. – São Paulo: Hedra, 2008.

GÓMEZ, J. R. M. **DESENVOLVIMENTO EM (DES)CONSTRUÇÃO: Narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. 2006. 434 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós- Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUDYNAS, E. Buen Vivir: germinando alternativas al desarrollo. **América Latina em Movimento**, ALAI, n.462: 1- 20. Quito, 2011.

GUDYNAS, E.; ACOSTA, A. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. **Utopía y Praxis Latinoamericana**. Ano 16. Nº 53 p. 71 – 83. 2011.

GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. Agroecologia. In: CALDART, R.S. et.al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GUZMÁN, E. S. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p.18-28, jan. 2002.

\_\_\_\_\_. Sobre los Orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertário. La Paz: Editora Plural, 2011.

GUZMÁN, E. S; MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 96 p.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves São Paulo: Edições Loyola, 2004. 382 p.

\_\_\_\_\_. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Trad. João Alexandre Peschanski. – São Paulo, SP: Boitempo, 2011. 234p.

HUANACUNI, M. F. **Buen vivir / Vivir Bien. Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas**. Lima, Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas (CAOI), 2010.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. **Agricultura familiar. Primeiros resultados**: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

ILLICH, I. **A Convivencialidade**. Lisboa: Estudos e Documentos, 1976.

\_\_\_\_\_. **O direito ao desemprego criador** – a decadência da idade profissional. Rio de Janeiro: Alambha, 1979.

\_\_\_\_\_. Necessidades. **Dicionário do desenvolvimento. Guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 155-172.

JACKSON, Tim. **Prosperidade sem crescimento**: Vida boa em um planeta finito. Tradução de José Eduardo Mendonça. São Paulo: Abril, 2013. 320 p.

KAGEYAMA, A A. O novo padrão agrícola brasileiro – Do complexo rural aos complexos agroindustriais. P. 112 - 223 In DELGADO, G.C Et al.(Orgs.), **Agricultura e políticas públicas**, 2ª ed. Brasília, Ipea, 1996.

LAMARCHE, H. (Coord.) **Agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LAMARCHE, H. (Coord.) **A Agricultura Familiar: do mito a realidade**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LATOUCHE, S. **Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno**. Tradução: Claudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

\_\_\_\_\_. Existira uma vida após o desenvolvimento? **Estudos de Sociologia**, Rev. do Progr. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 16, n. 2, p. 217 – 230, 2010.

\_\_\_\_\_. Convivialidade e Decrescimento. **Cadernos IHU**, ano 10, n. 166, 2012.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar., p. 36- 51, 2002.

\_\_\_\_\_. **Ecologia, Capital e Cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Tradução de Jorge Esteves da Silva. Blumenau, SC: Edifurb, 2000.

\_\_\_\_\_. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Orth. 7.ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LÉNA, P; NASCIMENTO, E. P. Apresentação. In: LÉNA, P; NASCIMENTO, E. P (Org.). **Enfrentando os limites do crescimento: Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

LÉNA, P. Os limites do crescimento econômico e a busca pela sustentabilidade: uma introdução ao debate. In: LÉNA, P; NASCIMENTO, E. P. (Org.). **Enfrentando os limites do crescimento: Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 45-55.

LESBAUPIN, I. Por novas concepções de desenvolvimento. In: ABONG. *Por um outro desenvolvimento*. São Paulo, Maxprint Ed. e Gráfica, 2012, p. 37-48.

\_\_\_\_\_. A sociedade do bem viver. Disponível em [http://www.pucminas.br/documentos/ivo\\_les\\_pdf.pdf](http://www.pucminas.br/documentos/ivo_les_pdf.pdf). Acessado em 05/03/2019.

MACCHIAVELLO, F. **O Espaço Transitório na cidade de El Alto, Bolívia**. 2008. 196 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós- Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MACHADO, L.C.P. Agrobiodiversidade. In: CALDART, R.S. et.al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MACHADO, L.C.P; MACHADO FILHO, L.C.P. **Dialética da agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360p.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. (Introdução). São Paulo: Abril Cultural, 1978 [1922]. 424p.

MAMANI, F. H. Buen Vivir/ Vivir Bien: filosofia, políticas, estratégias y experiencias regionales andinas. Lima, Peru, 2010.

MARQUES, M. I. M.. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**, Presidente Prudente, v. 15, p.41-53, ago. 2012. Semestral.

MARTINS, J. S. **Expropriação e Violência** – a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATTEI, L. Teses favoráveis e contrárias à reforma agrária brasileira no limiar do séc. XXI. In **A questão agrária e desigualdades no Brasil**. Revista da ABRA, 2014, p. 93-112.

MEIRELLES, L. “Soberania alimentar e a construção de mercados locais para produtos da agricultura familiar”. Boletim Informativo, Edição Especial, v.1, 2008.

MERINO, S. A desmistificação do desenvolvimento e as lições do Sumak Kawsay. IHU On-Line, São Leopoldo, 18 jan. 2013. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/517031-a-desmistificacao-do-desenvolvimento-e-as-licoes-do-sumak-kawsay>. Acesso em: 26 junho de 2018.

MERINO, R. An alternative to ‘alternative development’?: Buen vivir and human development. In: Andean countries, Oxford Development Studies, 2016 p.271-286

MÉSZÁROS, I. **Produção destrutiva e o estado capitalista**. Tradução Georg Toscheff. São Paulo: Ensaio, 1989. 105 p.

\_\_\_\_\_. **O poder da ideologia**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Ensaio, 1996.

\_\_\_\_\_. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003. 118 p

\_\_\_\_\_. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no séc. XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MORAES, A.C.R. **Ideologias Geográficas: Espaço, Cultura e Política no Brasil**. ed. Hucitec. São Paulo, 1988. 158p.

MORAES, F.C.; SORRENTINO, M. Agroecologia, Movimentos Sociais e Bem Viver. In: SORRENTINO et. al. (Orgs.) **Educação, agroecologia e bem viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis**. Piracicaba, SP: MH-Ambiente Natural, 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA – MST. **Cadernos de cooperação agrícola nº10: O que levar em conta para organização do assentamento: a discussão no acampamento**. São Paulo: CONCRAB, 2001.

\_\_\_\_\_. **MST: Lutas e conquistas**. São Paulo: Secretária Nacional do MST, 2010.

\_\_\_\_\_. **Programa agrário do MST - Texto em construção para o VI Congresso Nacional**. São Paulo: Secretária Nacional do MST, 2013.

NIERDELE, P.A. Afinal, que Inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. In: BERGAMASCO, M.P.S e DELGADO, G. (Orgs). **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de futuro**. Brasília: MDA, 2017. p. 168 -196.

NOVAES, H. T. et. al. A economia política da revolução verde, a agroecologia e as escolas de agroecologia do MST. In: NOVAES, H.T.; MAZIN, A.D.; SANTOS, L. (Orgs.) **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. 408p.

NETO, W. M. **Agroecologia e Movimentos Sociais: entre o debate teórico e sua construção pelos agricultores camponeses**. Tese (Doutorado) em Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, 2014.

NETO, W.M. Agroecologia e crítica da alienação: agricultores camponeses e a experiência do trabalho. In: NOVAES, H.T.; MAZIN, A.D.; SANTOS, L. (Orgs.) **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. 408p.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed.- São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **O agronegócio x agricultura familiar e a reforma agrária**. Brasília Janeiro: Concrab, 2004.

\_\_\_\_\_. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur edições, 2007. 184 p.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PETERSEN, P.; DAL SOGLIO, F. K.; CAPORAL, F. R. **A construção de uma ciência a serviço do campesinato**. p. 85-105. In: PETERSEN, P. (Org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PÉREZ, M. S. **R-existencias dos camponeses/as do que hoje é Suape**: Justiça territorial, pós-desenvolvimento e descolonialidade pela vida. Tese (doutorado) em Geografia – Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2016.

PINHEIRO, G.S.R. Agricultura familiar e o projeto agroecológico de vida. p.87-110. In: BRANDENBURG, A.; FERREIRA, A.G.D.(Orgs.) **Ruralidades e questões ambientais, projetos e políticas**. Brasília: NEAD/MDA, 2007.

PLOEG, Jan D. V, der. **O modo de produção camponês revisitado**. p.13-54. In: SCHNEIDER, S. (Org.) A Diversidade da Agricultura Familiar. Porto Alegre: EDUFRGS, 2006.

PLOEG, Jan D. V, der. **Sete teses sobre a agricultura camponesa**. p. 17-32 In: PETERSEN, P. (Org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

\_\_\_\_\_. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 625p.

\_\_\_\_\_. **De Saberes e de Territórios** - diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. Niterói: 2006.

\_\_\_\_\_. Ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **Revista INTERthesis**, Florianópolis, v.9, n1, p. 16-50, 2012.

\_\_\_\_\_. Pela Vida, pela Dignidade e pelo Território:: Um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina. **Polis: Revista Latinoamericana**, Santiago, v. 14, n. 41, p.237-251, 2015.

PORTO-GONÇALVES C. W; QUENTAL, P. A. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina, **Polis: Revista Latinoamericana** [Online], n.31, 2012.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil.** 4ªed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

PRONKO, M; FONTES, V. Hegemonia. In: CALDART, R.S. et.al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

QUIJANO, A. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, B.S.(Org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 475 – 508.

\_\_\_\_\_. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** LANDER, Edgardo (org). Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais - CLACSO, 2005.

\_\_\_\_\_. **Bien vivir**”: entre el “desarrollo y la des/colonialidad del poder. **Viento Sur**, n. 11/ Madrid, mayo 2012.

QUINTERO, P. Suma Qamaña, Suma Jakaña, Qamir Qamaña: Debates Aymara sobre o Bem Viver na Bolívia. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 12, p. 112 -131, jan./jun. 2018.

QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L.V. **Manual de investigação em ciências sociais.** Lisboa: Gradiva, 1988.

RADOMSKY, G. F. Desenvolvimento, Pós-estruturalismo e Pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de “modernidades alternativas”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.26, n.75, p. 149-162, 2011.

\_\_\_\_\_. Pós-desenvolvimento e Estudos Rurais: notas sobre o debate e agenda da pesquisa. In: CONTERATO, M. A; RADOMSKY, G.F. SCHNEIDER, S. (Orgs.) **Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

RIBEIRO, V. S. Territorialização camponesa: O lugar de viver no Assentamento 24 de Novembro – Capão Leão –RS. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-graduação em Geografia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

RIST, G. **The History of Development. From Western Origins to Global Faith**. 3rd. Edition. Zed Books. London, 2008

SABOURIN, E. Teoria da reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 13, nº27. 2011, p.24-51.

SACHS, W. Introdução. In: SACHS, W (ed.) **Dicionário do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 11-17.

SACHS, W. et al. **Justiça num mundo frágil::** Memorando para a cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2002.

SANTOS, B.S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. P. 31 – 83. In SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São. Paulo; Editora Cortez. 2010. 637p.

\_\_\_\_\_. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, no 43, set/dez 2016, p. 24-56

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, A.L. **Agroecologia e campesinato: relativa autonomia frente ao desenvolvimento do capitalismo, um estudo de caso no assentamento Contestado, Lapa-PR**. Dissertação (mestrado profissional) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULILO, E, T; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SCHNEIDER, S; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v.31, p.227-263, 2014.

SENPLADES. Plan Nacional para el Buen vivir 2009-2013: Construyendo un Estado Plurinacional e Intercultural. Quito - Equador, 2009.

SENPLADES. Plan Nacional para el Buen Vivir 2013-2017: Todo el mundo mejor. Quito – Ecuador, 2013.

SILVA, J. de S.. O DIA DEPOIS DO DESENVOLVIMENTO: giro filosófico para a construção de uma agricultura familiar AGROECOLÓGICA. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 2, p.401-420, maio 2014.

SILVA, J. de S. **Hacia el "día después del desarrollo"**: Descolonizar la comunicación y la educación para construir comunidades felices con modos de vida sostenibles. Campina Grande, Brasil: Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica, 2011. 106 p.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, J.G. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo, Editora Hucitec, 1981.

STAHEL, A.W. Capitalismo e Entropia: Os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, C. (Org.) **DESENVOLVIMENTO E NATUREZA: Estudos para uma sociedade sustentável**. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Ministério da Educação, 1994, p. 262

STÉDILE, J. P. **A agroecologia e os movimentos sociais do campo**. p. 153-162. In: PETERSEN, P. (Org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

STEDILE, J.P.; CARVALHO, H.M. Soberania Alimentar. In: CALDART, R.S. et.al. (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

TRANSPADINI, R. S. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas**. 2016. 337 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

TRABUCO, G.L.P. A práxis coletiva do MST e a construção da sociabilidade nos assentamentos do MST na Chapada Diamantina –BA. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais , Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

TOLEDO, V.M; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural: a importância ecológicas das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

VANHULST, J. ; BELING, E. A. Buen vivir: la irrupción de América Latina en el campo gravitacional del desarrollo sostenible. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, Rio de Janeiro, v. 21, p.1-14, 2013.

VEIGA, J E. da. Neodesenvolvimentismo: quinze anos de gestação. **São Paulo em Perspectiva (seade)**, São Paulo, v. 20, n. 3, p.1-25, set. 2006.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamound, 2010.

\_\_\_\_\_. A primeira utopia do Antropoceno. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo. V. 20, n.2 p.233-252. abr.-jun. 2017.

VIZEU, F.; MENEGHETTI, F. K.; SELFERT, R. E. Por uma crítica ao desenvolvimento sustentável. **Cad. EBAPE.BR**, v. 10, nº 3, artigo 6, Rio de Janeiro, Set. 2012

WANDERLEY, M.N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J.C. **Agricultura familiar; realidades e perspectivas**. Passo Fundo, EdUPF, 1999. pp.23-56.

WANDERLEY, M.N. B. **Um saber necessário: Os estudos rurais no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. 151 p.

WOLKMER, A. C.; AUGUSTIN, S. S. WOLKMER, M.F. O “novo” direito à água no constitucionalismo da América Latina. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v.9, n.1, p.51-69, jul. 2012.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

- O que fazia antes de ser assentado? Conte um pouco da sua história.
- Porque decidiu participar do MST? Quando conheceu o MST?
- Como veio parar no Contestado?
- O que é agroecologia para você? Desde quando você pratica agroecologia?
- Aponte as principais razões que o levaram a praticar agroecologia.
- Quais as principais diferenças entre a forma de produzir agroecológica e convencional?
- No seu entendimento, o que significa Bem Viver? A sua noção de Bem Viver mudou depois da militância no MST e da prática agroecológica?
- Você já foi trabalhador assalariado? O que pensa sobre isso?
- Quem trabalha no lote? Como são distribuídas as tarefas? Existe ajuda mútua/ mutirões?
- Quais as principais fontes de renda da família?
- Para quem é vendida a produção do lote?
- Qual a renda média mensal da família? Você considera suficiente? Trabalharia mais horas em outro trabalho para complementar a renda?
- Você considera o seu trabalho difícil?
- Você sente prazer em trabalhar na terra?
- Você e sua família consideram que possuem boas condições de vida? Acredita que os assentamentos do MST são lugares adequados para se viver bem? Por quê?
- O que você pensa sobre a propriedade privada da terra? Gostaria de ter o título de posse?
- O que você pensa sobre o capitalismo? Acha possível um outro modelo de sociedade?
- Na sua opinião, a agroecologia tem a capacidade de romper com a lógica do capitalismo?
- Você e sua família se sentem amparados pela comunidade? Comente.
- Quais atividades coletivas presentes no assentamento?
- Você considera que a agroecologia muda a relação do ser humano com a natureza? Como?
- Soberania alimentar: Cerca de quanto por cento da alimentação provem da sua produção?
- Sociabilidade: Quais as formas de lazer encontradas no assentamento?
- Aos jovens: O que acham da vida no assentamento? Pretendem seguir com a agricultura?
- O que levaria a deixar de produzir de forma agroecológica?
- Qual é a maior dificuldade encontrada neste tipo de produção?